

DIRCE MENDES DA FONSECA

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por
Dirce Mendes da Fonseca e aprovada pela Comissão Julgadora em

.....

Data:

27-5-86

assinatura:

W. Tragtenberg

UnB: REFORMAR PARA NÃO MUDAR

Dissertação de Mestrado apre-
sentada à Faculdade de Educa-
ção da Universidade Estadual
de Campinas

Orientador:

Prof. Dr. Maurício Tragtenberg

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

MAIO, 1986

DIRCE MENDES DA FONSECA

UnB: REFORMAR PARA NÃO MUDAR

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

Orientador:
Prof. Dr. Maurício Tragtenberg

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

MAIO, 1986

U N I C A M P
BIBLIOTECA CENTRAL

COMISSÃO JULGADORA

M. H. G.

B

Flora

B

Prof. Dr. Newton Aquiles Von Zuben

B

A aluna foi aprovada com o
conceito B (Bom)
Muntzsch Zül

A

Marcelo Fernando

e Marília

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos:

- a Maurício Tragtenberg, cuja orientação e incentivo me foi fundamental;
- aos professores José Dias Sobrinho, Maria de Lourdes Covre e José Camilo dos Santos Filho, por sua contribuição que em muito enriqueceu este texto;
- a Maurício Lanski e Arthur Horta, a quem devo a ajuda e o apoio amigo;
- ao Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria de Educação Superior - SESU - e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - CAPES -, pelo apoio institucional e financeiro.

Í N D I C E

página

1a. PARTE

Introdução	1
Universidade - criação/produção/alienação	6

2a. PARTE - CONTEXTUALIZAÇÃO

Dinâmica capitalista/Desenvolvimento dependente	21
A Ideologia do Desenvolvimento	28
O esgotamento do modelo político econômico	36

3a. PARTE - A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Introdução	41
Contexto educacional em que se insere a criação da Universidade de Brasília	45
Referência Histórica	51
Tramitação Legislativa	58
Fundamentos do projeto de criação da Universidade de Brasília	67
Objetivos da Universidade de Brasília	79
Plano da Universidade de Brasília	91
Estrutura	99
Organização administrativa	106
Aspectos da Universidade tecnocrática	109
Esgotamento da proposta da Universidade de Brasília enquanto formulação político-ideológica	117
Considerações finais	124
Bibliografia	130

1a. PARTE

INTRODUÇÃO

A polêmica sobre a universidade brasileira tem aflorado cada vez mais, à medida que ela é conclamada a participar do projeto sócio-político da sociedade.

Historicamente, tem sido instrumento da classe dominante para expressar o seu pensamento. Uma classe social, para ser hegemônica, precisa impor sua consciência social, sua concepção de mundo, seu projeto social sobre as outras classes.

No final da década de 50 e princípios de 60, é travada uma disputa ideológica pelo controle da universidade entre os segmentos conservadores, modernizantes (pretendiam a modernização sem mudanças) e o segmento da ala mais radical. Isso mostra ser a universidade uma instituição histórico-social, parte da superestrutura, resultante da produção das forças materiais e espirituais. Em todo processo histórico existem elementos contraditórios. Analisa-se a universidade enquanto "instituição destinada à conservação, criação, transformação e transmissão da cultura". Para determinado segmento, é vista como retrógrada e conservadora; para outros, no entanto, é crítica e constitui uma ameaça aos valores dominantes. Por isso, é uma instituição ambígua: é crítica e, ao mesmo tempo, reprodutora. Possui uma autonomia relativa, um espaço em que o ato de criar e de recriar é possível, dependendo dos elementos que a compõem e das forças políticas que a sustentam.

Para se compreender a universidade, é preciso, antes, compreendê-la no contexto da sociedade e em cada momento histórico, procurando "explorar todos os seus aspectos, todas as suas co-relações e todas as mediações". Este estudo pretende abordar o tema da universidade nessa direção: a sua criação,

como e por que é produzida, buscando, assim, compreendê-la a partir de sua situação histórico-social. A escolha da universidade de Brasília baseia-se no pressuposto de seu pioneirismo, referente ao seu papel político e à sua estrutura modernizante, inspirando e gerando, com sua influência, mudanças em outras instituições universitárias, culminando na Reforma Universitária de 1968, que encarna o modelo tecnocrático de universidade. O estudo deste projeto educacional procura identificar as causas externas e internas que, de forma direta e indireta, influíram na sua concepção, e procura fornecer elementos para uma apreciação crítica da modernização instaurada nas universidades brasileiras.

Um dos pontos fundamentais para a sua análise constitui a identificação do papel e da função social imbricados na sua formulação. E, ao se aprofundar nessa direção, depara-se com um complexo jogo de interesses e com forças políticas, econômicas, permeando e definindo sua trajetória, num esforço permanente de manter vivo o poder hegemônico da classe dominante.

A análise de um projeto educacional nos seus fundamentos básicos permite conhecer o arquétipo ideológico que movimenta essas propostas, as relações com a política e a economia, enfim, com o momento histórico.

A Universidade de Brasília é bastante expressiva para a análise e reflexão das questões suscitadas. Ela foi criada atipicamente, preconizando um novo padrão de modernização e uma função política explícita: "o comprometimento com os problemas da Nação".

É importante perceber os elementos ou componentes prioritários que fundamentaram sua concepção. Os problemas de um país subdesenvolvido estão voltados para a área social: a fome, a miséria, a pobreza, a divisão social do trabalho. Porém a con

tradição fundamental é interna e não entre nações da periferia e do centro. No campo educacional especificamente, o sistema de ensino vigente é anacrônico, privilegia as elites, é altamente seletivo, e a educação básica é completamente ineficiente para responder às necessidades da população.

Trata-se de saber se — e em que medida — a universidade estaria priorizado ou levando em conta os problemas básicos e fundamentais da sociedade brasileira, ou se, ao contrário, estaria aumentando o fosso entre as elites e o povo. Através de seus princípios e propostas, cabe, no entanto, investigar "a quem" serviria essa universidade e a quais interesses estaria dando prioridade. É em direção a essas questões que encaminhar-se-á este estudo, procurando desvendar a mística da universidade comprometida com os problemas da nação ou, quem sabe, situá-la como comprometida com a classe dominante.

O ideário que fundamentou a criação da UnB era ambíguo e contraditório, dado o desenvolvimento do processo histórico:

. com o desenvolvimento das forças capitalistas, a formação de uma elite nacional que pudesse deter e controlar o capital nacional era, naquela época, inviável, em vista da abertura para o capital externo. "A industrialização dependente deixou a burguesia industrial nacional sem nenhuma abertura, quer para o domínio político, quer para a hegemonia econômica. Sua posição e seus privilégios dependeram sempre de sua capacidade de estabelecer aliança com outros grupos da elite"⁽¹⁾;

(1) EVANS, Peter, *A triplíce Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982, p. 48.

. a criação de tecnologia nacional não era anseio do setor industrial e estatal, uma vez que a importação de tecnologia era mais econômica e mais rápida, permitindo um crescimento mais acelerado;

. a burguesia industrial brasileira não estava interessada em autonomia nacional, mas em tornar-se "sôcio menor" do grande capital internacional, e os intelectuais, os esquerdistas, partidos políticos ficaram sem aliados em seu projeto político de autonomia nacional. Isso mostra que a posição política da burguesia nacional industrial é ambígua. Nunca conseguiu uma posição política hegemônica e nunca teve condições de formular um "projeto social".

O que se pretendeu foi acelerar o processo de modernização, procurando meios de aumentar e diversificar a formação de novos técnicos para o setor produtivo e, por outrolado, controlar as massas mobilizadas, sem efetuar uma transformação estrutural na sociedade.

A criação da Universidade de Brasília, inserida no contexto desenvolvimentista, modernizante, constitui um marco de referência das demais reformas introduzidas no sistema universitário, e seu estudo poderá, ainda que de forma modesta, contribuir para explicitar algumas questões ligadas à concepção político-ideológica da modernização.

Na primeira parte introdutória, busquei apontar um referencial histórico, focalizando a criação da Universidade de São Paulo (1934) e a do Distrito Federal (1935), consideradas importantes na história da inovação da universidade brasileira.

Na segunda parte deste estudo, procurei estabelecer os fatores políticos, sociais e econômicos que condicionaram a sua criação e concepção, destacando a ambigüidade do modelo político e econômico: sustentação de uma ideologia nacionalista numa era monopolista de capital. Essa contradição

tem seu momento síntese com o movimento de 1964. O modelo nacional desenvolvimentista, ao desenvolver o "industrialismo", estaria aparelhando o país para caminhar de mãos dadas com o grande capital; e o resultado foi o estabelecimento do que Peter Evans chamou de "tríplice aliança": a união entre capital nacional de elite, capital internacional e capital estatal.

Na terceira parte, analisei a concepção que norteou a criação da Universidade de Brasília, procurando identificar suas relações com a ideologia do Estado, o modelo nacional desenvolvimentista, mostrando a ligação entre o plano dessa universidade e as reformas que se implementam após 1964.

Como introdução ao tema, este capítulo pretende abordar a problemática da universidade no que diz respeito à sua opção, como e por que ela surge, na tentativa de compreendê-la na perspectiva histórico-social. A criação das universidades de São Paulo (1934) e do Distrito Federal (1935) exprime a idéia que se deseja enfatizar - a compreensão político-ideológica da produção dessas instituições, consideradas importantes na história da inovação da universidade brasileira, e que, de certa forma, inspiraram e influenciaram a idéia de universidade expressa no projeto de Darcy Ribeiro.

A universidade é uma instituição da superestrutura; sua produção e criação estão intimamente ligadas à estrutura econômica da sociedade. Pois "o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente determina a sua consciência"⁽¹⁾.

Segue-se, pois, que a universidade é produzida simultaneamente com as condições materiais, sintetizando e expressando o histórico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural. Como afirmou-se na introdução, é uma instituição ambígua - realiza ao mesmo tempo a reprodução e a crítica. A universidade não é uma instituição neutra, ela reproduz as relações sociais para em última instância preservar os interesses da classe dominante. Por outro lado é também uma instância crítica. Ao exercer a crítica, realiza uma ação de movimento, estabelecendo uma relação dialética entre a superestrutura e a infra-estrutura, influenciando a transformação social.

(1) MARX, Karl, *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Edit. Martins Fontes, 1977, prefácio, p. 24.

As primeiras chamadas universidades no Brasil surgem em decorrência do mero agregamento de escolas profissionais isoladas: a do Rio de Janeiro⁽²⁾ (1920) e a de Minas Gerais⁽³⁾ (1927). Posteriormente à criação dessas instituições, o governo federal baixou normas, regulando a instalação de universidades nos Estados através do Decreto 5.616 de 28 de dezembro de 1928.

Embora com o nome de universidade, essas instituições continuavam na prática isoladas, inexpressivas e atendendo aos imperativos da formação profissional. Várias críticas eram dirigidas ao sistema universitário recém-criado, veiculadas especialmente através da Associação Brasileira de Educação e pelo jornalista Fernando de Azevedo, em *O Estado de São Paulo*.

Com a revolução de 30, assiste-se no país a uma nova fase do ponto de vista político-social. Segundo Weffort, "esta revolução é o ponto de partida de uma nova fase na história brasileira, em que se assiste a um complexo desenvolvimento histórico-político, cujos traços dominantes são as tendências de liquidação do Estado Oligárquico, alicerçado em uma estrutura social à base da grande propriedade agrária, voltado para o mercado externo, e de formação de um Estado Democrático, apoiado, principalmente, nas massas populares urbanas e nos setores sociais ligados à industrialização"⁽⁴⁾.

(2) Esta universidade foi criada através do Decreto nº 13.343 de 7/9/1920, elaborado pelo Ministro do Interior, Alfredo Pinto, e promulgado pelo Presidente da República, Epitácio Pessoa.

(3) Criada em 1927 por iniciativa do Presidente do Estado, Antônio Carlos de Andrada, e constituída pela justaposição das Faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia.

(4) WEFFORT, Francisco Correia, *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 45.

Esse movimento de suposta passagem do Estado oligárquico para um pretenso Estado democrático não apresenta, por parte do governo, uma política educacional bem definida, e os grupos de interesse associam-se em duas correntes, a autoritária e a liberal, cada qual defendendo seu projeto hegemônico de universidade.

A corrente autoritária, formada pelos tenentes e pelos representantes radicais (civis) das oligarquias, defendia a continuação do regime de exceção e a implantação de uma ditadura. A liberal, composta pelos setores mais tradicionais das oligarquias, defendia a institucionalização do novo governo e a adoção de fórmulas legais, conforme os princípios da democracia liberal⁽⁵⁾.

A política educacional liberal começa a se expressar já na Primeira República com a pesquisa de Fernando de Azevedo para *O Estado de São Paulo* e, em seguida, toma corpo através da Reforma do Ensino do Distrito Federal, realizada por ele mesmo.

É importante ter em mente que a política liberal não resulta em um programa definido nem tampouco tem um desdobramento homogêneo: enquanto Fernando de Azevedo advoga um liberalismo elitista, Anísio Teixeira advoga um liberalismo igualitarista.

Essa dualidade de posições fica registrada no manifesto de 32⁽⁶⁾, quando, no que diz respeito ao ensino de nível superior, ao lado da função atribuída à universidade, de formar a elite dirigente, dinâmica e aberta, aparece a de criar e di

(5) Cf. CUNHA, Luiz Antonio, *A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia, a Era de Vargas*. Editora Civilização Brasileira, 1980, Rio de Janeiro, p. 212.

(6) Manifesto dos "Pioneiros da Educação Nova", lançado em 1932.

fundir ideais políticos, tomando a universidade parte na construção da democracia.

"De fato, a universidade, que se encontra no ápice de todas as instituições educativas, está destinada, nas sociedades modernas, a desenvolver um papel cada vez mais importante na formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos e educadores, de que elas precisam para o estudo e solução de suas questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas .

(...) A organização de universidade é, pois, tanto mais necessária e urgente quanto mais pensarmos que são com essas instituições, a que cabe criar e difundir ideais políticos, sociais, morais e estéticos, é que podemos obter esse intensivo espírito comum, nas aspirações, nos ideais e nas lutas, esse 'estado' de ânimo nacional, capaz de dar força, eficácia e coerência à ação dos homens, sejam quais forem as divergências que possa estabelecer entre eles a diversidade de pontos de vista na solução de problemas brasileiros (...)"⁽⁷⁾

É a partir dessa dinâmica dos processos contraditórios e de posições ideológicas divergentes que se pautam as propostas educacionais. A universidade é, neste contexto, vista como aparato hegemônico — reduto de poder ideológico, instância fundamental —, cujo controle é disputado por grupos ou frações de classe que pretendem impor à sociedade suas próprias idéias, para, em última instância, assegurar a manutenção do "status quo".

Discorrer sobre a criação dessas duas universidades não constitui o tema central deste trabalho. A intenção é,

(7) Cf. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 79, julho/setembro, 1960, p. 122.

apenas, a de enfatizar alguns aspectos ideológicos que envolvem a criação da universidade. Esses dois exemplos serviriam de fio condutor à análise que se segue da Universidade de Brasília.

Essas duas universidades - de São Paulo e do Distrito Federal - têm uma plataforma comum - partem da influência do liberalismo⁽⁸⁾, mas com variações diferentes: a primeira, tendendo para o liberalismo elitista - no pensamento de Fernando Azevedo, "as elites são verdadeiras forças criadoras da civilização" -; e a segunda, criada por Anísio Teixeira, tendendo para o liberalismo igualitarista, por influência de Dewey,

"Ao nível ideológico, o liberalismo democrático e igualitarista de Anísio Teixeira tenta integrar os novos grupos sociais na estrutura de poder não como agentes de transformação, mas como colaboradores eficientes das modificações que obrigatoriamente as classes dominantes têm que promover para garantir o sistema capitalista"⁽⁹⁾.

A criação dessas instituições representa uma preocupação com a integração da universidade. Essa idéia é retomada em 1961, com a fundação da Universidade de Brasília, que apresenta uma estrutura integrada e moderna.

(8) A análise feita por Luis Antonio Cunha destaca "que o liberalismo no Brasil foi submetido a toda sorte de arranjos ideológicos: conviveu com as idéias que defendiam a monarquia e a escravidão, associou-se ao positivismo e, na primeira República, serviu admiravelmente bem para legitimar a ditadura das oligarquias e a repressão aos trabalhadores. No campo educacional, o liberalismo foi evocado no tempo do império, para legitimar a igualdade das escolas particulares às escolas estatais e para justificar a frequência livre dos estudantes das escolas superiores e a introdução da livre docência (liberdade de ensinar e aprender); em todos os tempos, para fundamentar a necessidade de se estender a instrução elementar a todos os cidadãos". CUNHA, Luis Antonio, *A Universidade Temporã*. Ed. Civilização Brasileira, 1980, p. 230.

(9) TEIXEIRA, Mirene M. Santos, *O significado pedagógico da obra de Anísio Teixeira*. Ed. Loyola, São Paulo, 1985, p. 145.

1. A Universidade de São Paulo

Foi criada através do Decreto Estadual nº 6283, de 25 de janeiro de 1934, por Armando de Salles Oliveira, interventor do Estado de São Paulo. Pensou-se a instituição a partir da crise das oligarquias, a qual seguiu-se à implantação do regime republicano. Essa crise era vista, em parte, pela ausência de uma elite que fosse capaz de propor um projeto político para a nacionalidade. A via de realização desse projeto de regeneração política da nacionalidade era a educação e, dentro dela, possuía destaque especial a universidade, por ser a formadora da elite dirigente, indispensável ao projeto hegemônico da "comunhão paulista". Esse projeto estava intimamente ligado a um projeto para a sociedade — toma forma a partir do Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo⁽¹⁰⁾, que foi organizado por Fernando de Azevedo, para *O Estado de São Paulo*, e no qual são apontadas duas funções da universidade:

- formação de professores de nível secundário e superior;
 - preparo e aperfeiçoamento das classes dirigentes;
- essa última seria a função nobre da universidade.

A campanha pela universidade⁽¹¹⁾ foi veiculada pelo jornal *O Estado de São Paulo* que, em síntese, exercia a função de um partido político, expressando as *idêias* da fração da classe

(10) AZEVEDO, Fernando de, "Educação pública em São Paulo (Inquérito para *O Estado de São Paulo*, em 1926). São Paulo, Editora Nacional, 1934.

(11) Sobre a Fundação da Universidade de São Paulo, ver: ANTUNHA, Heládio C.G., "Universidade de São Paulo - Fundação e Reforma". São Paulo, C.R.P.E., *Estudos e Documentos*. vol. 10, 1974.

dominante que pretendia impor à sociedade sua visão de mundo.

A classe dominante, ao produzir a universidade, solicita dela a reprodução das idéias que justificam o seu poder, a manutenção da ordem social vigente.

É sabido que "os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante.

Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante"⁽¹²⁾.

A Universidade de São Paulo⁽¹³⁾ foi concebida como universidade das elites, para as elites e profundamente engajada no projeto político da "comunhão paulista". "Era o lugar de formação e reprodução do público novo", das elites dirigentes, e ao mesmo tempo a condição da conservação e reprodução do projeto de hegemonia cultural e política de São Paulo e da comunhão, dentro da nacionalidade⁽¹⁴⁾.

(12) Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, *A Ideologia Alemã* - volume I, Editorial Presença, Livraria Martins Fontes, Portugal, Brasil, pp. 55/56.

(13) Sobre a Universidade de S. Paulo, ver: CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro, *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo, Autores Associados/Ed. Cortez, 1982.

(14) Ibid., p. 156.

A hegemonia traduzia-se, em parte, numa proposição de sociedade construída a partir das categorias: elite, classe média, massas, imbuída de uma perspectiva liberal, na acepção do liberalismo elitista. Nesse projeto, a universidade é o núcleo fundamental, uma vez que ela encarrega-se de formar as elites dirigentes que impõem à sociedade suas concepções e visão de mundo.

A universidade revestiu-se de um papel político, ou seja, o de concorrer para a conquista da hegemonia das oligarquias paulistas através da formação de intelectuais e políticos capazes de liderar no cenário político nacional e, para tanto, exerceu um papel importante dentro do processo de autoritarismo que culmina no Estado Novo (1937).

2. A Universidade do Distrito Federal

A Universidade do Distrito Federal⁽¹⁵⁾ foi criada por Anísio Teixeira quando administrava a Diretoria de Educação do Distrito Federal (1932-1935) e tinha por objetivos:

- . promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira;
- . encorajar a pesquisa científica, literária e artística;
- . propagar as aquisições da ciência e das artes pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular;

(15) Criada através do Decreto Municipal nº 5.513, de 4 de abril de 1935, compunha-se de 5 escolas: Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e Instituto de Artes. Dentre os cursos previstos, estavam alguns completamente novos no ensino superior brasileiro: Administração e Orientação escolares, Auxiliares de Medicina e Técnicos de Laboratório, Diplomacia, Estatística, Serviço Social, Jornalismo e Publicidade, Biblioteconomia, Arquivo e Museus, Cinema e Arquitetura Paisagista.

- . formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que as suas escolas e institutos comportassem;
- . promover a formação do magistério em todos os seus graus.

Anísio Teixeira buscava conferir a essa nova instituição a função de promover a cultura desinteressada e assegurar a preparação para a carreira intelectual: "A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata somente de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata somente de preparar práticas ou profissionais, de ofícios ou de artes. A aprendizagem direta os prepara, ou em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades.

Trata-se de manter uma atmosfera de saber, para preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas.

Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva.

Trata-se de difundir a cultura humana, mas de fazê-lo com inspiração, enriquecendo e vitalizando o saber do passado com a sedução, a atração e o ímpeto do presente.

O saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram, para a nossa geração; o saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem"⁽¹⁶⁾.

Mais adiante, ele mostra a missão nova atribuída de maneira explícita a essa universidade: "E qual a universidade

(16) Boletim da Universidade do Distrito Federal 1 (1-2) julho/Dezembro, 1935, p. 15.

que abre, hoje, aqui as suas portas? É por acaso mais uma universidade para o preparo puro e simples de profissionais, de médicos, de bacharéis, de dentistas e engenheiros civis? Não É uma universidade cujas escolas visam ao preparo do quadro intelectual do país, que até hoje se tem formado ao sabor do mais abandonado e do mais precário autodidatismo"⁽¹⁷⁾.

Quanto à organização, representava um avanço em relação à integração universitária e ao desenvolvimento da pes-quisa.

Tal instituição deveria gozar uma grande autonomia. Prevía o decreto a autonomia econômica da instituição e, quando isso acontecesse, o reitor, antes nomeado pelo prefeito, seria eleito pelos organismos competentes da própria universidade. Prevía, também, maior participação dos estudantes de forma mais democrática.

Em seu discurso, Anísio Teixeira advoga a construção de uma sociedade democrática e adaptação dessa sociedade a uma civilização baseada na técnica e na ciência. Como ideólogo da educação liberal, omite a necessidade de reformas sociais de base e procura salvaguardar a sociedade burguesa por meio de pequenas reformas que não prejudiquem a base do capitalismo. E é nesse sentido que, ao enfatizar a necessidade de uma elite de técnicos, procura criar as condições de desenvolvimento da industrialização. A universidade é conferida a missão de formar os novos técnicos que o processo de indústrialização começa a demandar, e, no centro da questão, coloca-se a universidade como o "quartel-general" da luta econômica e internacional".

(17) Ibid., Boletim da Universidade do Distrito Federal.

Embora possa situar-se como "avançada", a universidade criada por Anísio Teixeira, considerando o contexto retrógrado da sociedade e a tradição de escolas profissionais isoladas até então existente, tal iniciativa é marcada pela sua ideologia conservadora enquanto participante de um grupo social, e "os limites de seu pensamento e de sua prática são marcados, de forma global, pela ótica burguesa, assumindo a sociedade capitalista como justa, escamoteando o problema da divisão social do trabalho e aceitando a ideologia da neutralidade da escola" (...) (18)

Nesse sentido, Henri Lefebvre coloca a questão da não-neutralidade das idéias da classe dominante, expressando-se da seguinte forma: "todas as idéias, todas as teorias, até mesmo as aparentemente não políticas, têm, portanto, uma relação direta ou indireta com a política..."

A relação indireta é velada, as idéias aparentemente não políticas podem ser as mais perigosas e mais perversas que a relação declarada. É por isso que as classes dominantes emitem suas idéias políticas sob aparências neutras, imparciais e não políticas (19). O pensamento político está vinculado diretamente à vida social e, desta forma, compreender o pensamento educacional de uma época implica compreendê-lo a partir da estrutura da sociedade.

Na perspectiva aqui entendida, ou seja, a universidade vista como aparato hegemônico cujo controle é disputado por frações de classe que pretendem impor suas próprias concepções sobre a sociedade, é que se procurou tematizar sobre a experiência de criação das duas instituições em questão.

(18) Cf. GANDINE, Raquel Pereira Chainho, "Tecnocracia, Capitalismo e Educação. "Em Anísio Teixeira - 1930-1935. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação-UNICAMP, 1979, p. 103.

(19) LEBVRE, Henri, Para compreender o pensamento de Karl Marx, Edições 70, 1966, p. 01.

É importante frisar-se que, no processo de evolução da universidade brasileira, essas inovações constituíram um marco de referência, representando uma ação de movimento, no contexto da sociedade retrógrada e do capitalismo tardio brasileiro, embora não se possa desconsiderar o caráter ideológico e hegemônico desses projetos educacionais.

Sua criação, sob a égide das várias facetas do liberalismo, não passou de um engodo para legitimar uma postura ideológica, procurando camuflar as contradições da sociedade de classes. Por mais "avançadas e progressistas" que possam parecer tais propostas de inovação da universidade, é preciso ter-se em mente a sua relação com os interesses da classe dominante. Na luta de classes, cada qual quer ser hegemônica. Desvincular a universidade dessa relação parece utopia. Não poderia ela ser autêntica numa sociedade inautêntica, não poderia ser livre numa sociedade subjugada, não poderia ser crítica numa sociedade alienada.

Duas questões que vêm à tona ao se analisar a universidade são: a da existência concreta de seu potencial enquanto instância crítica e espiritual, engajada na busca de um saber novo, para a construção de uma nova sociedade; e a de que "as fronteiras e os limites de uma instituição estão sempre no fator humano".

A idéia da criação dessas duas universidades (a de São Paulo e a do Distrito Federal) teve como desdobramento a Universidade de Brasília. Darcy Ribeiro afirma ter o "Projeto da UnB se inspirado nos esforços pioneiros de Anísio Teixeira na Universidade do Distrito Federal (1935-37) e na lição proporcionada pelo fracasso na tentativa de implantar as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e do

Rio como órgãos integradores das respectivas universidades. "Entretanto, o projeto de Brasília ultrapassou amplamente, por suas ambições, aqueles esforços larvais. Ali se contou com re cursos humanos e materiais que permitiram aspirar à criação de uma universidade nacional efetivamente capacitada para o comple to domínio do saber moderno, para o exercício da função de ór gão central de renovação da universidade brasileira e para o desempenho do papel de agência de assessoramento governamental, na luta pelo desenvolvimento autônomo do país" (20).

Tanto Anísio Teixeira como Darcy Ribeiro procuravam uma conceituação da universidade pelos serviços que ela podia prestar à sociedade. Em ambos estava presente a idéia da universidade científica e tecnológica, encarnada nos valores da sociedade industrial.

Em Anísio Teixeira, era presente a preocupação com as reformas institucionais. Ao defender a ampliação das oportu nidades educacionais a todos os cidadãos e o igual direito de todos participarem dos benefícios da modernização, estava sendo porta-voz da burguesia industrial. E é como porta-voz da bur guesia industrial que ambos formulam suas propostas para a uni versidade em distintos momentos históricos.

A Universidade de São Paulo é concebida como uma universidade das elites, para as elites. Fernando de Azevedo afirma: (...) "A sorte da nação já não dependia da força adquirida de algumas instituições nem do prestígio e das tradições de algumas famílias, mas de sua capacidade a um tempo de resistência e de adaptação, de seu grau de cultura, de sua energia e de sua prudência de sua ciência e de seu aparelhamento técnico, de sua sabedoria e da sua largueza e penetração de vistas de suas classes dirigentes. De nada valeriam instituições sem ho

(20) RIBEIRO, Darcy, *A universidade Necessária*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982, p. 132.

mens capazes de encarná-las de lhe dar vida e impulso e de encarná-las não como um fim mas como meios, utilizando-as na impersonalidade do regime legal, como poderosos instrumentos para servir à nação, resolver-lhe os problemas fundamentais e assegurar a continuidade de sua existência e de seus progressos" (21).

Ao fundar a Universidade de São Paulo, o pensamento que orientou Armando de Salles Oliveira foi "organizar um centro de altos estudos, para a preparação e renovação constante das elites do país, e fazer da universidade o foco intelectual de uma atividade, criadora e fecunda, em todos os domínios do conhecimento humano".

Dentro dessa idéia de universidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras devia organizar-se como um núcleo em que centrar-se-ia a universidade e em torno e em função do qual organizar-se-iam, pela base, as escolas profissionais. Desta forma, todos os estudantes universitários, qualquer que fosse sua destinação profissional, teriam de fazer na Faculdade de Filosofia o curso de matérias fundamentais (Matemática, Física, Química, Biologia, Estatística, Economia, entre outras), transformado no curso básico de todas as escolas profissionais.

Na Universidade de Brasília teve-se também a preocupação integradora. O órgão integrador na estrutura da universidade era representado pelo conjunto dos Institutos Centrais que, além de outras funções, ministrariam cursos introdutórios de duas séries para todos os alunos, a fim de dar-lhes preparo intelectual e científico básico para seguir os cursos profissionais nas Faculdades.

(21) AZEVEDO, Fernando, *Educação entre dois mundos*. Ed. Melhoramentos, p. 111.

Darcy Ribeiro tem razão em afirmar que a idéia fundamental da Universidade de Brasília ultrapassa os esforços empenhados na criação da Universidade de São Paulo e a do Distrito Federal. Ela representa um esforço-síntese das experiências anteriores, ultrapassando-as à medida que a criação da Universidade de Brasília ocorre em outro contexto histórico, no qual as demandas sobre a universidade são diferentes, maiores as exigências de desenvolvimento da ciência e da técnica. Nesse sentido, a Universidade de Brasília, antecipa o modelo tecnocrático de universidade.

No capítulo seguinte, procuro tratar da questão da dinâmica capitalista e, conseqüentemente do desenvolvimento dependente brasileiro, tentando mostrar que os projetos calcados na ótica da autonomia nacional perdem sua significância e esgotam-se devido a suas próprias ambigüidades: tentativa de estabelecer o desenvolvimento nacional numa era monopolista de capital.

2a. PARTE - CONTEXTUALIZAÇÃO

Dinâmica capitalista/Desenvolvimento dependente

O impulso pela modernização da universidade é reflexo de uma conjuntura político-ideológica de ordem interna e externa, ligada ao processo de industrialização⁽¹⁾. À medida que esse processo desenvolve-se, a universidade torna-se alvo de inovações no esforço de adaptar-se às necessidades do novo contexto. Dessa forma, a função da universidade tem modificado progressivamente, devido à necessidade de mão-de-obra especializada para a indústria e para o Estado e também pela necessidade de responder à crescente demanda pelo nível superior de ensino pelas classes médias — como meio de promoção social.

A transformação da universidade tradicional em universidade tecnocrática é, pois, um imperativo do próprio desenvolvimento capitalista para que ela possa cumprir a função de formar os especialistas assalariados exigidos pelas grandes empresas. A universidade tecnocrática é instrumentalizada, reduz o ensino superior a um profissionalismo fragmentado, super-especializado e não-integrativo num todo.

-
- (1) Luis Antonio Cunha acha que não é descabido dizer que a modernização do ensino superior foi acionada pelo Estado, atendendo aos imperativos da segurança e do desenvolvimento. A formação econômica acelerada e abundante de profissionais, principalmente de tecnologistas, era vista como requisito de rompimento dos laços de dependência que entravavam o desenvolvimento do país, como condição para a sua mais perfeita integração econômica, diplomática e militar no conflito entre o "mundo livre", liderado pelos Estados Unidos, e a "cortina de ferro", pela União Soviética. O primeiro passo no sentido da modernização do ensino superior foi dado pelo segmento militar do Estado — Ministério da Aeronáutica — com a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). O movimento iniciado pelo ITA, de indução da modernização do ensino superior, teve seu momento mais forte na criação da Fundação Universidade de Brasília. Cf. Luis Antonio Cunha. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed., 1983, p. 152. Ver capítulo IV — "Desenvolvimento, Segurança e Modernização".

A criação da Universidade de Brasília representou um movimento de indução da modernização da universidade no Brasil, numa época em que o capitalismo exigia uma universidade de mais "eficiente". Ela é um "núcleo de contradição", pois fundamenta-se na ótica da ideologia nacional, na superação do subdesenvolvimento, para o que era necessário criar, uma autonomia científica e tecnológica, o que se expressaria na formação de uma elite nacional: "Uma universidade brasileira, para os problemas brasileiros, empenhada na busca de soluções para os problemas da nação e preocupada em promover a integração da América Latina" (2).

Dado o desenvolvimento das forças capitalistas e as contradições inerentes ao projeto nacional-desenvolvimentista, do qual a universidade é parte, essa proposta tornou-se inviável.

Marx mostrou que o ciclo do capital internacionalizava-se e que tal processo teve início com a emergência do "modo de produção capitalista" (MPC). A internacionalização do capital é produto de sua própria evolução, constitui um desenvolvimento lógico e um fato inevitável da reprodução ampliada desse modo de produção em escala mundial.

A teoria marxista estabelece três estádios fundamentais na evolução do capitalismo:

1. o estágio primitivo, ou manufatureiro;
2. o estágio clássico, da fábrica, ou da concorrência total;
3. o estágio imperialista, ou monopolista em geral.

(2) Assim definiu a Universidade de Brasília o prof. Pompeu de Souza em entrevista concedida para esta pesquisa.

Para Lénin "o capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se, com vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável"⁽³⁾.

O monopólio, uma vez constituído, modifica toda a estrutura social, invade todos os setores, acelera o desenvolvimento da ciência e da técnica, multiplica a divisão social do trabalho "penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra 'particularidade'".

Lénin fala sobre a exportação de capital e as características do velho e do novo capitalismo: "O que caracteriza o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias, o que caracteriza o capitalismo moderno no qual impera o monopólio e a exportação de capital".⁽⁴⁾ Essa exportação de capital "é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as primeiras vias férreas ou iniciadas a sua cons

(3) LÊNIN, *Obras Escolhidas*. V.I., Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1979, p. 594.

(4) Cf. LÊNIN, *Obras Escolhidas*. V.I., Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1979, p. 621.

trução, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento industrial, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que, em alguns países, o capitalismo "amadureceu excessivamente e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação 'lucrativa'." (5).

No Brasil, a perspectiva do desenvolvimento dependente já vinha sendo delineada essencialmente a partir dos anos trinta e progressivamente nos anos seguintes, atingindo seu ápice com a política desenvolvimentista, criando infra-estrutura interna para a entrada de investidores internacionais, fortalecendo os laços da dependência e, sobretudo, consolidando o modelo destinado a associar e internacionalizar a economia brasileira.

Segundo Ianni, o desenvolvimento econômico, social e político do Brasil, simbolizado na industrialização acelerada, foi o resultado de uma seqüência de rompimentos políticos e econômicos internos e externos (6).

Com a revolução de 30, inicia-se um processo de mudança na composição das forças político-econômicas — a burguesia agrário-cafeeira, organizada segundo o modelo agro-exportador (7), cede espaço à burguesia industrial. Esse processo ocorre em consequência da chamada substituição de importações (8), asso-

(5) Cf. LÊNIN, *Obras Escolhidas*. V.I., Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1979, p. 622.

(6) IANNI, Octávio, *O colapso do populismo no Brasil*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.

(7) O modelo de exportação de produtos tropicais e matérias-primas e importação de manufaturas é o que caracteriza a economia brasileira nas três primeiras décadas do século XX.

(8) O modelo de substituição de importações de produtos manufaturados desenvolve-se aceleradamente de 1930 a 1962. Flutua em várias direções e exige a recomposição das relações de produção e dos padrões de dominação (...). A sucessão de crises políticas, nesse período, indica o conflito crescente entre o nacionalismo desenvolvimentista e independente e a preservação de vínculos e compromissos com a sociedade tradicional e o sistema político-econômico internacional. Cf. IANNI, Octávio, *O colapso do populismo no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira, 1971, p. 11.

ciada ao esforço do Estado de planejar a economia e, conseqüentemente, à crise do café nos mercados internacionais.

O arranco para a industrialização brasileira teve como base o capital agrícola proveniente do excedente das exportações do café, associado também a fatores externos de ordem econômica e política. A história brasileira fundamenta-se e desenvolve-se na interdependência do capitalismo e das relações externas.

O governo de Vargas⁽⁹⁾, especialmente a partir de 1937, assume a industrialização como um projeto de desenvolvimento, procurando preservar o capital nacional através de uma política de cunho nacionalista e do incentivo a projetos industriais ligados à burguesia nacional. Isso mostra que seria equivocado imaginar que o crescimento industrial teve como causa básica apenas o processo de substituição de importações. A política do governo permitiu "ampliar, acelerar e incentivar o processo de industrialização através de subsídios aos investimentos e de créditos facilitados". O Estado torna-se a mais importante instância das decisões sobre a política econômica, incentivando e dinamizando os setores do seu interesse.

Apesar da política nacionalista, implementada por Vargas, permitiu-se grande entrada de capital externo, principalmente a partir de 1945, com a derrota dos países do eixo. O Brasil aliava-se definitivamente aos Estados Unidos, e a penetração capitalista americana torna-se um fato tendencial cres-

(9) Durante o governo de Vargas, várias empresas foram criadas, dentre elas: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - (BNDE), em 1952; Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (Petrobrás), em 1953; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. O que significa um direcionamento do governo para esses setores, uma dinamização da economia nacional.

cente. O Presidente Getúlio Vargas, no entanto, fazia restrições ao imperialismo americano, sofrendo fortes pressões do capital estrangeiro, dos militares e dos partidos políticos,⁽¹⁰⁾ forças responsáveis pela crise político-militar que culminou no seu suicídio em agosto de 1954. O incidente representou um trágico desfecho da crise, que tinha suas raízes nas pressões internacionais dirigidas ao governo brasileiro, para forçá-lo a abandonar a política econômica vigente.

Esses fatos demonstram a existência de posições antagônicas, de conflitos de interesses permeando a política econômica brasileira, e o seu desdobramento foi a gradual associação de uma fração da burguesia local ao capital internacional. Isso decorreu também da maneira com a qual se pôs em prática o modelo de substituição de importações, que criou as bases para um novo padrão de organização das condições do desenvolvimento econômico, baseado na internacionalização da economia.

O Programa de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-60) demonstra a elaboração prática do modelo de "desenvolvimento associado" que se concretizou a partir de 1964. Nesse contexto, uma fração da burguesia nacional que pretendia implantar um modelo de desenvolvimento autônomo perdia completamente a possibilidade de exercer o domínio político-econômico. Isto é em parte explicado pelo fato de que "(...) uma burguesia que teve uma de suas raízes no nexo estrutural entre a escravidão e a acumulação primitiva de capital, que tem de recorrer ainda hoje a certas modalidades prê-

(10) Principalmente da UDN, que era, no Brasil, o partido da grande indústria e do capital financeiro.

capitalistas de acumulação e que não rompeu (e nunca tentou de cisivamente romper) com os laços visíveis e invisíveis da domi nação indireta (por via do mercado mundial ou, mais tarde, da internacionalização das formas de produção), não produz socialmente, dentro e através de suas situações de classe, o impulso coletivo para as grandes reformas (ou revolução encadeada) que colocam o desenvolvimento do capitalismo no clímax da histó ria das civilizações (...)"⁽¹¹⁾

Os programas calcados na ótica da autonomia nacional perdem a sua significância e esgotam-se as possibilidades de realizar a promessa devido às próprias contradições que eles encerram combinar com o desenvolvimento nacional com a participa ção na engrenagem do capital internacional.

(11) FERNANDES, Florestan, *A Ditadura em questão*. São Paulo, T.A. Queiróz, 1982, p. 108.

A Ideologia do Desenvolvimento

A ideologia do desenvolvimento encontra sua expressão máxima no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960). O pressuposto dessa ideologia é o crescimento econômico obtido dentro da manutenção da ordem e da segurança do sistema⁽¹⁾.

É no governo do presidente Getúlio Vargas que são lançadas as bases políticas e ideológicas do desenvolvimento, apoiado, em parte pela "democracia populista", que propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista.

O governo de Juscelino manteve a política de massas, mas, por outro lado, tornou-se paradoxal ao pôr em prática um programa de desenvolvimento econômico baseado na internacionalização dos novos investimentos. No modelo nacional-desenvolvimentista, estava presente a aliança de classe, a mobilização controlada das massas em proveito da classe dominante.

O governo de Juscelino apoiou-se e fundamentou-se na política econômica da Cepal que entendia a superação do subdesenvolvimento como resultado da expansão do setor moderno, capitalista, em oposição ao setor tradicional, entendido como não-capitalista, através do melhor aproveitamento dos fatores de produção. Nesse processo, destaca-se a técnica como forma de viabilizar e desenvolver os fatores de produção, alcançando um todo desenvolvido: capitalismo nacional auto-sustentado.

(1) No plano ideológico do nacionalismo-desenvolvimentista, fica especificada a perspectiva política geral: mudar e desenvolver o país - nacionalismo patriótico; dentro da ordem, integrando a nação ao sistema a que pertence - nacionalismo internacionalista; para garantir a ordem, impedindo o surgimento e a infiltração de idéias subversivas - nacionalismo anticomunista. CARDOSO, Míriam Limoeiro, *Ideologia do Desenvolvimento no Brasil* - JK/JQ. Paz e Terra, 1978, p. 259.

Dentro desse pressuposto, capital, trabalho e técnica são fatores que, somados, permitem deflagrar o processo de desenvolvimento, no qual desempenha importante papel a colaboração do capital estrangeiro.

É importante destacar a ambigüidade do governo de JK: procurou combinar o esquema de sustentação política lastreado no desenvolvimento nacionalista e uma política econômica voltada para a internacionalização. O Programa de Metas⁽²⁾ do governo foi uma resposta às necessidades do capital internacional e procurou criar infraestrutura para a industrialização. Esse Programa visava a acelerar o processo de acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras.

Para viabilizar o modelo desenvolvimentista, foi proposta a ideologia da união nacional, sob a liderança da burguesia industrial, ou seja, enfatizou-se a afirmação do industrialismo, do desenvolvimentismo, do nacionalismo, da união nacional em torno da burguesia, do intervencionismo estatal moderado, visando ao planejamento econômico e ao apoio à industrialização.

Dessa forma, estariam garantidos desenvolvimento econômico e bem-estar social e estaria preservada a segurança do sistema. Nessa formulação, cabia ao Estado o papel essencial de infundir a consciência do desenvolvimentismo — formular a ideologia que sustentaria a crença na viabilidade no projeto do governo. O "Estado não representaria uma consciência da sociedade, mas uma consciência de classe", que procura transformar

(2) Programas de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek, Rio de Janeiro, Presidência da República, 1958.

sua aspiração particular (de uma classe) num projeto da sociedade como um todo. Com a eleição de JK estabelecia-se a coligação desenvolvimentista, resultante da união entre a burguesia industrial, Estado e capital estrangeiro.

A meta do governo era, sem dúvida, acelerar o processo de crescimento econômico como forma de superar o subdesenvolvimento. A superação do desenvolvimento far-se-ia com o advento da indústria, e "toda a sociedade" beneficiar-se-ia. O desenvolvimento concebido pelo governo voltava-se para a expansão econômica e era visto como esperança de prosperidade para "toda a nação"; procurava camuflar as tensões e os conflitos de classe inerentes ao sistema capitalista.

Visto dessa forma, o desenvolvimentismo passou a funcionar "como antídoto para todos os males nacionais".

O ideário político do governo pautava-se na manutenção da ordem legal, na consolidação do regime democrático, no alinhamento com o chamado "mundo livre" e na inevitabilidade do auxílio do capital estrangeiro. Para a realização desse ideário político, JK adotou a política da "conciliação de interesses no poder", onde as várias facções tiveram a possibilidade de acomodar-se, compartilhando o poder — por isso seu governo apresentou uma relativa estabilidade⁽³⁾.

(3) Sobre a estabilidade política do governo de JK, Maria Victória Benevides tem-na como fruto de uma conjuntura favorável na qual as Forças Armadas (notadamente o Exército) e o Congresso (aliança majoritária PSD/PTB) atuaram de maneira convergente no sentido de apoiar a política econômica. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek — Desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) ⁽⁴⁾ foi um órgão muito importante de sustentação e veiculação da ideologia desenvolvimentista. Criado em 1955, tinha por finalidade "o estudo, o ensino e a divulgação das Ciências Sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados destas Ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos técnicos que permitiam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional" ⁽⁵⁾.

De acordo com a análise de Caio Navarro de Toledo ⁽⁶⁾, o nacionalismo foi a ideologia hegemônica no interior dessa Instituição, particularmente durante o período do governo de JK. Seria, contudo, errôneo pensar-se que haveria uma unanimidade entre os membros do Iseb quanto ao conteúdo, limite e possibilidades da ideologia nacionalista. Várias foram as compreensões ideológicas sobre o nacionalismo, porém assentavam-se na mesma base — o desenvolvimento econômico brasileiro sob os moldes capitalistas.

O governo e o Iseb possuíam muitos pontos em comum quanto à perspectiva desenvolvimentista e, por isso, no

(4) O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) foi criado em 14 de julho de 1955, pelo Decreto nº 57.608 de João Café Filho, e extinto em 13 de abril de 1964, por força do Decreto nº 53.884. O Iseb originou-se do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp). Promovia cursos, Seminários de Estudos, Pesquisas, das quais participaram representantes das Forças Armadas, do Conselho de Segurança Nacional, do Congresso Nacional, dos Ministérios, empresários, industriais, líderes sindicais, parlamentares, professores, estudantes universitários, etc.

(5) Regulamento Geral do Iseb - Decreto nº 37.068 de 14/07/55.

(6) Sobre o Iseb ver a obra de Caio Navarro de Toledo: *Iseb: Fábrica de Ideologias*. Editora Ática, 2a. edição, São Paulo, 1978.

governo de JK, essa Instituição teve um alcance muito grande na formulação e veiculação e propaganda ideológica do nacionalismo.

"Um e outro diluíram as diferenças de classe em nome das necessidades de todo o País. Ambos restringiam à mera industrialização e ao intenso aumento de produtividade a concepção de desenvolvimento. Ambos queriam dizer que o desenvolvimento apenas deveria ocorrer dentro do domínio da lei, com patrões e empregados resolvendo pacificamente seus litígios, através de instituições criadas para esta finalidade" (7).

O Iseb veiculava um projeto de desenvolvimento econômico e social para toda a sociedade dentro da consciência burguesa, utilizando-se do nacionalismo como fonte de inspiração e legitimação. No interior dessa instituição, existia uma posição unânime - o desenvolvimento para a realização do capitalismo e o Estado entendido como "instrumento de classe".

Para a implementação desse projeto, foram conclamadas todas as classes. O desenvolvimento era aí concebido como "separado de um modo particular de produção", desconhecendo, ou melhor, negando o embate entre as classes e procurando camuflar a contradição entre 'capital e trabalho'. Essa contradição era situada numa outra perspectiva - a de nação/antinação. O nacionalismo isebiano "implica, pois, uma montagem do aparelho do Estado, visto em termo da adequação racional entre meios e fins: um e outro estão concebidos no nível da eficácia, técnica para a realização dos objetivos postos pelo desenvolvimento das forças produtivas nos quadros do capitalismo" (8).

(7) VIEIRA, Evaldo, *Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo, Cortez, 1983, p. 88.

(8) FRANCO, Maria Sylvia Carvalho, "O Tempo das Ilusões". In: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho, *Ideologia e Mobilização Popular*. São Paulo, CEDEC/Paz & Terra, 1978, p. 185.

O Iseb, como grande ideólogo do projeto de desenvolvimento, essencialmente no governo do presidente Juscelino Kubitschek, não se limita ao plano das idéias, traça ações concretas que se desdobram em várias realizações da vida nacional. No bojo dessa ideologia está a Universidade de Brasília, que capta, traduz e amplia todas as influências e ambigüidades contidas nas formulações do Iseb e, conseqüentemente, do próprio governo. Fica difícil separar essas duas instâncias — Iseb e Universidade —, que, na realidade, constituía um elo que se sedimentava e dava legitimidade ao plano político do governo — o desenvolvimento concebido nos moldes capitalistas.

O plano da Universidade de Brasília era parte desse contexto ideológico-político e está diretamente ligado ao processo de industrialização, que, em última instância, pretendia colocar a universidade a serviço da produção, estreitando os vínculos entre ela e a empresa. O entendimento dessa questão torna-se obscuro dadas as ambigüidades e contradições do momento histórico, sofrendo influências do populismo, do nacionalismo, do desenvolvimentismo, mas que, aos poucos, se vai afunilando, tendo como síntese a política educacional traçada após 64, que retoma e impõe a universidade vinculada à produção.

O que fica claro é que no plano da Universidade de Brasília estão presentes as contradições e ilusões do governo e do Iseb, respectivamente, pois:

- . procura, através da ciência e da técnica, a autonomia nacional, concebendo a razão instrumental como salvadora;
- . apresenta uma visão neutra da ciência;
- . espera, através da auto-suficiência tecnológica, controlar a circulação do capital nacional;
- . prevê a aliança de classe em prol do desenvolvimento auto-sustentado;

. propaga o ideal da classe dominante como ideal de toda a nação.

Nesse contexto desenvolvimentista, a transformação da universidade era eminente; tornava-se necessário criar condições racionais para o atendimento da crescente demanda pelas camadas médias da sociedade, em decorrência do próprio processo de desenvolvimento capitalista. A fala do Ministro da Educação e Cultura, Antônio de Oliveira Britto, por ocasião da inauguração da Universidade de Brasília, expressa bem essa idéia:

(...) "Neste local e neste momento chamada pelos imperativos dos dias que vivemos, instala-se a universidade que, sendo a mais jovem, possui já estrutura e alma para servir de exemplo às demais, na caminhada que deverá sem demora iniciar em busca do ajustamento da formação educacional de nossa juventude às necessidades nacionais".⁽⁹⁾

Nessa mesma fala, ele chama a atenção para a necessidade da urgente ampliação do número de vagas e para a diversificação da formação profissional, apontando a rigidez dos padrões curriculares. Isto porque o desenvolvimento da ciência e da técnica passam a exigir formas mais flexíveis e diversificadas de procedimento que permitam descobrir e encaminhar talentos para todos os ramos do saber e para todas as atividades requeridas pela vida moderna. Para a viabilização dessa idéia,

(9) BRITTO, Antonio de Oliveira, *Discurso de inauguração da UnB* — in Plano Orientador da Universidade de Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1962.

ele expõe a função da universidade e seu papel na vida social:

"A Universidade de Brasília surge, porém, com organização igual à das universidades mais modernas, daquelas que caminham à frente do desenvolvimento do seu país, através do planejamento econômico e social, da intensificação da pesquisa técnico-científica da formação de profissionais e técnicos de todos os níveis (...)

É a nova brisa que balança a universidade brasileira, impelindo-a para os rumos traçados pelos imperativos do progresso material e espiritual do nosso povo. É a nova ordem ditada pela consciência nacional, convencida de que já não há um minuto a perder na luta pelo desenvolvimento econômico e social do País, cuja base se encontra na educação do povo. É a tomada de posição do educador brasileiro de espírito jovem, certo de que a construção escolar deve ser a mais simples, a mais singela e a mais aprazível: convicto de que é reclamo nacional a pronta ampliação do número de vagas oferecidas pelos estabelecimentos federais de ensino superior, especialmente nos ramos técnico e científico, a fim de reduzir o custo anual do aluno, mobilizar os recursos didáticos subutilizados e satisfazer a necessidade de médicos e enfermeiras que possam atender o interior do País, e de engenheiros e técnicos capazes de incrementar o progresso da Nação".⁽¹⁰⁾

Este discurso encaixa-se na perspectiva traçada para o ensino superior, cujo projeto de reforma vai tomando corpo a partir do esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista — quando uma nova ordem econômico-social instaura-se no país exigindo da universidade atrelar-se ao modelo de desenvolvimento imposto.

(10) Discurso do Ministro da Educação Antônio de Oliveira Brito por ocasião da inauguração da Universidade de Brasília. In *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Editora Universidade de Brasília, 1962.

O esgotamento do modelo político econômico

Ao final do governo de JK, os pressupostos e aspirações da ideologia nacional desenvolvimentista entram em decadência, e a realidade apresenta-se de outra forma: ao invés de se atingir a autonomia nacional, estreitam-se os laços de dependência; as teses de que com o crescimento econômico toda a sociedade beneficiar-se-á não se confirmam. Em lugar de harmonia entre as classes, aprofunda-se o conflito entre elas, e o caráter neutro do desenvolvimento é desmascarado.

No campo econômico, uma nova ordem apresenta-se o modelo associativo da economia que privilegia os interesses sôcio-econômicos multinacionais associados (associação de capitais e interesses políticos e militares nacionais e estrangeiros). Tal modelo implica, segundo Ianni, a "internacionalização crescente do setor industrial, ao lado do caráter fundamentalmente internacionalista do setor agrário tradicional. Em certa medida, o modelo internacionalista — ou de associação ampla — é um dos resultados inevitáveis do confronto e das contradições entre os dois anteriores. Pode-se dizer que é a restauração do modelo inicial — como padrão colonial — em termos novos. Trata-se de um produto dos desenvolvimentos políticos e econômicos internacionais e nacionais. No jogo e contradição dos interesses das classes e grupos sociais em luta pelo poder e pela formulação da política econômica, surge necessariamente o padrão de desenvolvimento combinado. E a sua implantação exige a liquidação da democracia populista, como estrutura política nacional, tanto quanto a destruição da ideologia e prática da doutrina de independência econômica e política. É uma combinação nova entre os setores agrário e indus-

trial, no âmbito da reprodução ampliada do capital"(1).

No campo político, ocorre a ruptura do populismo(2), perdendo significado o discurso da autonomia e do desenvolvimento auto-sustentado. Isso explica-se, em parte, pela fragilidade da aliança de classe reunindo categorias antagônicas em prol do projeto contra o atraso econômico social.

Dentre os traços mais característicos dos fenômenos populistas, Ianni destaca o "paradoxo" da aliança de classe reunindo grupos sociais pertencentes a classes distintas e, consequentemente, com interesses opostos, em função de um pretenso projeto comum. Essa aliança preconiza a harmonia das classes sociais, ou seja, a "harmonia entre desiguais na ilusão de que sejam diluídas as 'linhas de classe'". O populismo encerra contradições fundamentais, ou seja, abarca os antagonismos desenvolvidos entre as classes que reúne.

A aliança estabelecida pelo pacto populista preconizava a harmonia das classes sociais, ou seja, a "harmonia entre desiguais". E, ao longo do processo, foi inevitável o aparecimento de contradições decorrentes de interesses divergentes entre as classes. A crise do populismo originou-se e desdobrou-se no âmago das classes e da luta de classes e a cisão entre classes é inevitável.

As contradições entre classes revelam "as condições relativamente precárias em que verificou-se a aliança, o caráter não harmônico de uma aliança entre desiguais; o indício de que as classes sociais não se apagam, mas desenvolvem-se, no

(1) IANNI, Octávio, *O colapso do populismo no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971, pp. 54-55.

(2) O populismo surgiu no movimento revolucionário russo do séc. XIX, depois confundiu-se com a política de massa nos EUA. Foi introduzido na sociologia acadêmica por Gino Germani, para quem o populismo não é uma categoria revolucionária e sim um conceito que legitima a integração das massas urbanas.

curso da aliança; ao longo da experiência populista as classes sociais amadurecem as suas especificidades; e, por fim, a experiência populista correspondente a uma fase, sem dúvida peculiar, no desenvolvimento das relações de acomodação e antagonismo entre as classes sociais participantes da aliança"⁽³⁾.

A medida que as contradições avolumam-se, modifica-se a posição das elites, havendo uma separação de interesses entre os propósitos das elites e os das massas, entre os fins e os meios. Com o advento de uma nova ordem econômica, as massas são excluídas da participação política. Essa tendência a excluir as massas revela a tendência da burguesia a efetuar a "política de pactuação" com a burguesia de outras nações. Isso mostra que a burguesia coloca sempre em primeiro plano as suas próprias reivindicações.

Seguindo o aprofundamento das rupturas estruturais de ordem interna e externa, inicia-se o processo de radicalização por parte dos operários, sindicatos, partidos políticos, estudantes, intelectuais, etc., reivindicando reformas de base. A burguesia, por sua vez, alia-se ao capital estrangeiro como opção e projeto político. Ocorre o "racha" da classe dirigente brasileira. Isso mostra, em parte, a fragilidade da aliança de classe estabelecida pelo pacto populista e que em "épocas críticas os elementos burgueses do populismo não admitem a continuidade da política de massas. É que nessas ocasiões a politização das massas operárias desenvolve-se de modo intenso e generalizado. Elas rompem com a sua condição de massa de manobra e conquistam as dimensões de classe política. Ao lado da organização po

(3) IANNI, Octávio, *Populismo e Classes Subalternas*. Revista Debate e Cultura, 1, p. 8.

lítica cada vez mais vigorosa, quando as confederações operárias assumem preeminência no cenário nacional, ocorre uma conscientização repentina sobre o que são as faces obscuras do poder populista. Por isso, os setores burgueses da política de massas preferem apoiar-se em outros grupos e instrumentos de poder. É nas ocasiões de crise que as forças armadas, o clero e a maioria da classe média reaparecem como forças políticas predominantes e adversas às mudanças de cunho estrutural. Nesses momentos, o enfraquecimento político e econômico da burguesia nacional faz com que esta divida o poder com os outros grupos e classes sociais interessados na preservação e desenvolvimento da ordem capitalista. É nessas ocasiões que todos os grupos da classe dominante e os seus aliados apelam à estabilidade institucional, aos princípios da hierarquia e da ordem, aos valores da civilização ocidental e cristã etc. Em todas as situações realmente críticas, a burguesia nacional rompe os compromissos táticos com o proletariado e alguns outros setores do populismo, em benefício das suas razões estratégicas, dadas pela ordem capitalista. Num paradoxo aparente, para sobreviver, essa burguesia nacional abandona a política de hegemonia implícita no populismo e adota a sua condição subalterna, refazendo e fortalecendo os seus laços com os seus inimigos de ontem"⁽⁴⁾.

Por outro lado, a ideologia nacionalista não era de fato um projeto político do Estado e nem do empresariado brasileiro. Os principais porta-vozes dessa ideologia (certas alas da burocracia civil, alguns militares, inclusive gru

(4) Cf. IANNI, Octávio, *Populismo e classes Subalternas*. Revista Debate e Cultura, 1, p. 12.

pos políticos da esquerda, alguns intelectuais, o Iseb, etc) não eram segmentos representativos no processo decisório, e a tentativa de definir um projeto de desenvolvimento industrial autônomo era concretamente inviável, dado o modelo de desenvolvimento dependente em que se pautou o processo brasileiro e a abertura para o capital estrangeiro.

3a. PARTE - A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Universidade de Brasília

Introdução

No âmbito da política educacional, existe uma tendência a tratar-se as questões ligadas à universidade de maneira mecânica e de modo a aparecerem neutras e abstratas. O grande fantasma da universidade recai na ineficiência gerencial. Essa tendência reflete o espírito da reforma universitária, que visa à despolitização da universidade, integrando-a no sistema produtivo.

Neste estudo, pretendo abordar a problemática da universidade de outra perspectiva, qual seja, a da sua criação, como e por que é produzida, buscando compreendê-la no seu contexto histórico-social.

A criação da Universidade de Brasília representava, no contexto social, uma proposta de modernizar o sistema de ensino superior do país, como reflexo de um dado momento histórico, em que a crença no "desenvolvimentismo" e na modernização eram vistos como alternativas para o crescimento econômico. A exaltação da mudança e a crença na modernização estavam presentes nos projetos do governo brasileiro, na era desenvolvimentista. Essas idéias permearam e fundamentaram a iniciativa modernizante da UnB, instituição que foi pensada para alcançar uma dimensão nacional, para estender às demais seu modelo organizacional e também para fornecer técnicos, cientistas e profissionais para a nação. Nessa perspectiva, eram asseguradas a reprodução e a ampliação desse modelo de universidade.

É importante salientar que essa proposta de universidade veiculava um projeto para toda a sociedade, expresso na sua formulação político-ideológica, mas que não se sustentava no processo histórico e esgotou-se em decorrência mesmo de elementos contraditórios inerentes a ele.

O sistema de ensino superior do país era resultante de um transplante cultural, um modelo arcaico de universidade em que predominava a separação entre a universidade e a sociedade, sobressaindo formas burocratizadas e reforçando o elitismo e o centralismo numa rígida estrutura de poder. Era sem dúvida necessário repensar essa universidade, dada sua inexpressividade e seu anacronismo em relação às mudanças produzidas na sociedade. Essas mudanças se faziam sentir especialmente em relação a uma nova ordem econômica que se encontrava em gestação, produzindo alterações fundamentais na estrutura sócio-cultural. O mesmo não ocorreu, pelo menos de forma direta, na estrutura de poder que, de forma conjugada, procurou conciliar o velho e o novo, buscando formas de legitimar o poder político.

Ao final da década de 50, a universidade, refletindo a efervescência política dos grupos de poder, passou a ser vista como um espaço, para, através de sua reforma, veicular um projeto para a sociedade de forma hegemônica. A partir da disputa ideológica desse espaço foi planejada a UnB.

Historicamente, ela está vinculada ao nacionalismo⁽¹⁾ e é criada no momento em que as incoerências estruturais da convergência de classe (pacto populista) começam a aparecer e entram em crise de poder o "bloco histórico" populista. Essa crise de poder chega ao momento-síntese com a cisão da classe dirigente do país (1964), concluindo o movimento contraditório, introjetado no modelo econômico.

É difícil perceber a extensão prática dessa proposta, uma vez que ela não se concretizou — outro projeto político foi imposto à sociedade, privilegiando os interesses multinacionais associados, redirecionando a política educacional, essencialmente nos aspectos ideológicos. Quanto à universidade, torna-se difícil percebê-la conforme a proposta inicial, dado o caráter dinâmico e contraditório de suas atividades: é uma instância de poder que reproduz o "status quo" e, ao mesmo tempo, é crítica na reflexão das condições de desenvolvimento sócio-político-cultural.

Um aspecto de fácil percepção na idéia do projeto é que ele não avança na formulação da universidade como uma instituição crítica da estrutura social vigente. O desafio é entre as nações — subdesenvolvidas e desenvolvidas — e en-

(1) Florestan Fernandes chama a atenção para o fato de que "o nacionalismo emergiu e evoluiu como uma força disciplinada, contida e parcial, que respondia às modalidades de consciência social de interesses e de valores dos estratos sociais dominantes. Ele não adquiriu uma natureza explosiva e revolucionária nem assumiu poder integrativo aglutinante, pois não devia exprimir a conciliação de concepções, de interesses e de valores sociais em tensão e em conflito. Por isso, não se irradiou, através do sistema das sociedades nacionais em formação, nem captou a vontade profunda dos homens de *status* diferentes. Elaborou-se e permaneceu como uma força social de superfície e de circunstância, mantendo-se perenemente incapaz de identificar as diversas classes sociais com alvos coletivos que as transcendessem e as galvanizassem acima de seus destinos históricos particulares. Não chegou sequer a invadir as instituições onde poderia mediar com ímpeto construtivo insopitável, como as escolas ou os quartéis". FERNANDES, Florestan, *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. S.Paulo, Hucitec, 1979, p. 201.

tre periferia e centro. E, neste sentido, "nenhum movimento de efervescência nacional e nenhuma classe social tomaram a si, até hoje, a tarefa histórica de moldar novas formas de consciência social e de valores sociais suscetíveis de comunicar às universidades uma nova vitalidade cultural, relacionando-as com o processo de integração nacional como influências dinâmicas construtivas de alcance revolucionário"(2).

(2) FERNANDES, Florestan, *Círculo Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1979, p. 202.

Contexto educacional em que se insere a criação da Universidade de Brasília

É fato que as transformações políticas e econômicas repercutem na educação. Com o desenvolvimento da industrialização, a burguesia agro-exportadora foi forçada a dividir o poder com a burguesia industrial. Em consequência, os canais de ascensão social perpassavam outras vias e processa-se o deslocamento do campo para a cidade, aumentando a demanda e a oferta dos serviços educacionais.

Vários segmentos da classe dominante procuraram influenciar na política educacional, como meio de dominação e controle social ou para garantir mão-de-obra economicamente necessária ao setor produtivo. Por parte do Estado, houve um direcionamento da política educacional, no sentido de incentivar a educação técnica, como parte do esforço em atrelar a educação às necessidades do setor industrial. Ao lado da oferta, os serviços educacionais também se tornaram mais diversificados, abrangendo novos campos do conhecimento. Essas características eram mais acentuadas no contexto da política desenvolvimentista, onde a modernização era um imperativo. No governo do presidente Juscelino Kubitschek, a educação restringiu-se à formação técnico-profissional, de acordo com o Programa de Metas. Nesse contexto, teve destaque a ciência aplicada. No ensino médio, houve uma expansão das escolas profissionais, onde formar-se-iam os técnicos que os inúmeros setores da produção econômica exigiam.

A escola representa um canal para a disseminação desse modelo político-econômico, através do mito do desenvolvimento capaz de produzir o bem-estar de todos, independentemen-

te da classe social. Torna-se um aparelho de reprodução da mão-de-obra e, conseqüentemente, da divisão social do trabalho.

Com o debate gerado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961), intensificou-se o embate entre liberais e conservadores — cada qual disputando privilégios e primazia em torno do projeto educacional como um todo. Enfim, ambos tentando impor sua hegemonia, o que nos leva a admitir que "cada nova classe no poder é obrigada, quando mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das idéias, obrigada a dar a seus pensamentos a forma da universalidade, de os representar como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos".⁽¹⁾ Esse debate contribuiu para trazer à tona a educação brasileira como um todo, nos seus vários aspectos: gratuidade do ensino, escola pública versus escola privada, seletividade, direito à educação, etc. A universidade passa a ser questionada, e várias críticas lhe são dirigidas, tendo como parâmetro o ensino ministrado nos países desenvolvidos, especialmente as universidades norte-americanas. A crise da universidade está, conseqüentemente, associada a sua ineficiência para atender às necessidades das grandes empresas e do Estado da fase monopolista.

Ernest Mandel afirma que a reforma do ensino superior, para que a universidade possa cumprir a função de for-

(1) MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, *A Ideologia Alemã*. Volume I, Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Noqueira, Editorial Presença, Lisboa, p. 57.

mar especialistas assalariados demandados pelas grandes empresas, há de realizar-se num "sentido funcional" que leva, em última instância, à tecnocratização da universidade.

O Brasil, na era desenvolvimentista, demandava universidades mais "eficientes" para dar respostas às necessidades impostas pelo modelo político-econômico. Essas demandas recaíam sobre um ensino inovador, "voltado para a realidade nacional", com ênfase na renovação dos cursos profissionais, de modo a serem capazes de criar uma liderança habilitada a conduzir o país nas sendas do desenvolvimento auto-sustentado.

Vários segmentos, entre eles, intelectuais, estudantes e o próprio governo, apresentaram propostas para a reforma da universidade, que podem ser sintetizadas em "tradicionalista, modernizante e radical"⁽³⁾. Cada uma dessas propostas continha modelos de universidade bastante diferentes em termos de estruturação do poder interno, composição social do corpo estudantil e docente, democratização e produto das atividades educacionais, etc. É importante ressaltar, que a proposta de maior desdobramento foi a modernizante, nascida no seio da burocracia estatal. Imposta por um grupo instalado no poder, trazia em seu bojo os valores da classe dirigente. A proposta modernizante tomou corpo com a política educacional imposta pelo movimento de 1964. As contradições do modelo nacional-desenvolvimentista encerraram-se, e a modernização do ensino foi mais explicitamente associada à produção.

(2) MANDEL, Ernest, *Os Estudantes os Intelectuais e a Luta de classes*. Edições Antídoto, Lisboa, 1979.

(3) VEIGA, Laura da, "Os Projetos Educativos como Projeto de classe: Estado e Universidade no Brasil (1954-1964). *Revista Educação e Sociedade no Brasil*, nº 11, 1982, p. 31.

Dentre os segmentos que propuseram modificações à universidade, tem destaque a União Nacional dos Estudantes (UNE). Luis Antonio afirma que a reforma do ensino superior no sentido da democratização nasceu e desenvolveu-se nos meios estudantis, daí a importância dessa entidade como potencial político.

A UNE foi uma entidade extremamente significativa na politização do movimento estudantil, chegando a formular e veicular propostas para a reforma da universidade. Não se pode dizer, contudo, que ela tenha tido uma plataforma comum — oscilava entre a tendência modernizante e a radical. Tanto que chegou a compartilhar com Darcy Ribeiro algumas das soluções modernizantes aderindo a soluções contidas no projeto da UnB.

A Carta da Bahia, elaborada após a realização do 1º Seminário da Reforma Universitária em 1961, e a Carta do Paraná, em 1962, mostram as contradições existentes no interior da UNE⁽⁴⁾. Ao lado de reivindicações como criação de institutos, organização do regime departamental e do trabalho docente e discente em tempo integral, extinção do regime de cátedra, estruturação da carreira docente, assistência ao estudante, etc. (medidas defendidas pelos setores modernizantes), apareciam posições mais radicais, que afirmavam a necessidade de mudanças estruturais na sociedade brasileira, mudanças essas nas quais caberia aos estudantes um importante papel.

Algumas proposições da UNE encaminharam-se para uma reforma mais profunda, conferindo à universidade papel

(4) Ver, CUNHA, Luis Antonio, *Universidade Crítica*. Capítulo V - Reforma Universitária e Realidade Brasileira, Rio de Janeiro, Edit. Francisco Alves, 1983.

fundamental nas reformas de base e, conseqüentemente, na transformação social. Entretanto, foi em Álvaro Vieira Pinto⁽⁵⁾ que se encontrou um aprofundamento dessas questões. No seu entendimento, a reforma da universidade seria considerada um ato social e, só após ter encontrado resposta para a indagação "para quem é preciso fazer a reforma da universidade?", é que poder-se-ia, pensar "que universidade se deveria instituir". Ele considerava a universidade "instrumento ideológico das forças sociais dominantes." Portanto, acha-se organizada em função das idéias dominantes nessas forças, entre as quais encontram-se as que se referem à natureza e fins da universidade. Essa é a razão decisiva, que explica por que só é possível mudar a natureza e a função da universidade mudando as forças sociais que a manipulam (...) ⁽⁶⁾. Colocava a questão da reforma da universidade não para os estudantes que nela já estão, mas, exatamente ao contrário, para os que ainda não haviam ingressado. Procedendo dessa forma, questionava toda a estrutura social.

Álvaro Vieira Pinto criticava ainda as reformas propostas pela classe dirigente⁽⁷⁾, as quais restringiam-se a reformas internas, ao funcionamento da organização, aos métodos de ensino, mecanismos que não alteram a essência da universidade. A essência da reforma universitária consistiria em "impedir a reprodução da classe dominante". Nesse processo, os estudantes exerceriam uma função importante: "Será, portanto, a

(5) Ver PINTO, Álvaro Vieira, *A Questão da Universidade*. Rio de Janeiro, Editora Universitária/UNE, 1962.

(6) Ibid, p. 113.

(7) Álvaro Vieira Pinto estende a sua crítica à universidade de Brasília que, no seu entendimento, estava "voltada para as elites que julga aprimorar", e a "infiltração imperialista" na forma de solícita e generosa colaboração das fundações estrangeiras.

aliança dos estudantes com as demais forças sociais progressistas, os operários e os camponeses, igualmente em luta por abrir caminho contra a resistência da estrutura colonial e desumana, que se encarregará do trabalho mais difícil e penoso da reforma da universidade. Sem essa aliança não haverá reforma universitária como sem a ajuda das massas estudantis tampouco se fará a reforma agrária ou a das relações de trabalho do operariado" (8).

Em torno da proposta "tradicionalista" estava presente o segmento conservador que se reuniu em defesa da LDB, legitimando os interesses privatistas, centralistas e da escola anti-democrática. Essa proposta veiculava um modelo de sociedade capitalista industrial, retendo, no entanto, sua dependência ao capital e tecnologia estrangeiros.

A proposta "modernizante" teve na Universidade de Brasília sua expressão máxima. Era direcionada para o desenvolvimento do país, defendendo a necessidade de inovação científica e tecnológica com vistas ao desenvolvimento autônomo-enfatizava a necessidade de se ter uma universidade inovadora, capaz de produzir o conhecimento científico e tecnológico requerido pelo modelo de desenvolvimento autônomo.

A tipologização dessas propostas tem validade prática metodológica. Na realidade, elas não se opõem necessariamente; ao contrário, em algumas proposições, elas apresentam-se coincidentes (9).

(8) PINTO, Álvaro Vieira, *A Questão da Universidade*. Rio de Janeiro. Editora Universitária/UNE/1962, p. 18.

(9) A proposta "modernizante" buscava o desenvolvimento autônomo do país, procurando reduzir a dependência brasileira em relação à tecnologia e ciências externas. Tal ênfase é também encontrada nas primeiras formulações da proposta "radical", ou seja, autonomia nacional, ineficiência da universidade brasileira em apresentar soluções autônomas para os problemas nacionais. Posteriormente, no bojo do processo de radicalização dos anos 60, o segmento radical reconheceu os limites das reformas parciais ou organizacionais e partiu para conferir à universidade um papel mais político - o de definir as reformas estruturais na sociedade.

Referência Histórica

O principal organizador da Universidade de Brasília foi Darcy Ribeiro. Era discípulo de Anísio Teixeira e exercia suas funções no Ministério da Educação e Cultura, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

Em 1957, coube a esse órgão elaborar o plano do sistema escolar público de Brasília, o qual restringiu-se, em um primeiro momento, a 1ª e 2ª graus. Embora estivesse prevista uma universidade, a ser construída no futuro em área própria, no Plano Piloto. Nesta proposta já se pensava em uma nova estruturação para a universidade que deveria constituir-se de:

- . institutos (de Matemática, Física, Pedagogia, Artes, etc.) destinados ao ensino científico básico e especializado;
- . faculdades (de Educação, Politécnica, Ciências Médicas, Direito, etc.) destinados à formação intelectual e ao adestramento profissional;
- . centro de recreação e desportos (estádio, ginásio, piscina).⁽¹⁾

Um dos motivos pelos quais o governo não conferiu prioridade à criação da universidade deveu-se às dificuldades financeiras. Por parte do presidente Juscelino Kubitschek existia, entretanto, uma idéia da universidade que ele pretendia criar: uma universidade nova, adaptada às exigências da era tecnológica.

No âmbito político-governamental, a criação dessa universidade estava de certa forma adiada, o que não impediu es

(1) CAMPOS, Paulo de Almeida, "O planejamento do sistema escolar público de Brasília". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. XXXII, Julho-setembro, p. 111.

forços no sentido de reavivar a idéia é a possibilidade de ser criada. Em meados de 1958, conta Cyro dos Anjos⁽²⁾, ocorreu um fato que fez que o assunto viesse novamente à tona: "... essa universidade nasceu, efetivamente — ou renasceu, se quisessem — a bordo de um avião: o Viscount da Presidência da República, que retornava a Brasília.

Juscelino, como de costume, havia convidado congressistas a visitar as obras da nova capital e, com eles, entendeu de também me trazer. Ao voltarmos, quem iria eu encontrar? Oscar Niemeyer — acreditem — o ilustre cuja birra aos aviões era já notória. Tivera um delicado problema de saúde, necessitava ir ao Rio com urgência, e a viagem de automóvel seria demorada e penosa. Convidou-me a ficar a seu lado. 'Vamos conversando. Assim me esqueço de que me falta o chão...', disse-me.

Obviamente, Brasília foi o tema da conversa. Comentamos o caso da universidade. Era inconcebível que se postergasse a sua criação. Urgia que ela fosse instalada, por ocasião da transferência da Capital, a fim de logo atender à juventude que viria para Brasília, com as levadas de funcionários transferidos. E havia outras razões, igualmente óbvias: só a universidade seria capaz de transformar Brasília num centro intelectual, num viveiro de idéias, numa fonte de imaginação criadora, onde o próprio governo encontrasse inspirações. Sem universidade, Brasília não teria status cultural. Ver-se-ia inferiorizada ante outras metrópoles.

(2) Cyro Versiani dos Anjos foi sub-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek e, posteriormente, professor na Universidade de Brasília (1962).

Ia assim a nossa conversa, quando o Presidente se chegou a nós e perguntou: 'De que estão falando aí, poetas?' Respondi-lhe, por mim e por Niemeyer: 'Parece que estou vendo Brasília engolida pelo vazio e pelo atraso que a circundam. Brasília, sem universidade, não se imporá como capital'.

Juscelino coçou a cabeça, embaraçado, e respondeu que também assim lhe parecia, mas as dificuldades eram insuperáveis. A construção da cidade, por si só, já constituía empresa esmagadora, e a Universidade seria outra cidade a construir.

O intrépido Juscelino, homem do sonho e da utopia, estava de ânimo quebrado naquela quadra. A oposição redobrou os ataques. De todos os lados o açoitava com estocadas ferozes. Vi uma sombra de melancolia em sua face enérgica. Contudo, algo me instigou a insistir. Não tenho presença de espírito, mas, por sorte, ocorreu-me um argumento engenhoso. Retruquei: Presidente, se o governo, por escassez de recursos, deixar de criar agora a universidade, o clero não demorará a criá-la e... com dinheiro do governo.

Sua face desanuviou-se e abriu-se na vasta gargalhada com que espantava os fantasmas de dentro e de fora. Com a rapidez de decisão que o caracterizava, deu-me um tapinha no ombro e disse-me: 'Procure-me amanhã cedo, no Palácio das Laranjeiras, para falarmos nisso'.

No dia seguinte, sem maiores preâmbulos, JK recomendou-me procurar o Victor Nunes Leal — a esse tempo chefe do Gabinete Civil — a fim de, juntos, elaborarmos minuta de decreto criando uma comissão de alto nível para planejar a universidade. Victor era, no palácio, um dos que mais se afligiam com a perspectiva de ver Brasília terminada sem que se tomasse qualquer providência a respeito. Pensou um pouco e, judiciosamente, ponderou-me que as comissões de alto nível, geralmente

constituídas de pessoas de muito afazeres, discutem, e acabam não resolvendo coisa alguma. Havia urgência. E alvitrou: Por que não incumbirmos disso o Darcy Ribeiro? Ele trabalha com o Anísio Teixeira, no INEP, conhece a gente mais competente do país nessa matéria. O Instituto dispõe de recursos, pode-se organizar um simpósio de cunho nacional. Darcy coordenará os especialistas e elaborará rapidamente o projeto que o Presidente deseja.

Eu não ignorava a capacidade do Darcy Ribeiro nesse particular. Havia algum tempo que ele, a meu convite, vinha colaborando nos trabalhos da mensagem presidencial ao Congresso, no capítulo concernente à Educação. A redação dessa mensagem anual competia, então, a mim, no Gabinete Civil da Presidência. Por seu lado, o Victor confiava no jovem professor: militavam ambos no corpo docente da Faculdade de Filosofia. Pareceu-me bom o alvitre. Voltei à presença do Presidente com o nome do Darcy, em vez de lhe levar a minuta do decreto que criaria a tal comissão de alto nível. Repeti-lhe, é óbvio, as considerações que o Victor expendera a propósito das ditas comissões. Juscelino não conhecia o jovem professor. Pensou um instante. E me disse que se o Victor e eu o julgávamos competente para a importante tarefa, poderíamos confiá-la, então, a ele.

Com presteza, desempenhei a incumbência. Conversei com Darcy, e este se pôs imediatamente em campo. Como já se viu, ele colaborava, no INEP, com Anísio Teixeira. Com o apoio desse eminente mestre, mobilizou rapidamente a instituição, e convocou abalizados professores do Rio e dos Estados para elaborarem o plano da universidade. Ninguém que entendesse do assunto deixou de ser ouvido. Em reuniões sucessivas, durante alguns meses, sob a supervisão do Darcy, pôde reali-

zar-se o trabalho. Um admirável trabalho que assimilava tudo quanto de melhor haviam produzido, nesse campo, a inteligência brasileira e as correntes universais do pensamento educacional"⁽³⁾.

Quando o projeto ficou pronto e chegou ao Palácio, a situação política era difícil, em virtude da crescente oposição ao governo. Por isso não se tinha mais clima para enviá-lo ao Congresso Nacional. Tal dificuldade foi acrescida com a saída de Victor Leal Nunes da chefia do Gabinete Civil da Presidência⁽⁴⁾. E o assunto ficou postergado.

Mais tarde num encontro do Presidente Juscelino Kubitschek com Victor Leal Nunes o tema da universidade voltou a tona: "Osvaldo Trigueiro teria sugerido a Victor que lembrasse ao Presidente Juscelino que Jefferson, Presidente dos Estados Unidos, em suas disposições de última vontade, manifestou o desejo de que se gravassem, no seu túmulo, estas palavras: 'Redigiu a Declaração de Independência dos Estados Unidos; foi autor do projeto de liberdade religiosa da Virgínia, e fundou a universidade do mesmo Estado'.

Jefferson teria omitido, entre os seus títulos, o de Presidente dos Estados Unidos, como que considerando os outros de maior importância para ele"⁽⁵⁾.

A lembrança de tal fato teria causado ao presidente Juscelino um impacto: "Rápido no decidir, grande intuitivo, dispensou delongas na conversação. Virou-se para o Victor e perguntou-lhe de chofre: "Será que o Ministério da Educação

(3) Cf. ANJOS, Cyro dos, *Conferência realizada na Universidade de Brasília, por ocasião do seu 24º aniversário*. Brasília, 17 de dezembro de 1985.

(4) NUNES, Victor Leal, *Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no governo do Presidente Juscelino Kubitschek*, era um dos que mais se preocupava com a necessidade da criação de uma Universidade em Brasília.

(5) ANJOS, Cyro dos, *Conferência realizada na Universidade de Brasília*, 17 de dezembro de 1985.

me prepara o projeto a tempo de ser enviado à Câmara, no dia da sua instalação em Brasília?⁽⁶⁾".

Como o projeto já estivesse pronto, ali mesmo foram tomadas as providências de encaminhamento do projeto ao Congresso para votação (21 de abril de 1960).

Sabendo o presidente das dificuldades que iria enfrentar, quanto à aprovação do Projeto da Universidade de Brasília e, conseqüentemente, da própria construção da universidade, foi antecipando medidas; uma delas, foi a designação da comissão para realizar estudos complementares sobre a Universidade de Brasília, composta pelo professor Darcy Ribeiro, o arquiteto Oscar Niemeyer, o subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Cyro Versiani dos Anjos⁽⁷⁾.

Politicamente, a universidade contou com a oposição de Israel Pinheiro⁽⁸⁾ (condutor da edificação de Brasília). Ele dizia que era preciso afastar a qualquer custo de Brasília duas ameaças terríveis: as manifestações estudantis e as greves operárias que poriam a perder todo o esforço de interiorização da capital. "Na época da criação de Brasília houve no Rio de Janeiro uma greve de estudantes por causa do aumento de Bondes (...) E o Israel Pinheiro dizia para o Juscelino: Olha o que você vai levar para Brasília. Israel Pinheiro então sugeriu ao Presidente que não se criasse nenhuma universidade governamental, que deixasse criar universidade particular e de preferência católica. E citou o exemplo de Washington"⁽⁹⁾.

(6) Ibid, p. 5.

(7) Esta Comissão foi designada pelo Decreto nº 48.599 - de 25 de julho de 1960.

(8) A última tentativa de impedir a criação da UnB foi outorgar-lhe, para a edificação do campus, um terreno que ficava a seis quilômetros de distância de Brasília, o que, na opinião de Darcy Ribeiro, exilaria a universidade.

(9) SOUZA, Pompeu, Entrevista realizada em Brasília para esta pesquisa em 6.1.86.

A sugestão oferecida ao Presidente Juscelino Kubitschek por Israel Pinheiro não estava tão longe de tornar-se realidade. Houve por parte da Igreja disposição de se criar em Brasília uma universidade católica, através da Companhia de Jesus. Este fato poria em risco o plano da universidade que já estava sendo elaborado, e isto exigiu de Darcy Ribeiro muita astúcia junto à Igreja. Para essas negociações, ele contou com a adesão de Frei Mateus Rocha, pertencente à Ordem Dominicana.

Darcy Ribeiro expõe o episódio da seguinte forma:

"Grande foi, em consequência, o nosso desengano ao ver que, provavelmente, nossa universidade sonhada jamais se concretizaria no mundo das coisas. Não me desesperei totalmente porque antevi, logo, a possibilidade de uma aliança salvadora com os Cães de Deus, opositores tradicionais da Companhia de Jesus. Procurei, para isso o Frei Mateus Rocha que era então o geral da Ordem Dominicana e expus, lealmente, o problema que se apresentava à inovação e à reforma da universidade brasileira. Argumentei que havia, então, no Brasil oito Universidades Católicas, quatro delas Pontifícias, todas muito ocupadas em formar dentistas, farmacêuticos e bachareis. Em lugar disso, eu propunha na UnB um Instituto de Teologia Católica, que seria o primeiro a ser criado numa Universidade Estatal depois da Revolução Francesa. Mas um instituto destinado a promover cursos de Doutorado em Teologia e não apenas a formar profissionais do tipo comum, como ocorria com as universidades católicas. Frei Mateus meditou alguns dias, consultou seus colegas e afinal aceitou o pacto que eu propunha. Ele tentaria obter o patrocínio de João XXIII para a Universidade de Brasília, e se fosse bem sucedido formaríamos oportunamente um convênio com a Ordem Dominicana para encarregá-la de criar um Instituto de Teologia Católica. Voltando de Roma meses depois, Frei Mateus me trouxe as obras completas de João XXIII lindamente encadernadas em marroquim vermelho com uma dedicatória: o Papa aprovará o pacto". (10)

(10) RIBEIRO, Darcy, *UnB: invenção e descaminho* Coleção depoimentos - 39 volume, Avenir editora, Rio de Janeiro, 1978, pp. 25-26.

Se, por um lado, a Universidade de Brasília contou com alguns obstáculos, por outro, contou também com poderosas forças — a Igreja, o Estado e o poder militar. Quanto a este último, deduz-se pelo fato de que existia no Estatuto da universidade, um Centro Militar que fazia parte das Unidades Complementares que seria "encarregado de coordenar com as Forças Armadas a prestação do serviço militar pelos universitários e a utilização dos recursos técnicos científicos e de pesquisas das diversas unidades universitárias, na formação de especialistas em tecnologia militar" (11).

Tramitação Legislativa

O plano geral da Universidade de Brasília foi apresentado ao Presidente Juscelino Kubitschek pela comissão convocada pelo Ministro da Educação, Clóvis Salgado, para estudar a estruturação dessa universidade (12).

Dessa comissão faziam parte:

1. Pedro Calmon - reitor da Universidade do Brasil;
2. João Cristovão Cardoso - presidente do Conselho Nacional de Pesquisas;
3. Anísio Teixeira - diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos;

(11) Cf. Estatuto da Universidade de Brasília aprovado pelo Decreto nº 1.872 de 12 de dezembro de 1962.

(12) Os estudos para a implantação dessa universidade antecederam em muito a criação da comissão. O projeto já se encontrava no Palácio do Governo, mas fora engavetado por motivos de ordem política.

Segundo Darcy Ribeiro, quando Juscelino pediu ao Ministro da Educação, Clóvis Salgado, que lhe remetesse o projeto da universidade, "ele ainda arranjou modos de criar uma comissão, nela incluindo Pedro Calmon (reitor da Universidade do Brasil) para dar vestutez".

4. Ernesto Luís de Oliveira Júnior⁽¹³⁾ - presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos;
5. Darcy Ribeiro - coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais;
6. Almir de Castro - diretor de Programas da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Foi dada entrada do projeto no Congresso Nacional em 21 de abril de 1960 (data de inauguração de Brasília), acompanhado pela Mensagem Presidencial⁽¹⁴⁾ e pela Exposição de Motivos⁽¹⁵⁾ do Ministro da Educação, o que revelava algum entusiasmo por parte do governo, uma vez que a construção de Brasília era a sua meta-síntese. Pressupõe que a escolha da data para o envio do projeto ao Congresso foi uma homenagem e um sinal de prestígio à universidade.

Na Câmara, o projeto foi rapidamente aprovado pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e Finanças, sendo apresentadas algumas emendas sem, no entanto, alterarem-no substancialmente.

(13) O Ernesto Luís de Oliveira Júnior fez posteriormente parte da Equipe de Assessoria e Planejamento do Ensino Superior EAPES (Acordo/MEC/USAID) (1967), tendo colaborado com:

- . várias exposições verbais sobre assuntos de interesse da comissão;
 - . estudos escritos sobre definição de universidade;
 - . estudos sobre o problema da fundação;
 - . idem, sobre a carreira do magistério;
 - . idem, sobre as chamadas "conexões e medidas de amparo social aos alunos";
 - . estudo sobre o Serviço Nacional de Exames Comparativos;
 - . idem, sobre a articulação entre a universidade e o meio exterior;
 - . idem, sobre o problema de proliferação das universidades;
- Cf. *Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior* - EAPES (Acordo MEC-USAID), pp. 15, 17 e 18.

(14) Mensagem do Poder Executivo nº 128 de 21 de abril de 1960.

(15) Exposição de motivos do MEC nº 492 de 16 de abril de 1960.

Um dado importante a se considerar nesse processo é o papel das alianças políticas no governo de JK. A aliança representada pelo PSD/PTB constituía verdadeiro "bloco de apoio" ao Executivo no Congresso, principalmente para certos projetos de lei, e exercia uma espécie de legitimação do sistema, pois, através da maioria situacionista no Congresso, era garantido o apoio aos atos do Executivo, frente à oposição⁽¹⁶⁾.

Segundo Amaral Peixoto, as comissões de orçamento no Congresso constituíram sempre feudos do PSD o que possibilitaria total controle por parte do Executivo sobre as questões financeiras.

Em entrevista concedida a Benevides, em 19.5.1975, Tancredo Neves ressaltava: "(...) O importante é que tudo o que interessava diretamente ao Executivo era aprovado, principalmente nas questões orçamentárias, e o que corria risco de não passar ia direto para as Comissões especializadas sob o controle do PSD".

Por aí conclui-se que, dado o controle político exercido por um Congresso onde a maioria era favorável ao Executivo, a tramitação desse projeto não encontrou obstáculos fundamentais que puderam impedir a sua aprovação, pelo menos em quanto perdurou o sistema de alianças políticas.

(16) BENEVIDES, Maria Victoria M. *O governo de Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. cap.II. Paz e Terra, 1979. Benevides coloca que o essencial é constatar que o Congresso deu apoio efetivo a Kubitschek através da aliança majoritária PSD, PTB e dos pequenos partidos PSD, PTN e PRT (sic) (226 parlamentares), pois o governo representava, objetivamente, os interesses da maioria parlamentar. Esses interesses estavam representados na aliança PSD/PTB: os da elite rural, preservados, uma vez que o sistema de poder e propriedade no campo permaneceu intactável na sua essência, e os interesses do empresariado (não apenas os vinculados ao capital estrangeiro, como os que dependiam de créditos, pois a política financeira permaneceu controlada pelo PSD) e das novas camadas urbanas, mobilizadas pela redistribuição das vantagens advindas com o desenvolvimento econômico, p. 70.

Um dado complexo é que a tramitação desse projeto ocorreu num momento de transição e instabilidade política. Com a mudança de governo (de Juscelino Kubitschek para Jânio Quadros), ele foi ameaçado, exigindo de Darcy Ribeiro um novo arranjo político para convencer o presidente Jânio Quadros da idéia de criar-se em Brasília uma universidade⁽¹⁷⁾.

O presidente aderiu à idéia, mas, ao que tudo indica, pretendia dar uma outra direção à universidade. No Decreto nº 50.732 de 06 de junho de 1961, que criou a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília⁽¹⁸⁾, aparece no artigo 2º, parágrafo 3º, como incumbência dessa Comissão: "colaborar na implantação da Universidade Nacional do Trabalho(...)" Nos documentos anteriores não se encontra referência ao termo "universidade nacional do trabalho"⁽¹⁹⁾.

Na Câmara, o projeto encontrou resistência por parte da oposição, e seus líderes argumentavam contra a criação dessa universidade, alegando que os recursos gastos deveriam ser destinados à educação básica, visando a diminuir os altos índices de analfabetismo. O deputado Raul Pilla⁽²⁰⁾ (PL),

(17) "O projeto de criação da UnB estava na Câmara dos Deputados, quando Jânio Quadros assumiu a presidência da República, o que exigiu a renovação de todos os nossos esforços junto a ele e a seus assessores — fácil e grato com Zé Aparecido e Castelinho, não tanto assim com outros — a fim de ganhá-los para a idéia da Universidade de Brasília (...)" RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Avenir Editora, 1978, p. 30 e 31.

(18) Esta comissão fora instituída junto à Presidência da República, constituída por sete membros, sob a presidência do prefeito da Capital Federal e integrada pelos profs. Anísio Teixeira, Paulo Novai, Almir Godofredo de Almeida e Castro, Celso Furtado, Roberto Herbst e Gusmão e Darcy Ribeiro (este último na qualidade de Coordenador Geral).

(19) Ver, TELLES, Sarah Silva, "Um Projeto Populista para o Ensino." A Universidade do Trabalho". *Revista Educação e Sociedade* nº 3, maio, 1979.

(20) "Os pareceres das Comissões foram unânimes a favor da iniciativa (criação da UnB). Tenho, entretanto, muitas dúvidas a respeito, ou, para falar mais claramente, entendo que por hora não se deve fundar em Brasília uma universidade (...) As comissões passaram como gato por brasa sobre essa questão fundamental. Haverá, pois, necessidade de de uma Universidade em Brasília. Contesto, formalmente, que haja tal necessidade(...)" Cf. *Anais da Câmara dos Deputados*, volume 18. Sessão em 21.10.60, p. 744.

um dos principais opositores do projeto, levantou as questões de inoportunidade da criação da Universidade de Brasília naquele momento, de inconstitucionalidade do projeto, por conflitar em alguns pontos com a Lei Diretrizes e Bases (4.024), recém-aprovada pelo Congresso, e apontou ainda que tal iniciativa estaria ligada a interesses particulares.

Menezes Cortes, deputado pela UDN, afirmava: "enquanto o Brasil não resolver o problema da educação primária, enquanto não erradicar, na verdade, o analfabetismo de sua terra, não terá dado o primeiro passo" e posicionou-se contrário ao projeto, alegando que era preciso ter um critério de seleção, de prioridades nos gastos públicos e o que o projeto tinha "um objetivo só explicável pela euforia que dominou o Presidente da República, na data em que S. Excia. via a transferência artificial da nossa capital" (21).

A aprovação final do projeto na Câmara foi conseguida graças a uma manobra política. Um dia após a renúncia de Jânio Quadros, na sessão do dia 26 de agosto de 1961, da Câmara dos Deputados, Darcy Ribeiro, prevendo pairar nova ameaça sobre a aprovação do projeto, articulou-se com o presidente da sessão, o Deputado Sérgio Magalhães, e "sugeriu" que colocasse em debate o projeto da UnB. O deputado Sérgio Magalhães orientou Darcy Ribeiro no sentido de procurar algum líder que pedisse ao plenário a prioridade para o debate do projeto colocado em nº 40 da Ordem do Dia. O deputado Josué de Castro (PTB) pediu a prioridade, e o presidente chamou à casa

(21) Idem, p. 134.

casa a discussão do projeto da UnB⁽²²⁾.

Apesar da oposição ao projeto, especialmente do deputado Raul Pilla, ele foi aprovado e encaminhado ao Senado.

A batalha no Senado foi ganha graças ao apoio do Senador Hermes Lima, que entregou a questão ao PSD, com recomendação de prioridade.

Cyro dos Anjos dá um relato de como foi essa tramitação do projeto no congresso:

"A tramitação do projeto de lei, no Congresso, foi arrastada e difícil, como previra Juscelino. A oposição metralhava-o ferozmente. Homens ilustres, e até professores, que tinham assento na Câmara e no Senado a ele se opunham. Dizia-se que a construção de Brasília estava arruinando a Nação, e essa despesa suplementar seria adiável. Os jovens da Capital poderiam frequentar cursos superiores no Rio, em São Paulo, em Goiânia, em Belo Horizonte. Vejam só que disparate! Os filhos de altos funcionários talvez pudessem fazê-lo. Mas, e os filhos de servidores de categoria mais modesta, como teriam meios de estudar fora daqui? A luta de Darcy foi descomunal, junto às diferentes bancadas da Câmara. Mas a sua inquebrantável perseverança conseguiu em batalha longa — não isenta de golpes de astúcia — que o projeto fosse deslizando nas comissões e finalmente triunfasse no Plenário. Obtivera o apoio de um bravo grupo de deputados. Nova oposição se levantou, depois, no Senado, mas, para honra do Parlamento, a uni

(22) O Deputado Raul Pilla manifestou sua estranheza em tal procedimento argumentando: "a preferência que acaba de ser concedida demonstra a maneira como se discutem e se resolvem os assuntos nesta casa. Aqui me encontro para discutir um projeto. Entretanto, só neste momento é que recebo o avulso. A proposição era o número 40 da Ordem do Dia e passou para o número 2 ou 3. Tinha eu numerosos elementos de demonstração, que não trouxe, porque não esperava, absolutamente, que se discutisse hoje a proposição (...) Mas (...) se há projeto que, no momento, pelo menos, não se justifique é o da criação da Universidade de Brasília. Tal providência só atende a certos pontos de vista, para não dizer, a certos interesses pessoais". Cf. *Anais da Câmara dos Deputados*, p. 652, 156a. sessão, em 26/8/1961.

versidade foi afinal criada. Devo dizer que Darcy conquistara, também, o apoio sucessivo dos Presidentes Jânio Quadros e João Goulart" (23).

Em 15 de dezembro de 1961, através da Lei nº 3.998, o Congresso Nacional autorizava o Executivo a instituir a Universidade de Brasília em regime de fundação de direito público. Um mês depois, em 15 de janeiro de 1962, através do decreto presidencial nº 500, era criada a Fundação Universidade de Brasília, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962.

Darcy Ribeiro veio a ser o primeiro reitor da Universidade de Brasília, sendo vice-reitor o frei Mateus Rocha, da Ordem Dominicana. Em junho de 1963, Darcy Ribeiro era substituído por Anísio Teixeira, nomeado que foi ministro da Educação no terceiro gabinete do regime parlamentarista do presidente João Goulart.

(23) ANJOS, Cyro dos, *Conferência proferida na Universidade de Brasília por ocasião do seu vigésimo quarto aniversário*. Brasília, 17.12.85, p. 5.

Fundamentos do projeto de criação da Universidade de Brasília

Neste capítulo, pretendo retomar a idéia de uni-
versidade expressa nos documentos básicos de criação da Funda
ção Universidade de Brasília e na fala de seus principais
idealizadores e colaboradores⁽¹⁾, excluindo a preocupação de
apresentar a base teórica das diversas concepções de universi
dade e sem procurar enquadrá-la em um modelo. Trata-se, po-
rém, de uma análise de sua condição concreta, procurando os
motivos que a determinaram e os princípios que a direcionaram.

Com o processo de industrialização e de desenvol-
vimento dos anos 50, ocorreram várias transformações no campo
econômico e social, tornando evidente e anacronismo da univer-
sidade brasileira diante desse novo contexto. As atividades
produtivas cada vez mais complexas exigiam um número crescen-
te e diversificado de técnicos, diferentes daqueles profissio-
nais formados pelas faculdades tradicionais. Essa condição
anacrônica da universidade foi apontada pelo Instituto Nacio-
nal de Estudos Pedagógicos (INEP), que atacou continuamente a
política educacional dos governos federais e estaduais duran-
te a década de 50, especialmente aquelas relacionadas com a
educação superior. As universidades tradicionais não tinham
respondido adequadamente à revolução tecnológica, deixando o
Brasil numa posição neocolonial. A Nação continuava atrasada
porque encontrava-se às margens da conquista da civilização mo
derna.

(1) Para efeito deste estudo tomou-se como referência, princi-
palmente, a fala de Darcy Ribeiro, no pressuposto de que
ele tenha exercido um papel fundamental na organização e
planejamento desta universidade.

Na tentativa de sanar esse descompasso, a Universidade de Brasília foi pensada de forma estruturalmente diferente das universidades tradicionais e com o propósito de atender às novas exigências da era tecnológica. Foi planejada na era desenvolvimentista, como sustentáculo do Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. Esse pensamento foi claramente posto no Memorial da Comissão⁽²⁾ convocada pelo Ministro da Educação e Cultura para a sua estruturação, conforme se lê, a seguir.

"Muitas outras considerações recomendam a criação em Brasília de uma universidade, de tipo novo para nós, mas já tradicional nos países plenamente desenvolvidos e tida por eles como um dos principais motores do progresso que experimentaram.

As nações que representaram um papel pioneiro na revolução industrial experimentam, em certa medida, um progresso científico e cultural, reflexo de seu enriquecimento material. Elas mesmas, porém, desde cedo procuraram intervir no processo e hoje se empenham numa competição de base mundial para criar um corpo de cientistas e tecnólogos tão amplo e diversificado, quanto o permitam seus recursos, pois estão certas de que o poder de uma nação se mede principalmente pelo volume de suas disponibilidades neste campo.

Países como o nosso, que procuram encaminhar-se agora para a industrialização e que já se compenetraram de que só a atingirão através do planejamento, não podem esperar que o saber e a técnica de que necessitam surjam como meros efeitos, por ação espontânea. Tal atitude equivaleria à aceitação tácita de uma condição de atraso e dependência que jamais poderíamos superar.

Assim como planejamos a instalação de usinas e de fábricas que nos virão assegurar autonomia na produção das condições materiais de sobrevivência, teremos de criar planejadamente universidades e instituições de pesquisa que nos hão de assegurar independência no plano científico e cultural.

É notório que, por força do próprio desenvolvimento econômico que alcançamos e daquele que

(2) Memorial da Comissão Convocada pelo Ministro da Educação e Cultura para estudar a estruturação da Universidade de Brasília. In: Educação e Ciências Sociais 8(15): 1960.

atingiremos, à medida que se fizerem presentes as conseqüências do programa de metas, veremos, paradoxalmente, aumentar a nossa dependência técnica e científica em relação aos núcleos que nos exportam os equipamentos e os procedimentos através dos quais estamos produzindo. Tais elementos constituem, sabidamente, subprodutos de um corpo de saber científico e tecnológico que não pode ser importado como as máquinas, mas deve ser organicamente desenvolvido em cada país que almeje plena independência. Não se trata apenas de economizar royalties ou as despesas com assistência técnica, mas de incorporar ao nosso processo de desenvolvimento o único elemento capaz de acelerar seu ritmo e de assegurar-nos condições de progresso independente e ajustado às condições nacionais.

Este é um imperativo inelutável para uma nação que almeja ser uma potência entre os grandes do mundo. Para tanto precisaremos alcançar e superar a proporção entre tecnólogos e trabalhadores que eles já atingiram, como condição fundamental, para, um dia, vencer a defasagem entre o progresso que alcançaram e o nosso.

O Governo que pôs em marcha o programa de metas, destinado a preencher algumas das condições básicas de autonomia e desenvolvimento do Brasil, pode e deve rematá-lo com a criação do núcleo de ensino e de pesquisa capaz de dinamizar as universidades brasileiras e de emprestar novo ritmo e forma à constituição do quadro de técnicos e cientistas que o desenvolvimento nacional requer". (3)

Outro documento importante referente à criação da Fundação Universidade de Brasília é a Exposição de Motivos do Ministério da Educação e Cultura que exprime o pensamento desse Ministério em relação à estruturação do ensino superior e quanto aos propósitos da universidade a ser criada em Brasília. Esta instituição "deveria refletir a nossa época e também ser fiel ao pensamento universitário brasileiro de promover a cultura nacional na linha de uma progressiva emancipação nacional. Para alcançar estes objetivos, impunha-se dar ênfase a instituições dedicadas à pesquisa científica e à formação

(3) Ibid, pp. 84-85.

de técnicos capazes de investigar os problemas brasileiros com propósito de dar-lhes soluções adequadas e originais".

A criação dessa universidade, planejada com uma nova estrutura, atenderia aos propósitos do Ministro da Educação e Cultura, de criar institutos de caráter universitário, para servir a mais de uma faculdade nos domínios das ciências básicas e tecnológicas. Essa estrutura seria concebida organicamente por um conjunto de institutos centrais e faculdades, uns e outros compostos por departamentos. Tal organização permitiria uma real economia pela concentração nos institutos de todos os recursos humanos e materiais destinados a uma determinada ciência.

A universidade, assim modernizada, deveria ter a gerir-la um sistema administrativo mais flexível e mais prontamente eficaz do que os das instituições tradicionais até então existentes. Por isso optou-se pelo regime de Fundação⁽⁴⁾. "Embora instituída pelo poder público, essa fundação gozaria, administrativamente, das virtudes de uma empresa privada e teria um patrimônio susceptível de progressivo enriquecimento e capaz de proporcionar-lhe, no futuro, total emancipação econômica"⁽⁵⁾.

Apreende-se desta Exposição de Motivos preocupações quanto a conferir à universidade maior identificação com os problemas nacionais (diferentes do ideal de universidade devotada aos estudos da "cultura livre e desinteressada"), voltando-se para o ideário de universidade devotada à ciência e tec

(4) O grifo é nosso, para chamar a atenção para o fato da mudança ideológica que inicia o novo sistema de ensino superior.

(5) Exposição de motivos do Ministério da Educação e Cultura, nº 492 de 16 de abril de 1960.

nologia; quanto aos aspectos da racionalidade, unidade funcional e economicidade, que passam a ser fundamentais nessa proposta modernizante de universidade; outro ponto que se levanta é a questão da privatização do ensino, que começa a ganhar corpo.

A fundação nasce nos Estados Unidos, de um modelo empresarial que prevê o deslocamento de uma parcela dos lucros das empresas para uma função social. O próprio regime de fundação já pressupõe colaboração empresarial, e isto é bem definido no plano de Darcy Ribeiro. Nos trechos que se seguem da Exposição de Motivos percebe-se a coexistência da universidade científico-tecnológica devotada à alta pesquisa e ao "lado do povo."

"Consciente do dever que lhe cabe de apoiar o povo brasileiro no arrojado esforço de desenvolvimento em que se acha empenhada, a Universidade de Brasília dará ênfase aos seus propósitos de colaboração. No tronco novo da Nação não quer brotar apenas como floração ornamental de cultura, mas com raiz que alicerça e nutre. Não quer ficar isolada em torre de marfim, a cultivar as puras virtudes do espírito, antes deseja descer à planície e pelejar, ao lado do povo, pela sua crescente prosperidade. Deseja ser uma oficina sempre acesa, forjando capacidades mais ágeis e alavancas mais robustas para moverem o nosso esplêndido progresso" (6).

Nessa mesma linha de raciocínio, ou seja, uma universidade comprometida com o desenvolvimento da Nação, Darcy Ribeiro expõe o seguinte pensamento: "ao ingressar na era tec

(6) Exposição de Motivos, do Ministério da Educação e Cultura, nº 492, de 16/04/1960.

nológica, a ciência e a técnica passaram a constituir para nós, também, ingredientes fundamentais dos processos produtivos e seu domínio, um imperativo da autonomia nacional. Se fracassarmos neste desafio, justamente no momento em que nos tornamos independentes sob tantos títulos, ver-nos-emos novamente subordinados. Já não dependeremos da importação de automóveis, geladeiras e televisores, mas da técnica que os produziu e os aperfeiçoa incessantemente.

Por muitos anos estivemos na condição dos índios Xavantes que, ao aprenderem a utilizar machados de aço, não mais puderam prescindir deles e se viram atados a seus fornecedores.

Agora que já produzimos aço, telefones, penicilina e com isto muito acrescentamos à nossa autonomia, caímos em novo risco de subordinação, representada pela dependência de normas e de saber técnicos. Só seremos realmente autônomos, quando a renovação das fábricas aqui instaladas se fizer pela nossa técnica, segundo procedimentos surgidos do estudo de nossas matérias-primas e de nossas condições peculiares de produção e de consumo. Já por este caminho poderemos acelerar o ritmo de incremento de nossa produção, de modo a reduzir e, um dia, anular a distância que nos separa dos países tecnologicamente desenvolvidos e que se apartam cada vez mais de nós pelos feitos de seus cientistas e técnicos.

A reforma do ensino superior para ajustá-lo às exigências da formação de tecnólogos é, pois, imperativo a que não podemos fugir (...).⁽⁷⁾

(7) RIBEIRO, Darcy, Universidade de Brasília, *Revista de Estudos Pedagógicos*. volume XL, julho/setembro, 1961, p. 164.

A Universidade de Brasília, pensada dessa forma, ajustava-se perfeitamente ao momento político-econômico, às condições históricas, atendendo às demandas do País por novos técnicos. Essa universidade desponha associada de certa forma à burguesia nacional que, interessada na mão-de-obra qualificada para o setor industrial, inspira a sua concepção de cunho modernizante, que preconiza uma modernização conservadora.

Era presente em Darcy Ribeiro a colaboração do setor privado nesse projeto⁽⁸⁾. Ele contava com a colaboração das grandes empresas autárquicas, paraestatais ou particulares e os vários programas federais e regionais, cuja expansão estaria na dependência das disponibilidades nacionais de mão-de-obra. Imbricada nessa idéia de universidade encontra-se a ligação universidade/empresa, cujos traços estão aí fortemente delineados, antecipando o modelo de universidade da Reforma Universitária de 1968. No Relatório MEC/USAID, a ligação universidade/empresa é bem clara e aparece expressa da seguinte forma: "Urge assim promover uma política nacional de amplo incentivo à pesquisa científica nos diversos domínios do saber, a qual possa contar com o apoio solidário do trinômio Estado-Universidade-Empresa, de modo que atenda aos imperativos da segurança, da ciência e da produtividade.

A política que preconizamos deve orientar-se particularmente para a criação nos centros universitários mais bem dotados, de cursos de pós-graduação — de mestrado e de

(8) Conta Cyro dos Anjos que Darcy Ribeiro chegou a fazer uma lista dos cinquenta homens mais ricos do País e, de antemão, planejava gastos contando com os donativos. Outra fonte importante de financiamento à Universidade de Brasília foram os recursos externos: Ford Foundation; National Science Foundation; BID; Fundo Especial das Nações Unidas etc.

doutorado — com um sistema de bolsas e incentivos que favoreça aos mais capazes e estimule a especialização nas áreas de maior importância para o País" (9).

Não é sem propósito afirmar que os fundamentos em que se baseou o projeto da Universidade de Brasília, no seu aspecto modernizante, tem muitos pontos em comum com a Reforma Universitária de 1968, antecipando as reformas necessárias para a etapa seguinte — a do capitalismo monopolista associado. O trinômio Estado/Universidade/Empresa já estava presente nos pressupostos que fundamentara a criação da Universidade de Brasília: ela nasce no seio da burocracia estatal por força do Estado, comprometida com o poder e associada aos interesses empresariais, tendo uma função diferente das demais universidades até então criados, isto é, engajada na busca de soluções para os problemas da Nação e fiel a duas lealdades fundamentais: "a lealdade aos valores e padrões internacionais da ciência e da cultura — mediante a qual se procuraria corrigir a farsa dos graus e títulos universitários nacional e internacionalmente desprestigiados — e a lealdade ao povo brasileiro e à sua Nação, expressando assim o compromisso de vincular a universidade à busca de soluções para os problemas nacionais, à luta do povo brasileiro para levar seu processo histórico aos efetivos caminhos da independência e emancipação" (10). Essas duas lealdades fundamentais constituíam: "o lema, a ideologia e a causa da universidade".

(9) Cf. Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior EAPES (Acordo MEC/USAID) Ministério da Educação e Cultura, 1969, p. 177.

(10) ALENCAR, Heron de, A Universidade de Brasília. Projeto Nacional da Intelectualidade Brasileira. Comunicação à Assembléia Mundial de Educação. México, setembro de 1964, in: RIBEIRO, Darcy, A Universidade Necessária. Paz e Terra, 1982, p. 277.

Na fala de Darcy Ribeiro encontra-se um desdobramento dessas questões, permitindo perceber a idéia da universidade que ora se propunha: (...) "É preciso que a universidade também entre nós seja leal em primeiro lugar aos padrões internacionais do saber — ciência é uma só para todos os homens da terra, e quem não dominá-la no que ela é em si mesma está se enganando a si próprio, está condenado a atrelar-se ao passado. Estou certo de que a ciência é o único acelerador da história capaz de encurtar essa distância enorme que medeia entre nós e povos avançados, como os norte-americanos, os franceses, os belgas. Todos eles, apesar de avançados, continuam progredindo e, como progredimos menos, estamos, de fato, ficando cada vez mais afastados deles e cada vez mais atrasados em relação a eles. O único acelerador que permitirá ao Brasil alcançá-los um dia é a ciência (...) O único processo de um dia atingir o mesmo grau de desenvolvimento é cultivar fidelidade à ciência, é dominar o saber humano e colocá-lo a serviço da exploração dos recursos brasileiros".⁽¹¹⁾

Darcy Ribeiro define como ideologia e filosofia da universidade "o novo humanismo"⁽¹²⁾.

Comentando sobre a segunda lealdade que deve orientar a Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro afirma: "é a lealdade aos problemas de seu povo e do seu tempo ou seja,

(11) RIBEIRO, Darcy, *A UnB na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em sessão do dia 09.05.1963*, Departamento de Imprensa Nacional, 1963, p. 40.

(12) O que Darcy Ribeiro chama de novo humanismo "é o humanismo científico fundado numa preocupação ética cada vez mais cadente no espírito científico e na segurança de que a ciência, como subproduto mais delicado, mais nobre, do esforço de adaptação do homem na terra, é essencialmente humana e deve servir ao homem (...)". RIBEIRO, Darcy, *A UnB na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em sessão do dia 09.05.1963*, Departamento de Imprensa Nacional, 1963, p. 41.

a aceitação franca de engajamento da universidade ao destino nacional, fundado na convicção de que a pesquisa ou o ensino que se realiza na universidade não só se deve fazer como um ato de fruição (...).".

O trecho que se segue, apresenta a Universidade de Brasília ligada aos problemas do povo: "A universidade, reunindo recursos materiais e técnicos, cientistas e jovens, o faz para instrumentar a Nação para o pleno desenvolvimento, para que os problemas do povo sejam os problemas da universidade" (13). Essa relação universidade/Nação/Povo é um tanto irreal. A universidade é produto da burocracia estatal, é parte da superestrutura jurídico-política do Estado e como tal tem a função de representar os interesses da classe dominante. Nas condições históricas brasileiras, quem vai para a universidade é a elite — "Somente alcançam a universidade e têm oportunidade de se fazer, embora precariamente, herdeiros do patrimônio do saber humano — e com base nele contribuir para o progresso do País — uns poucos jovens que a ela chegam conduzidos quase exclusivamente por sua condição de integrantes da classe dominante. Só por exceção, e em casos raros, uma criança de origem popular consegue concluir o curso primário. Destas, muito poucas ingressam nos cursos médios, pouquíssimas o concluem e é irrisório o número dos que atravessam a última barreira, o acesso às universidades(...). A verdade é que o povo custeia uma rede escolar que, de fato, só serve à camada abastada e tem a função de dar a esta os instrumentos culturais e técnicos apropriados para a preservação de sua condição social privilegiada e, por extensão

(13) Ibid., p. 42.

natural e necessária, a de formar os agentes da perpetuação de uma ordem social incapaz de atender às reivindicações de progresso do povo brasileiro". (14)

Essa elite que chega à universidade não representa os interesses do povo-nação, ao contrário, está muito mais interessada em exercer o controle social do saber, em proveito próprio. Uma universidade elitista não pode ao mesmo tempo estar comprometida com o povo na busca de soluções para os seus problemas.

Por outro lado, existe a dimensão crítica e revolucionária da universidade. Mandel⁽¹⁵⁾ aponta uma contribuição importante que pode levar a universidade à transformação radical da sociedade: "Enquanto instituição permanente, a universidade permanece sujeita ao controle da classe dominante. Mas sempre que a luta do coletivo universitário pela autogestão assume uma dimensão tal que uma abertura temporária tem lugar

(14) RIBEIRO, Darcy, A Universidade e a Nação. *Educação e Ciências Sociais*, Ano VII, Vol. 10, nº 19, Janeiro/abril de 1962, Rio de Janeiro, pp. 21-22.

Um comentário significativo que demonstra a distância entre universidade e povo, veiculado pela Revista Anhembi, por ocasião da visita do presidente Juscelino Kubitschek à UNESCO, que declara que, sob o seu mandato, o Brasil passou a ter 22 universidades em lugar de 14. Igualmente foram criados no mesmo período de governo em todo o País se tenta estabelecimentos de ensino superior.

"Aí está bem expressa a inconsciência nacional. Um estatista de uma nação onde mais de 60 por cento da população se constituem de analfabetos, sentir-se-ia orgulhoso em declarar, por exemplo, que sob o seu mandato teriam sido criados digamos dez mil estabelecimentos de ensino primário. Mas 22 universidades numa terra de iletrados, evidentemente isso, repetido diante de um brasileiro consciente, faria o sangue vir ao rosto. Principalmente se esclarecer que a maioria, a esmagadora maioria dessas universidades, tem os seus corpos docentes constituídos de "doutores" da terra, estes nossos doutores que começam por ignorar a própria língua através da qual transmitem as suas lições. Se a maioria dos catedráticos das escolas superiores de Estados como o de São Paulo é a tristeza que ninguém ignora, que imaginar desses professores dessas 22 universidades e desses 10 estabelecimentos de ensino superior que se criaram no Brasil por pura politiquice por pura primária ostentação (...)"

Cf. *Revista Anhembi*, Ano XI, nº 131 vol. XLIV - outubro de 1961, p. 119.

nesse campo, então a universidade torna-se uma 'escola de autogestão' para o povo no seu conjunto".

No seu livro *Invenção e Descaminho*, Darcy Ribeiro⁽¹⁶⁾ coloca a idéia da "Universidade Necessária", acreditando que a UnB era, sobretudo, o compromisso de esforçar-se, permanentemente, incansavelmente, para ser a universidade necessária — "Aquela que, ademais de construir-se a si mesma, como deve ser, a casa da cultura brasileira, se faça capaz de ajudar o Brasil a formular o projeto de si próprio: a nação de seu povo, ordenada e regida por sua vontade soberana, como o quadro dentro do qual ele há de conviver e trabalhar para si próprio .

Não pode ser outra a tarefa da universidade de uma nação dependente no plano externo e oprimida internamente. Uma nação cativa de elites infecundas que, não lhe permitindo nunca organizar-se para o seu próprio povo, se viu retardada na sua evolução histórica. Essa nação frustrada é que requer da sua universidade as armas intelectuais de que necessita vitalmente para o salto revolucionário, que lhe permitirá realizar suas potencialidades a fim de integrar-se, em dia, autonomamente, na civilização de seu tempo como uma sociedade avançada, próspera e solidária".

Descrevendo sobre o ideário da Universidade de Brasília, Ribeiro afirma: "nossa meta era, portanto, criar aquela universidade que, em lugar de apenas refletir o atraso cultural e a desigualdade social, antecipasse, no que fosse possível, a sociedade avançada e solidária que havemos de ser

(16) RIBEIRO, Darcy, *UnB: invenção e descaminho*. Coleção depoimentos 39 volume, Avenir Editora, 1978, Rio de Janeiro, pp. 41-44.

amanhã. A universidade como instituição é o útero onde geram as castas dirigentes e seus servidores intelectuais (...)" (17)

Para situar o pensamento de Darcy Ribeiro⁽¹⁸⁾, é importante apontar a sua obra teórica sobre a universidade, onde, de certa forma, transpõe o modelo da Universidade de Brasília para um plano utópico. O modelo proposto se adequa às universidades que se propõem ser centros dinamizadores da criatividade cultural duma nação ou região.

O plano da Universidade de Brasília apóia-se na ideologia do capitalismo auto-sustentado, concebe a universidade como uma instância geradora de tecnologia que auxiliaria o País a alcançar autonomia nesse setor e coloca-a a serviço da Nação, atribuindo-lhe o papel de criar uma elite nacional. Entretanto, essa ideologia não dá conta da realidade, constitui uma proposta contraditória, dadas as forças em desenvolvimento do capitalismo. Tal contradição resolve-se no movimento dialético, quando as forças e tendências amadurecem plenamente, e chega ao limite de suas possibilidades. O fundamento desse projeto encontra-se atrelado ao desenvolvimentismo. Não prevê nenhum projeto de transformação social e aprofunda o embate entre as classes sociais.

Nessa formulação, a universidade é colocada a serviço do desenvolvimento capitalista, e a modernização é imprescindível nos seus aspectos de eficiência, racionalidade, economicidade.

A modernização é levada a cabo por uma "elite modernizante" que acredita na criação

(17) Cf. RIBEIRO, Darcy, *Invenção e descaminho*. Editora Avenir, Rio de Janeiro, 1978, p. 72.

(18) RIBEIRO, Darcy, *A Universidade Necessária*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

apenas de novas estruturas institucionais como forma de acender esse processo.

Essa idéia é claramente exposta no trecho que se segue: "Se não é possível uma reforma radical da universidade pela própria universidade, então a solução será construir-se um exemplo novo e nesse sentido Brasília se apresenta como uma oportunidade única. Construa-se ali uma universidade nos moldes mais modernos, mais eficientes, mais adaptados à época de revolução científica que estamos vivendo hoje; e que as demais universidades, pelo exemplo do que se fizer em Brasília, procurem ver que não haverá outra saída senão modificarem sua estrutura atual" (19).

Dai, poder-se-ia afirmar que a modernização da universidade, e conseqüentemente, a sua reforma foram impingidas pelos setores externos, desencadeadas pelo Estado, vindas de 'fora para dentro'.

(19) RIBEIRO, Darcy, Entrevista concedida ao jornal *O Metro politano*, por ocasião do Simpósio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, sobre o projeto da Universidade de Brasília, 1959.

Objetivos da Universidade de Brasília

Uma instituição, no plano teórico, define-se por seus objetivos, por suas funções. Um dos pontos de partida para a compreensão de determinada instituição reside na análise de seus objetivos. Considerando esse pressuposto de análise, serão examinados os objetivos descritos na proposta da Universidade de Brasília, assim explicitados:

- . ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira;

- . diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir;

- . assegurar a Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do País e torná-la prontamente capaz de imprimir caráter renovador aos empreendimentos que deverá projetar e executar;

- . garantir à nova capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais para ensejar o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todo o Brasil;

- . facilitar aos poderes públicos o assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover;

- . dar à população de Brasília perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno

do mundo⁽¹⁾.

No Estatuto, aprovado através do Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962, esses objetivos foram assim expres
ses:

- . formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social;

- . complementar a formação científica, cultural, mo
ral e física da juventude universitária;

- . preparar profissionais de nível superior e especialistas altamente qualificados em todos os campos do conheci
mento, capazes de promover o progresso social mediante a apli
cação dos recursos da ciência e da técnica;

- . congregar cientistas, intelectuais e artistas, as
segurando-lhes os meios materiais e as condições de independên
cia para se devotarem à ampliação do conhecimento, ao enrique-
cimento da cultura, ao cultivo das artes e a sua aplicação a
serviço do Homem;

- . colaborar, com estudos sistemáticos e pesquisas originais, para um melhor e mais completo conhecimento da realida
de brasileira em todos os seus aspectos.

Além desses, são também objetivos da universidade:

- . contribuir para que a Capital Federal exerça efe
tiva função integradora da vida social, política e cultural da
Nação, por meio de um núcleo de ensino e de pesquisa do mais
alto padrão, aberto a jovens de todo o Brasil e quanto possí-
vel aos de outros países, notadamente os demais da América La-

(1) RIBEIRO, Darcy, "Universidade de Brasília". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Volume XL julho/se-
tembro, 1961, p. 166.

tina⁽²⁾;

. proporcionar aos poderes públicos, nos limites da sua capacidade, nos diversos domínios do saber, a assessoria que solicitarem para o desempenho das suas funções;

. incentivar a vida intelectual e artística na capital do País, de modo a torná-la culturalmente autônoma e capaz de imprimir um sentido renovador aos empreendimentos que nela deverão ser projetados e executados;

. colaborar com as instituições educacionais de todo o País na elevação do nível de ensino e na sua adaptação às necessidades do desenvolvimento nacional e regional;

. cooperar com universidades e outras instituições científicas e culturais, nacionais, estrangeiras e internacionais, visando ao enriquecimento das ciências, das letras e das artes e à fraternidade dos intelectuais de todo o mundo, bem como à defesa da autonomia cultural da liberdade de pesquisa e de expressão e da paz.

De acordo com Art. 4º do seu Estatuto, para que a Universidade de pudesse alcançar os seus fins e objetivos, reger-se-ia pelos princípios de liberdade de investigação, de liberdade de ensino e de liberdade de expressão e manter-se-ia fiel aos requisitos do método científico e estando sempre aberta, com o objetivo de estudo, a todas as correntes de pensamento, sem participação em grupos ou movimentos político-partidários.

(2) No plano da Universidade de Brasília, estava previsto um determinado número de vagas destinadas a latinos-americanos. Isto, segundo Pompeu de Souza, "para criar na América Latina este sentimento que nunca se criou — o da identidade de nossos interesses —, que é por falta da criação da unidade, da consciência da identidade de nossos interesses é que nós não temos a força que poderíamos ter, se tivéssemos consciência disso... Daí a importância política dessa idéia".

SOUZA, Pompeu, Entrevista concedida para esta pesquisa. Ele foi professor da Universidade de Brasília, tendo trabalhado junto com Darcy Ribeiro.

Através dos objetivos definidos pela universidade, claramente percebe-se que esta nova idéia, dando ênfase à formação científica e tecnológica, estava perfeitamente em sintonia com o momento econômico, atendendo às necessidades do desenvolvimento. Nesse sentido, a universidade propunha-se "diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir", ou seja, a formação de profissionais ajustados ao sistema de produção.

"(...) Todavia há que se reter que, no pensamento dominante, atender ao progresso tecnológico é propiciar maior nível de desenvolvimento, que, por sua vez, virá romper o círculo da pobreza dos países atrasados. Ao propiciar isso, vem, portanto, atender a todas as camadas sociais em um processo 'democrático'. Destaca-se, portanto, neste contexto, o caráter neutralizante que a ideologia dominante empresta à técnica, conhecimento tecnológico. Por essa linha de raciocínio é que o caráter apolítico da educação enquanto mais uma técnica social, a do processo de conhecimento — acopla-se ao caráter economicista" (3).

Darcy Ribeiro considerava o atraso "um fracasso eminentemente tecnológico", e colocava a educação no centro dessa questão:

"(...) A educação é um investimento fundamental, não é uma conta a fundo perdido onde se jogam as sobras dos recursos orçamentários, sem o qual a Nação não terá as condições

(3) COVRE, Maria de Lourdes M. *A Fala dos Homens. Análise do Pensamento Tecnocrático*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983, pp. 212-213.

mínimas, elementares para que possa efetivamente progredir"(4). Essa mesma idéia é veiculada pela EAPES (Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior - Acordo MEC/USAID), que coloca a educação não apenas como fator de desenvolvimento, mas como fator essencial ao desenvolvimento, mostrando "quanto o valor humano, o capital humano vem crescendo de importância no processo de desenvolvimento"(5).

A Universidade de Brasília define-se, também, por seus objetivos - a serviço do poder e ao mesmo tempo comprometida com esse poder. Ela se propunha desempenhar o papel de agência de assessoramento governamental na luta pelo desenvolvimento autônomo do país.

A ênfase dada ao papel da universidade como agência de assessoramento à alta administração do País é retomada e reforçada em vários documentos. A Universidade de Brasília foi idealizada "partindo da preliminar de que seria imprescindível a criação de um centro cultural capaz de prestar assessoramento à alta administração do País e de que só uma universidade consegue reunir especialistas em número suficiente para assegurar a uma capital condições de trabalho produtivo"(6).

Na fala do Presidente da República, ao sancionar a Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília, é destacada como "específica" a função de assessoramento aos poderes públicos, e em contrapartida lhe são assegurados "recursos e regalias especiais".

(4) RIBEIRO, Darcy, *A UnB na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em sessão do dia 09.05.1963*. Departamento de Imprensa Nacional, 1963, p. 5.

(5) Ver Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior EAPES (Acordo MEC/USAID) Ministério da Educação e Cultura, 1969, Educação e Desenvolvimento, p. 22.

(6) RIBEIRO, Darcy, "A Universidade de Brasília". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. volume XXXIII. Abril/Junho, 1960, nº 78, p. 133.

"(...) Esta universidade nova é que hoje se institui. Planejada à luz da experiência nacional e internacional. Destinada a cumprir funções específicas de assessoramento aos poderes públicos em todos os campos do saber. Voltada para o cultivo da ciência e da técnica. Comprometida com o estudo e a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo.

Com o objetivo de assegurar à Universidade de Brasília os necessários meios para o cumprimento de tão alta missão cultural, os poderes públicos, através da lei que hoje sanciono, lhe asseguram recursos e regalias especiais. É instituída como uma Fundação para ter a autonomia e ser capaz da responsabilidade indispensável a uma instituição universitária realmente livre. É dotada, pela União, de um patrimônio que lhe permitirá traçar seus próprios programas de expansão" (7).

Outro aspecto descrito como objetivo da universidade era o de fazer-se um núcleo de amadurecimento da consciência crítica nacional e de servir de base para as reformas de outras instituições - uma universidade para a "integração nacional".

"O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional, através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas

(7) GOULART, João, "A missão da Universidade de Brasília". In: *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Editora Universidade de Brasília, 1962.

e técnicos, capazes de empreenderem a exploração nacional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-lo ao serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que esta cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram ao seu planejamento, fazendo da Capital de República um motivo de orgulho nacional" (8).

Uma outra tarefa que a universidade desempenha é a de distribuir a renda para a pequena burguesia via corpo docente, funcionários contratados, bolsa de estudantes e outros privilégios concedidos. A universidade é uma instância crítica e, ao mesmo tempo, um foco de reprodução. Mas ela tem, também, esse aspecto intermediário: é objeto de distribuição de renda do Estado junto às camadas médias. E isto significa poder. Esse aspecto, na Universidade de Brasília, já era veiculado: "(...) os boatos que circulam a respeito da Fundação da Universidade de Brasília não são por si mesmos animadores. Existem interesses escusos de toda a sorte tocando a realização: políticos com candidatos para postos importantes, influências que distribuem lugares - chaves para semi-especialistas (para não dizer coisa pior) e por aí fora. Somando-se ocorrências dessa ordem com a incompreensão reinante a respeito das condições de trabalho e do rendimento de uma universidade, pode-se temer pelo que irá acontecer a um projeto sob todos os títulos digno de aproveitamento construtivo". (9)

(8) GOULART, João, "A missão da Universidade de Brasília". In: *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Editora Universidade de Brasília, 1962.

(9) FERNANDES, Florestan, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. XL, julho/setembro, 1961, p. 201.

Na análise dos objetivos da Universidade de Brasília, destaca-se o objetivo fundamental para a consecução do projeto político-econômico do governo — o de formar novos técnicos para o mercado de trabalho. Isso mostra, à luz de uma perspectiva histórica, que com o desenvolvimento capitalista ocorre uma ruptura radical nas tarefas desempenhadas pelas universidades clássicas — que privilegiavam o estudo das humanidades e da cultura "livre e desinteressada." Na era industrial, a universidade é concebida como instância de produção e é então atrelada ao desenvolvimento econômico, adaptando-se às demandas impostas pelo capitalismo. Dessa forma, é quase inevitável a sua transformação de universidade tradicional em universidade tecnocrática, cujo fundamento encontra-se em sua "funcionalização".

Nessa perspectiva, a reforma tecnocrática é, portanto, um imperativo do desenvolvimento capitalista, para ajustar a universidade às novas exigências de formação profissional demandadas pelas empresas e pela burocracia estatal. Tais reformas são realizadas de forma autoritária e impostas de fora para dentro e, conseqüentemente, no interesse da classe dominante, levando à instrumentalização da universidade, à redução do ensino superior a um profissionalismo fragmentado, enfatizando a ciência aplicada, especializada e submetida à divisão capitalista do trabalho (10).

A Universidade de Brasília, enfatizando o preparo de profissionais e especialistas altamente qualificados associado ao sistema produtivo, ao lado do princípio da racionalização, eficiência, encarna a perspectiva tecnocrática de uni-

(10) MANDEL, Ernest, *Os Estudantes, os Intelectuais e a Luta de Classe*. Edições Antídoto, 1979, Cap. II. O novo papel da Universidade Burguesa.

versidade e, neste sentido, ela antecipa e impõe a "técnica tecnocrática", estabelecendo a ligação universidade/empresa.

No plano da Universidade de Brasília, estava previsto um Comitê de Coordenação das relações entre a universidade e as empresas, encarregado de desenvolver os serviços de assistência técnica, planejamento econômico e pesquisa aplicada.⁽¹²⁾

Dessa forma, o plano dessa universidade não parece ser representante da intelectualidade brasileira, conforme afirma Darcy Ribeiro: "A Universidade de Brasília representa, hoje, a aspiração mais profunda da intelectualidade e dos cientistas brasileiros". Ao contrário, ele nasce no seio da burocracia estatal, idealizada por um grupo reduzido e não chega a ser discutido de maneira expressiva com a comunidade científica e acadêmica do País. É imposto por um grupo instalado no poder, que traduz os interesses da classe dirigente, fundamentando-se na ideologia nacional desenvolvimentista.

Em consequência disto, o modelo dessa universidade está impregnado por uma inspiração tecnocrática e essa idéia perpassa os fundamentos da universidade e é diretamente expressa na fala de Darcy Ribeiro: "(...) Ora, estamos preparando a nação para as tarefas do desenvolvimento do mundo moderno que se funda na ciência e na tecnologia"(...). Ele mesmo se considera um técnico⁽¹³⁾ e é apresentado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (por ocasião de sua exposição em

(12) Cf. *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Governo e Administração da Universidade. Editora Universidade de Brasília, 1962.

(13) "(...) Entre nós, uma fábrica é coisa que envelhece, por falta desse ingrediente fundamental, que é a mão-de-obra qualificada, fruto da ciência e da técnica, produtos do sistema educacional. Completando esse raciocínio, queria dizer que, na minha atuação no Ministério da Educação, no período em que um técnico da casa pode ser chamado para tratar, por algum tempo, dos destinos da educação, esses foram os pensamentos inspiradores, tendo em vista esta análise e esta compreensão dos problemas brasileiros é que procuramos ajustar a ação do ministério e contribuir para formular uma política educacional para o País". RIBEIRO, Darcy, *Exposição perante a Comissão de Educação, em sessão do dia 09 de maio de 1963*.

19 de maio de 1963) pelo Deputado Lauro Cruz um "grande técnico de educação em nosso País".

A Universidade de Brasília é, portanto, um "núcleo de controvérsia" — coexistindo a modernização conservadora ao lado de um discurso autonomista. Entretanto, o desdobramento dessas contradições resolve-se nas formulações da proposta educacional elaborada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES⁽¹⁴⁾, que coloca a Educação e, em especial a universidade, a serviço do desenvolvimento capitalista. Essa perspectiva é incorporada na política educacional pós-64.

O projeto da Universidade de Brasília desponha associado, de certa forma, a uma fração da burguesia nacional que, interessada na mão-de-obra qualificada para o setor industrial, inspira a concepção dessa universidade de cunho modernizante que preconiza a modernização sem mudança.

De acordo com Gramsci, "cada grupo social, nascendo no terreno original de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político..."⁽¹⁵⁾

Cada classe cria os seus intelectuais, os organizadores de sua cultura. E, na luta pela hegemonia cultural e po

(14) O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES (1964-1971) foi criado por homens de negócios de São Paulo e do Rio de Janeiro e exerceu grande influência no âmbito político-econômico da nova cultura que se seguiu ao movimento político-militar de 1964. Sugeriu ao novo governo mudanças na política educacional que teve desdobramentos posteriores, influenciando na Reforma Universitária. Sobre o IPES ver, DREIFUSS, Renê Armand, 1964: *A conquista do Estado, Ação-Política, Poder e Golpe de Classe*. Editora Vozes, 1981. SOUZA, Maria T. Salgado de, *Os Empresários e a Educação. O IPES e a Política Educacional Após 1964*. Editora Vozes, 1981.

(15) GRAMSCI, Antonio, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Civilização Brasileira, 1979, p. 3.

lítica, essas classes produzem os seus intelectuais, que elaboram a visão de mundo, dando-lhe sustentação política e ideológica. Dessa forma, uma classe social para tornar-se hegemônica procura impor sua consciência social, sua concepção de realidade e seu projeto social sobre as outras classes.

O plano da Universidade de Brasília representa, portanto, "um núcleo de controvérsias", retrata as ambigüidades e as ilusões do projeto burguês lastreado no modelo nacional desenvolvimentista que se inspira no nacional e sustenta-se no internacional, preconizando a modernização conservadora. Na análise sobre os objetivos dessa universidade, está imbricada essa mesma contradição — privilegia o nacional, utilizando modelos e formas de outros países, recursos financeiros externos⁽¹⁶⁾, e sobretudo, implementando a modernização "sem mudanças" assim como, ao mesmo tempo acredita-se crítica e comprometida com os problemas do povo.

Fica difícil, no entanto, entender uma universidade que nasce atrelada ao poder e, por força desse mesmo poder, ser capaz ao mesmo tempo de servi-lo e exercer uma função crítica o que implica muitas vezes uma oposição aberta às suas proposições. A sua função crítica só poderia ser entendida como de reequilíbrio ao sistema, não contribuindo em nada para uma reflexão profunda das contradições sócio-econômicas do País.

(16) Quanto ao financiamento externo para a UnB, Darcy Ribeiro informa da perspectiva anteriormente traçada na sua fala na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em sessão do dia 09 de maio de 1963. "Outro aspecto que devo assinalar ao esforço de implantação da Universidade de Brasília é que, neste momento, já contamos com fundadas esperanças de obter de instituições estrangeiras e internacionais, até março do próximo ano, as seguintes parcelas de contribuição financeira: mais de 600 mil dólares da Ford Foundation para a biblioteca de ciência e outros objetivos; 850 mil dólares do BID, para investimentos em ensino científico e equipamentos; um milhão e oitocentos mil dólares do Fundo Especial das Nações Unidas; 250 mil dólares do governo francês para o ensino de geologia; e além disso estamos tentando ainda junto aos governos alemão, japonês e inglês, outras ajudas".

O projeto da UnB, como se poderia imaginar à primeira vista, devido às restrições militares impostas à universidade na revolução de 64, não se apresenta como uma proposta radical. É uma proposta de universidade perfeitamente engajada nos valores da sociedade capitalista e, a serviço dessa mesma sociedade, apresenta uma concepção elitista de educação.

Finalmente, cabe apontar que a universidade não pode estar encarnada somente no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, é preciso ter também como preocupação a formação do homem que irá criar e utilizar essa mesma ciência e tecnologia, dotando-o de criticidade e, sobretudo, imbuindo-o de sua responsabilidade social, como profissional, como cientista e como pesquisador.

Plano da Universidade de Brasília

O plano da Universidade de Brasília encontra precedentes e influência em outras propostas e concepções de universidade, especialmente da universidade americana. Segundo Darcy Ribeiro, o projeto inspirou-se basicamente nos esforços de Anísio Teixeira⁽¹⁾, na Universidade do Distrito Federal (1935-1937) e na tentativa de implantarem-se as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e Rio como órgãos integradores das respectivas universidades. Por outro lado, ele afirma ter o projeto de Brasília ultrapassado esses esforços:

"Ali se contou com recursos humanos e materiais que permitiriam aspirar à criação de uma universidade nacional efetivamente capacitada para o complexo do múnio do saber moderno, para o exercício da função de órgão central de renovação da universidade brasileira e para o desempenho de agência de assessoramento governamental, na luta pelo desenvolvimento autônomo do País" (2).

Em outra fala, Darcy Ribeiro afirma que o modelo que se recomendava para a UnB nada tinha de inovador, já que constituía a estrutura universitária usual, largamente experimentada e comprovada em sua eficácia em todos os países desenvolvidos, e cita o exemplo de que o ensino superior na Alemanha,

(1) "Acresce que se devêssemos falar de pai fundador, uma outra vaga precisaria ser aberta para A. Teixeira, que foi quem mais contribuiu para que a Universidade de Brasília se concretizasse".

Nesse depoimento, Darcy Ribeiro manifesta algumas divergências entre suas idéias e as de Anísio Teixeira quanto aos rumos da UnB. Este último defendia a idéia de que a universidade deveria ser estruturada para operar apenas como grande centro de pós-graduação, destinado a preparar o magistério superior, enquanto Darcy Ribeiro achava que devesse também ministrar o ensino básico. RIBEIRO, Darcy, *UnB. Invenção e Descaminho*. Avenir, 1978, p. 14.

(2) RIBEIRO, Darcy, *Universidade Necessária*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982, p. 133.

Inglaterra, Estados Unidos e Rússia se fez ao integrarem-se nos seus cursos universitários a ciência moderna e a tecnologia⁽³⁾.

A adoção de modelos, em princípio, não asseguraria a realização do plano, principalmente em se tratando de uma instituição complexa e contraditória como a universidade. Por isso, a idealização de modelos apresenta limitações ao serem transplantados para realidades diferenciadas. E, neste sentido, Fernando H. Cardoso tem razão em afirmar que "o êxito de qualquer universidade repousa no material humano que empresta sentido aos ideais universitários. Em si mesmo, o plano da Universidade de Brasília não representa uma garantia. É muito mais fácil preparar um grande plano salvador para o país do que resolver concretamente um conjunto limitado de dificuldades desse mesmo país. Com maior razão, a dificuldade não está em escolher um modelo de universidade, mas em realizá-lo. Assim a Universidade de Brasília será, em larga medida, aquilo que seus organizadores fizerem dela. Com o plano atual ou com outro, ela poderá vir a ser boa ou má, conforme a capacidade de realização, a seriedade e o entusiasmo dos que a ela se dedicarem"⁽⁴⁾.

Outra questão que se levanta, complementando essa linha de raciocínio, é a relativa ao argumento que sustentou esse projeto, isto é, as universidades até então existentes não responderam às necessidades do país no que dizia respeito ao desenvolvimento das ciências e da tecnologia, devido às defi-

(3) RIBEIRO, Darcy, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. vol. XL, julho/setembro, 1961.

(4) CARDOSO, Fernando Henrique, *Pronunciamento de Educadores sobre o Projeto da Universidade de Brasília*. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. vol. XL, julho/setembro, 1961, p. 212.

ciências estruturais, como: o problema da cátedra, legislação rígida, burocratização interna e externa, inflexibilidade acadêmica, etc. Em tese, esses pontos são verdadeiros. Mas o que não se pode acreditar é que todos os problemas que envolvem a universidade limitam-se ou resolvem-se através de inovações estruturais ou da adoção de novos modelos. A questão da universidade envolve uma complexidade mais ampla de natureza filosófica, política e social e implica uma opção política.

A adoção de modelos novos, as inovações estruturais, em nada garantem a revolução da universidade no sentido de ser uma instância crítica das estruturas vigentes. O que acontece é que o Estado burguês, por meio de reformas tecnocráticas, tenta direcionar a produção da capacidade intelectual para as necessidades da valorização do capital, e a ideologia dominante busca orientar a juventude para as áreas que lhe são mais convenientes na ciência e tecnologia. A reforma da Universidade de Brasília passou por esse canal, embora ostentando um discurso político do capitalismo auto-sustentado, o que em nada mudou essa perspectiva. Havia apenas uma tentativa de deslocamento do eixo do capitalismo internacional para o "pretens" capitalismo nacional.

A necessidade de inovações tecnológicas constitui, nas sociedades em desenvolvimento, um alvo a se atingir e, por isso, as reformas de ensino caminham nessa direção. Daí a ênfase na ciência aplicada, especializada e submetida à divisão capitalista do trabalho. Cada vez torna-se mais difícil "distinguir entre ciência enquanto fonte de riqueza material e ciência enquanto consciência revolucionária; à medida que todas as ciências se tornam cada vez mais prisioneiras do capital, na era do capitalismo tardio" (...)⁽⁵⁾.

(5) MANDEL, Ernest, *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural (Os Economistas), 1973, p. 188.

A universidade pode, no entanto, modernizar-se no sentido de ser mais eficiente e de constituir uma instância de reequilíbrio do sistema, essencialmente quando se idealiza uma proposta de ação conjunta entre Estado e Universidade — esta última na condição de "agência de assessoramento governamental".

O plano proposto por Darcy Ribeiro teve o mérito de apresentar uma nova organização para a universidade, mais racional, mais eficiente e, sobretudo, mais econômica e ajustada ao desenvolvimento da pesquisa, o que no Brasil constituía uma novidade, embora esse plano em muito se assemelhasse às inovações acadêmicas acionadas pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica — ITA — criado em 1957⁽⁶⁾.

(6) As inovações adotadas pelo ITA foram as seguintes: 1) os professores não ocupavam cátedras vitalícias; eram escolhidos pela congregação através do exame dos seus currículos e contratados pela legislação trabalhista; 2) a carreira do magistério estruturava-se de modo que o primeiro degrau, o de "auxiliar de ensino", fosse em geral ocupado por estudantes de pós-graduação, e os demais, "professores assistentes, associados e plenos", fossem sendo galgados pelo merecimento comprovado, independentemente da abertura de vagas; 3) a organização era departamental, reunindo professores e auxiliares técnicos e administrativos, bem como recursos materiais para as atividades de ensino e pesquisa em um campo profissional ou assuntos afins, substituindo, assim, a cátedra como unidade básica do ensino superior; 4) os professores e estudantes residiam no campo e dedicavam-se exclusivamente ao ensino e à pesquisa; 5) os professores estavam à disposição dos estudantes fora do tempo das aulas, de modo que as dúvidas e temas relacionados podiam ser explorados de modo produtivo; 6) o currículo era flexível, podendo-se acrescentar ou subtrair disciplinas conforme as necessidades e as disponibilidades de pessoal docente; 7) as cinco séries do curso estavam divididas em uma parte "fundamental" de dois anos onde se estudavam os assuntos comuns a todas as especializações, corrigiam-se os defeitos trazidos do curso secundário e alertavam-se os estudantes para a importância da ciência pura para a engenharia do "amanhã" — e uma parte "profissional" de três anos — onde se concentravam as disciplinas que levavam às especializações; 8) promoção do autogoverno e da autodisciplina tornando a "cola" um expediente raro; 9) estímulo à investigação e à pesquisa, principalmente nos cursos de pós-graduação, visando a formar novos docentes e pesquisadores. CUNHA, Luiz Antonio, *Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, pp. 154-155.

Uma das inovações que apresentava o plano da UnB era o modelo organizativo e integrado, representado pelos institutos centrais, em substituição às escolas isoladas herança do sistema francês largamente utilizado no Brasil; suprimia a cátedra e adotava a organização departamental⁽⁷⁾, que teria como unidade o departamento formado por professores pesquisadores responsáveis pelo ensino e pesquisa em um campo específico do conhecimento.

Em princípio, esse sistema tende a evitar a duplicidade de cursos com conteúdos iguais, facilita o desenvolvimento da pesquisa e pode levar a uma cooperação interdisciplinar, permitindo maior flexibilidade curricular. Tal sistema implica a adoção do regime de crédito, matrícula por disciplina, o que, em última instância e em tese, significa maior flexibilidade para o aluno.

- (7) "El departamento es una estructura nacida en la Universidad de Berlin, cuando Wilhelm von Humboldt trata de introducir el estudio de la química como disciplina universitaria. En esa época las universidades alemanas estaban organizadas por facultades y la introducción de una ciencia no encontraba por sí misma una estructura en donde apoyarse. Von Humboldt creó el departamento que era una estructura universitaria dedicada a enseñar y cultivar la química. Esta nueva estructura permitió el desarrollo de la disciplina y fue incorporada en otras instituciones universitarias especialmente en los Estados Unidos donde floreció la universidad departamental. Durante la posguerra hubo un gran desarrollo del sistema departamental, pues se consideró que para el desarrollo científico era más adecuado que el sistema de escuelas. Así se vio por ejemplo, la transformación de la Universidad de Leningrado de una universidad napoleónica a una departamental; igualmente en América Latina se vio esta transformación en la Universidad central de Venezuela. DIEZ, Jaime Castejón, *El concepto de Universidad*. Ciudad de México. Ediciones Océano, S.A, 1982.

A universidade não teria professores catedráticos (8), mas professores contratados pela legislação trabalhista, de acordo com a carreira do magistério prevista no estatuto: assistente, professor-assistente, professor associado e professor titular. A contratação dos professores rompia completamente com as normas vigentes, era feita por indicação dos departamentos e/ou dos conselhos departamentais, conforme o caso.

Quanto ao ingresso de estudantes, havia dois tipos de estudantes previstos nas normas da universidade: os regulares, aqueles que desejavam obter um grau universitário de graduação (bacharelado, licenciatura ou título profissional), ou pós-graduação, mestrado ou doutorado, selecionados através de concursos semelhante aos que na época se realizavam no ITA. Além desses estudantes, a universidade admitia os "estudantes especiais" que se inscreviam para assistir às aulas sem as formalidades exigidas para os demais estudantes, não se exigia comprovação de escolaridade anterior, devendo apenas demonstrar ante o departamento que possuíam conhecimento suficiente para acompanhar as aulas. A esses estudantes eram reservados dez por cento das inscrições de cada disciplina. Esse procedimento, até então inédito na universidade brasileira, não suavizaria os efeitos da elitização do ensino superior, uma vez que os estudantes especiais, salvo raras exceções, estariam compe

(8) Embora a Constituição previsse a existência de catedráticos para cada cadeira/matéria dos cursos superiores, essa exigência foi contornada por uma habilidosa reinterpretação do seu significado. A cátedra deixou de ser entendida como cargo para se constituir num grau universitário, como o doutorado e a livre-docência.

CUNHA, Luis Antonio, *A universidade crítica*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1983, p. 173.

tindo em posição de desigualdade com os demais.

Os estudos não seriam gratuitos⁽⁹⁾, isto de acordo com o artigo 71 do estatuto da universidade. A universidade não manterá serviços gratuitos, mas poderá conceder, na forma do regulamento próprio, depois do exame de cada caso individual, bolsas de habilitação, de alimentação, de matrícula, de material didático e outras a estudantes de alto nível de aproveitamento, que demonstrem falta ou insuficiência de recursos e, ainda, bolsas especiais de estudos ou de pesquisas para o regime de devotamento exclusivo⁽¹⁰⁾.

No plano da universidade, estava previsto o financiamento por parte da União de um certo número de bolsas de valor igual à despesa por aluno-ano da universidade. Outras bolsas poderiam ser custeadas por Estados e municípios e por empresas privadas, estas últimas poderiam financiar tipos particulares de formação nos quais estivessem interessadas. Admitia-se também que certo número de vagas pudessem ser reservadas para alunos em condição de pagar seus próprios estudos⁽¹¹⁾.

(9) Atcon en La universidad latino americana. Propuesta para un enfoque integral de desarrollo social econômico y educacional en America Latina, recomienda: "colocación de la enseñanza superior sobre bases rentables al cobrar matrículas crecientes durante un período de diez años: 1) La responsabilidad financiera podría estabilizarse eventualmente sobre la base de que el estudiante y la universidad se reparten por partes iguales el costo real; 2) Debe establecerse un fondo efectivo para becas con estos ingresos adicionales, a fim de ayudar eficazmente a los estudiantes verdaderamente insolventes, para que se compense así la gradual desaparición de una educación superior "gratuita".

ECO - *Revista de la cultura de occidente*. Bogotá, Colombia, 1966, pp. 154-155.

(10) Cf. Art. 70 § I e II do Estatuto da Universidade de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 1.872 de 12 de dezembro de 1962.

(11) RIBEIRO, Darcy, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. XL, julho/setembro 1961, p. 183.

Esses aspectos comprometem a gratuidade do ensino e representam uma ameaça à democratização da universidade, de sobrigando o Estado da responsabilidade social pela educação.

Neste sentido, enfatiza Tragtenberg: "(...) não pode ser democrática uma instituição universitária que, além de não gozar de autonomia, mantém o ensino pago. Daí a defesa do caráter público e gratuito do ensino universitário ser fundamental na luta pela democratização real e não de fachada, fundada na mais ampla liberdade de pensamento de professores e estudantes, que não devem e não podem ser beneficiados ou prejudicados por razões ideológicas" (12).

A Universidade de Brasília rompeu com a tradição clássica de universidade, buscando maior autonomia nos aspectos acadêmicos e livrando-se da burocratização em relação ao governo, ao se instituir sob a forma de fundação, mas, por ou tro lado, deu uma guinada em direção ao ensino pago, atrelando a educação às necessidades do capital tendo por fundamento a inspiração tecnocrática de universidade.

Outro aspecto previsto era o engajamento do estudante como força-trabalho, previsto da seguinte forma: "Dada a dificuldade de pessoal destinado a serviços gerais de conservação, já que a cada pessoa contratada para servir em Brasília se precisa de prover de residência, estes serviços recairão principalmente sobre os estudantes, como ocorre de resto, nas universidades norte-americanas. Para isto a bolsa de estudos deverá ser estipulada de modo a estimular os alunos a complementá-las com obrigações de trabalho remunerado durante algumas horas, diariamente, em serviços de conservação de equipamento, catalogação, controle" (13).

(12) TRAGTENBERG, Maurício, *Sobre Educação Política e Sindicalismo*. Coleção Teoria e Prática Sociais, São Paulo, Autores Associados:Cortez, 1982, p. 72.

(13) RIBEIRO, Darcy, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. vol. XL, julho/setembro, 1961, pp. 183-184.

Como salienta Darcy Ribeiro este modelo adotado na Universidade de Brasília não é uma criação sua; ao contrário, teve inspiração em outros modelos, sendo aqui adaptado com a colaboração de várias pessoas. Desta forma Darcy Ribeiro teve o mérito de ter sido o articulador deste plano, implantando a Universidade de Brasília.

Estrutura

A estrutura da universidade ⁽¹⁴⁾ era diferente do padrão tradicional das universidades autárquicas - foi adotada uma estrutura integrada composta por institutos centrais ⁽¹⁵⁾, faculdades profissionais e unidades complementares.

Aos institutos centrais (inicialmente de Matemática, Física Pura e Aplicada, Química, Biologia, Geociência, Ciências Humanas, Letras e Artes) caberia ministrar, integralmente, com suas atividades de estudos e pesquisas:

. cursos introdutórios a todos os alunos da universidade, a fim de lhes dar o preparo intelectual e científico básico para seguirem os cursos profissionais ou de especialização;

(14) Este item foi elaborado com base no Estatuto da Universidade de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962.

(15) Segundo Atcon - Esta modalidade, os institutos centrais foi por ele "conceituados e implantados em Concepción do Chile,, entre 1957 e 1960. Depois encontrou sua aplicação mais ampla em outros países de Hispano-América como também na nova Universidade de Brasília, da qual surgiu - no Brasil - a ainda persistente preferência nacional por institutos desta natureza. É um fato inegável que qualquer reforma estrutural havia que começar pela reorganização e aglutinação dos campos básicos e de preferência dos das disciplinas naturais, à causa de suas características especiais. Não era imprescindível, porém, a escolha da modalidade dos institutos centrais para lograr este fim. Isso foi circunstancial e comprovou-se inadequado".

Cf. ATCON, Rudolph P., "Atcon e a Universidade Brasileira. Coordenação (e introdução) dos textos (por) José Serano. Rio de Janeiro, 1974, p.27.

- . cursos complementares aos estudantes que desejassem seguir a carreira do magistério ou de biblioteconomia;

- . cursos de graduação em ciências, letras e artes, aos alunos que revelassem maior aptidão para pesquisas e estudos originais;

- . programas de estudos para mestrado e doutorado.

Nessa estrutura, o órgão integrador é representado pelo conjunto de Institutos Centrais possuindo departamentos incumbidos pelas atividades de ensino e pesquisa.

As faculdades profissionais (de Ciências Políticas e Sociais, Educação, Ciências Médicas, Ciências Agrárias, Tecnologia, Arquitetura e Urbanismo) seriam responsáveis pelo ensino profissional, uma vez que, desincumbidas da tarefa de suprir o preparo cultural e científico básico, estariam mais aptas a se dedicarem ao seu próprio campo de ação, diversificando os tipos e qualidade da formação profissional.

As unidades complementares eram constituídas pela Biblioteca Central, Centro de Teledifusão Educativa, Editora da Universidade de Brasília, Mouseion, Aula Magna, Centro Militar, Estádio Universitário, Casas Nacionais da Língua e da Cultura, Centro Brasileiro de Estudos Portugueses e Instituto de Teologia Católica. A essas caberia ministrar cursos de formação profissional e de aperfeiçoamento, de especialização e de extensão cultural, correspondentes aos seus campos de atividade, de acordo com planos de estudo aprovados pela autoridade universitária competente.

Essa estrutura possibilitaria uma ponderável economia de recursos, uma vez que evitaria a multiplicação de professores, instalações, laboratórios e bibliotecas em cada escola e asseguraria melhores condições para as atividades de pes-

quisa fundamental e aplicada. Garantiria, ainda, a oportunidade de ampliar e diversificar as modalidades de formação de especialistas, tão limitada no sistema de ensino superior, e estabeleceria uma distinção entre atividades de formação profissional e pesquisa aplicada, entregues às faculdades, e as de pesquisa fundamental, a cargo dos institutos centrais. Dessa forma, os institutos centrais poderiam dar melhor formação aos seus alunos e selecioná-los para o trabalho científico ou para ramos particulares de especialização técnica. Nesta perspectiva, a seleção dos quadros científicos do País far-se-ia a partir de uma base muito mais ampla e seria possível, desde os primeiros anos de funcionamento dos institutos, propiciar cursos de alta especialização, que as escolas profissionais até então existentes não possuíam condições de ministrar.

A estrutura, dupla e integrada, de institutos centrais, de faculdades e unidades complementares funcionaria sob a chefia de um sistema de órgãos de três tipos.

1. *Órgãos Normativos* - Constituídos pelo Conselho Universitário e sua Mesa Executiva e por Congregações de Carreira, Câmara de Decanos e Câmara dos Delegados Estudantis, cujas composições são expostas a seguir.

. Congregações de Carreira - integradas por todos os professores titulares, associados e assistentes dos institutos centrais, das faculdades e das unidades complementares que ministrassem cursos de formação e de especialização para cada carreira acadêmica ou profissional além de dois delegados estudantis (um para os cursos de graduação e outro para os cursos de pós-graduação).

. Câmara dos Decanos - deveria reunir todos os Decanos de estudos graduados ou pós-graduados da universidade.

. Câmara dos Delegados Estudantis - assembléia geral dos delegados estudantis dos cursos de graduação e pós-graduação nas congregações de carreira.

2. *Órgãos de Coordenação* das atividades das diversas unidades universitárias, a saber:

. Câmara dos Diretores - assembléia geral dos diretores das unidades universitárias que também funcionavam como ôrgãos consultivos da Mesa Executiva;

. Comissões Diretôras - em número de três, eram integradas respectivamente pelos diretores dessas unidades universitárias;

. Conselhos Departamentais - eram as assembléias dos chefes de departamento de cada unidade universitária, presidida pelos respectivos diretores, nas quais integravam-se, com direito de voz e voto, dois representantes dos estudantes das respectivas unidades universitárias (um dos cursos de graduação e outro dos cursos de pós-graduação).

3. *Órgãos de Direção e Supervisão*, a saber:

. Reitoria - ôrgão central executivo da universi-dade representado na pessoa do reitor, que também era o presidente da fundação;

. Coordenadores Gerais - em número de três, respectivamente, dos institutos centrais, das faculdades e das unidades complementares, eleitos bienalmente pelas comissões diretoras;

. Diretores e Chefes de Departamentos;

. Mesa Executiva - presidida pelo reitor e vice-reitor, composta também pelos três coordenadores gerais (dos institutos centrais, das faculdades e das unidades complementares).

A direção desse sistema (de órgãos normativos, de coordenação e de mando da Universidade de Brasília) estava a cargo do Conselho Universitário, autoridade suprema da universidade em matéria didática, técnico-científica, acadêmica e disciplinar.

Sob a direção da Mesa Executiva que funcionava como seu órgão permanente, o conselho universitário reunia-se ordinariamente duas vezes por ano - por motivo da abertura dos cursos do segundo semestre - e, extraordinariamente, sempre que fosse convocado pelo reitor, pelo vice-reitor quando exercia a reitoria, ou por decisão aprovada por dois terços dos votos dos membros da Câmara de Decanos, da Câmara dos Delegados Estu- dantis ou por maioria absoluta de votos da Câmara de Diretores.

Integravam o Conselho Universitário: os membros da Mesa Executiva, o decano de estudos graduados e o decano de es- tudos pós-graduados de cada carreira que compunha a Câmara dos Decanos, os diretores das diversas unidades universitárias que compunham a Câmara dos Diretores, os delegados estudantis e dois representantes eleitos anualmente entre o pessoal técni- co e administrativo.

A grande novidade, que apresentava a Universidade de Brasília era o sistema departamental. Os departamentos cons- tituíam, de acordo com o estatuto da universidade, a unidade básica do trabalho docente e intégravam-se administrativamente em uma das unidades universitárias, prestando serviços docen- tes e de pesquisa a toda a universidade e exercendo suas ativi- dades junto aos estudantes de qualquer carreira, cujo currícu- lo exigisse ou recomendasse cursos de graduação ou de pós-gra- duação. Integravam o departamento os professores titulares, titulares extraordinários, professores associados, professores assistentes e assistentes, cabendo a estes eleger o chefe do

departamento.

Esse sistema rompia com a cátedra e iniciava um no vo processo na organização da universidade. É importante res saltar que a departamentalização restringia-se ao âmbito da reforma administrativa, constituindo uma inovação na organização universitária e não na idéia de universidade.

Os professores da universidade seriam contratados pela legislação trabalhista, de acordo com a carreira do Magis tório que previa os seguintes cargos: Assistente, Professor Assistente, Professor Associado e Professor Titular.

A estrutura da Universidade de Brasília correspon- dia às demandas dos professores e pesquisadores por novas e modernas condições de trabalho, seguindo a influência das uni- versidades americanas.

Uma questão que se levanta é a da influência das propostas de Atcon na estrutura da universidade⁽¹⁶⁾: primeiro, pela sua inspiração tecnocrática, segundo, pela sua afirmação de ter sido entre 1958-1960 "Assessor en diferentes ocasiones, de autoridades brasileñas, encargadas de la planificación e creación de la nueva Universidad de Brasília"⁽¹⁷⁾. Embora Darcy Ribeiro descarte tal influência, quando aponta a orienta

(16) Esta questão é levantada por Edson Nery da Fonseca, professor da Universidade de Brasília (1962), quando ele falava que o plano original, de autoria do Professor Darcy Ribeiro, tem também reivindicada a autoria pelo sr. Rudolph P. Atcon.

FONSECA, Edson Nery, *Martírio e Restauração de uma Universidade*. Depoimento Pessoal Publicado no *Décimo Aniversário de Instalação da Universidade de Brasília*, São Paulo, Ed. do autor, 1972.

(17) Cf. Curriculum Vitae do Professor Rudolph P. Atcon. In: *Teoria sobre a administração universitária*. Administração Acadêmica, R.P. Atcon y Henrique Tono Trucco - Guadalajara, UAG-OEA, introd., 1973.

ção nitidamente norte-americana para os projetos de modernização na América Latina, destacando em nota de rodapé no seu livro *A universidade necessária* a seguinte observação: "Algumas dessas tentativas foram orientadas por um técnico norte-americano, nascido na Grécia, o Sr. Rudolph Atcon. Tendo trabalhado no Brasil durante alguns anos, em funções secretariais, junto a Anísio Teixeira buscou conciliar, naqueles projetos, as idéias inovadoras deste educador com sua própria experiência e, sobretudo, com sua supervalorização dos ideais empresariais e privatistas da pior tecnocracia educacional norte-americana (1963). Mais tarde o senhor Atcon converteu-se abertamente em agente da colonização cultural em cada nação submetida a um regime regressivo. Apavorado com a rebeldia estudantil em todo o mundo e com o crescimento democrático dos povos subdesenvolvidos, apregoa como única solução a repressão e o genocídio" (18).

A estrutura da Universidade de Brasília corresponde às necessidades modernizantes no âmbito do ensino superior. A participação, pelo menos a nível formal, era sem dúvida bem mais expressiva, tendendo para o modelo colegiado.

A distribuição do poder era feita em duas instâncias: uma, formada pelo Conselho Diretor - Órgão supremo da Fundação -, e a outra, formada pela Câmara dos Decanos, Câmara dos Diretores, Comissões Diretoras e Conselhos Departamentais.

A participação dos estudantes era sensivelmente maior do que nas demais instituições de ensino superior. A Câmara dos Delegados Estudantis tinha o poder de convocar o Conselho Universitário para exame das questões do seu interesse, o

(18) RIBEIRO, Darcy, *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, p. 130.

que não garantiria a participação de fato dos estudantes, uma vez que tal participação não era paritária⁽¹⁹⁾.

Organização Administrativa

A Universidade de Brasília seria criada sob a forma de fundação⁽²⁰⁾ o que lhe daria maior autonomia na direção e estruturação de seus órgãos. A fundação teria por objetivos criar e manter a universidade. O órgão supremo da fundação era o Conselho Diretor⁽²¹⁾, composto por seis membros e

(19) Um aspecto divergente na proposta de Atcon e da Darcy Ribeiro é quanto à participação estudantil. O primeiro recomenda a "eliminación de la interferencia estudantil en la administración da Universidad", enquanto o segundo abre maior espaço para a participação estudantil.

(20) Um dado importante a ser observado é de que Atcon em suas recomendações sugere: La universidad latinoamericana debe consolidar su autonomía y adquirir un grado mayor de independencia real. El mejor sistema legal para lograr más libertad, consiste en transformar la universidad estatal en una fundación privada. Hace años que CAPES recomendó esta salida para el Brasil; fue nuevamente propuesta en un estudio efectuado por la Escuela de Sociología Política de São Paulo y finalmente puesta a prueba en la recién creada Universidad de Brasilia. De acuerdo con este procedimiento la universidad debería ser:

a) Legalmente independiente y privada; b) financiada por donativos globales anuales del estado, así como se hace en Gran Bretaña; c) libre de controles e interferencias estatales; d) completamente disociada de la regulaciones del servicio público; 3) politicamente neutral.

Cf. ATCON, Rudolph P., *La universidad latinoamericana. Propuesta para un enfoque integral de desarrollo social, económico y educacional en America Latina*. ECO.Revista de la Cultura de Occidente, Bogotá, Colombia, p. 150.

(21) Formação do primeiro Conselho Diretor da Fundação:
Membros efetivos: Darcy Ribeiro - Reitor da Universidade. Presidente da Fundação; Anísio Teixeira - Membro do Conselho Federal de Educação. Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Pedagógicos. Ex-Secretário da Educação do Distrito Federal e do Estado da Bahia; Hermes Lima - Membro do Conselho Federal de Educação. Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Abgar Renault - Membro do Conselho Federal de Educação. Ex-Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais; Oswaldo Trigueiro - Ministro do Superior Tribunal Eleitoral. Ex-Governador do Estado da Paraíba. Ex-Embaixador do Brasil; Frei Mateus Rocha, o.p. - Provincial da Ordem Dominicana no Brasil.

Suplentes: Alcides da Rocha Miranda - Presidente da Fundação Cultural de Brasília. Professor de Arquitetura; João Moojen de Oliveira - Secretário de Agricultura do Distrito Federal. Naturalista do Museu Nacional. Doutor em Ciências Naturais.

dois suplentes nomeados livremente pelo Presidente da República, da primeira vez, e posteriormente renovado sob seu controle, através de nomeações dos novos membros por escolha sobre listas tríplexes elaboradas pelo Conselho Diretor.

Esse Conselho elegeria o seu presidente, o qual também teria o nome de Reitor da Universidade. Os membros do Conselho poderiam ser reconduzidos, mecanismo que garantiria uma continuidade do poder, podendo o Estado exercer certo controle na administração da universidade.

De acordo com esta ótica empresarial, a universidade deveria adquirir autonomia financeira, através da gestão do seu patrimônio⁽²²⁾.

Uma questão que caberia levantar é a de que a universidade regida sob a forma jurídica de fundação apresenta um

(22) Este patrimônio era constituído:

- a) pela dotação de um bilhão de cruzeiros a que se refere o art. 18 e pelas rendas das ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional pertencentes à União;
- b) pelos terrenos destinados, no plano piloto, à construção de uma Universidade em Brasília;
- c) pelas obras de urbanização e de instalação de serviços públicos na área da Cidade Universitária, a serem construídas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital, sem indenização, nas condições do art. 17 da Lei número 2.874, de 10 de novembro de 1956;
- d) pelos edifícios necessários à instalação e funcionamento da administração, da biblioteca central, da estação radiodifusora, do departamento editorial do centro recreativo e cultural, a serem construídos pela Novacap nas condições da alínea anterior;
- e) pelos terrenos das doze superquadras urbanas, em Brasília, que lhe serão doados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital;
- f) pela metade dos lucros anuais da Rádio Nacional que serão aplicados na instalação e manutenção da Rádio Universidade de Brasília;
- g) pela dotação de cinquenta milhões de cruzeiros (CR\$ 50.000.000,00) na forma do art. 19 destinados a constituir um fundo rotativo para edição de obras científicas, técnicas e culturais de nível universitário, pela Editora Universidade de Brasília;
- h) pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, pelo Distrito Federal por entidades públicas ou particulares.

Cf. Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília.

redicionamento na política universitária. O artigo 1º do Estatuto da Universidade de Brasília mostra claramente essa perspectiva; quando define a universidade como uma instituição não-governamental de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber, e de divulgação científica, técnica e cultural, criada e mantida pela fundação nos termos da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961.

Ocorre que, se por um lado adquire mais autonomia frente à burocracia do Estado, nos aspectos políticos, econômicos didáticos e curriculares, por outro abre caminhos que comprometem a gratuidade do ensino, e, nesse sentido, a democratização da universidade torna-se uma grande falácia.

Para maior compreensão desse aspecto é importante ressaltar que a composição do Conselho Diretor da fundação poderia ser feita por pessoas estranhas à universidade, fato que permitiria levar a adoção de políticas alheias à universidade. Dada a sua vinculação com o projeto desenvolvimentista do governo previa-se a cooperação de empresas autárquicas, paraestatais ou particulares e dos próprios programas federais e regionais, cuja expansão estaria na dependência das disponibilidades nacionais de mão-de-obra especializada. Assim, muitas delas poderiam vir a ser "convidadas" a contribuir na construção da universidade (financiando sua construção física, compra de equipamento e treinamento de professores), como ocorre nas universidades estrangeiras, notadamente as americanas. Outra fonte de financiamento prevista eram as instituições internacionais de apoio às atividades educacionais, científicas e culturais. Nesse sentido, vale a pena ressaltar o caráter ambíguo e contraditório desse projeto: ao pretender ser autonomista, abre caminhos para a cooperação externa. É notoriamente conhecida a não-neutra lidade da cooperação externa, que impõe aos países cooperados

rigoroso controle ideológico através da adaptação dos programas e projetos às suas linhas básicas de ação, às suas regras.

O sistema de fundação adotado na UnB foi posteriormente adotado em outras universidades, especialmente no pós-64, quando os germes da reforma universitária ganharam maior dimensão no projeto formulado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES - que fundamentava-se no desenvolvimento do País dentro do capitalismo associado.

Aspectos da Universidade Tecnocrática

Ao falar sobre a universidade, sua criação e produção, é importante ressaltar como se percebe esta instituição: "A universidade, enquanto instituição, é produzida simultaneamente e em ação recíproca com a produção das condições materiais e das demais formas espirituais. É, pois, produzida como expressão do grau de desenvolvimento da sociedade em seu conjunto. Segue-se, pois, que a Universidade Concreta (a universidade enquanto síntese de "múltiplas determinações") sintetiza o histórico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural, numa palavra, a realidade humana em seu conjunto"⁽²³⁾. É exatamente dentro dessa perspectiva que procurei apreender o sentido da criação e produção da Universidade de Brasília, vinculada a uma situação histórica, dinâmica e complexa.

Ao analisar o seu plano, deparei com um discurso ambíguo e, por vezes, contraditório: da fala democratizante a posições elitistas, da universidade crítica à universidade

(23) SAVIANI, Dermeval, "A universidade e a problemática da educação e cultura". In: *Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*. Ano I, nº 3, Brasília, maio/agosto, p. 42.

tecnocrática.

No Brasil, a maioria dos projetos de reforma da universidade está vinculada aos projetos políticos de modernização e desenvolvimento econômico e nunca ao contrário, procurando contestar e criticar as controvérsias da estrutura social. Fundamentam-se nos parâmetros da sociedade capitalista, tendo-a como justa e aceitável.

Nessa perspectiva, do planejamento e da racionalização, essas reformas tendem a ser tecnocráticas, apoiando-se no conhecimento e na razão técnica. Esse enfoque tecnocrático reduz a função da universidade à formação de recursos humanos e ao fornecimento técnico e científico em função da produção econômica. Em geral, está ligado e ajusta-se ao enfoque "dos recursos humanos" que limita a educação em geral, e a universidade em particular, a uma função principalmente instrumental⁽²⁴⁾. Possui uma forte carga ideológica e economicista, o que se traduz na vinculação da universidade ao mercado de trabalho, na seleção e escolha de programas que levem à inovação tecnológica. Enfatiza a importância de orientação e critérios puramente técnicos em relação aos problemas do desenvolvimento econômico e procura converter a ciência, especialmente as ciências sociais, em técnicas a serviço da política e do planejamento a nível estatal e empresarial.

Outro aspecto fundamental desse projeto é a ênfase na reformulação da estrutura interna da universidade, acomodando-se à estrutura de poder mais ampla e, dessa forma, procura a despolitização da universidade como forma de neutralizar a

(24) Ver a obra de Max Horkheimer, *Crítica de la razón instrumental*. SUR - Buenos Aires.

crítica às estruturas sociais e políticas.

No Brasil, a realização clássica desse modelo está veiculada na proposta de Atcon⁽²⁵⁾ para a Reforma Universitária. Seu trabalho é um ensaio em matéria de política universitária, propõe medidas para o planejamento e reforma da universidade. Situa o problema da reforma dentro do processo de industrialização e procura enfatizar que "el desarrollo socio economico de una comunidad está en función directa de su desarrollo educativo". Assim, dá ênfase em demasia à educação no processo de desenvolvimento econômico, notadamente a de nível superior - "la educación superior constituy la verdadera encrucijada en el desarrollo de la America Latina" - e prossegue afirmando que "el microcosmo de la universidad refleja fielmente el macrocosmos de la sociedade en general". Por isso sustenta que a educação superior é o ponto de partida para a mudança da sociedade em geral e propõe um tipo de universidade para a América Latina, independente das particularidades de cada país e da evolução histórica de cada um.

Aponta as formas arcaicas em que se organizam as universidades latino-americanas, compostas de escolas profissionais, existência da cátedra e outras disfuncionalidades estruturais. No âmbito da educação superior, aponta os rumos da universidade encarnando a ótica tecnocrática e postula que ela deve ser independente, privada, politicamente neutra, vin

(25) ATCON, Rudolph P., La universidad latino americana - Propuesta para un enfoque integral de desarrollo social, económico y educacional en América Latina. ECO. Revista de la cultura de occidente. Bogotá, Colombia, 1963. Este mesmo trabalho teve outras publicações anteriores: em 1958 como "Esbozo de una propuesta para una concentración de la política norteamericana en América Latina en la reorganización universitaria e integración económica"; depois em março de 1961, como "La universidad latinoamericana"(...) In: prefácio da mesma revista.

culada ao setor produtivo e, sobretudo, dedicada à ciência aplicada⁽²⁶⁾. Apresenta a necessidade de criar e diversificar novos campos de especialização, em função do ajustamento da universidade às forças produtivas.

Propõe a criação de "Estudos Gerais", a eliminação da cátedra, a desvinculação do corpo docente e de funcionários técnicos administrativos do serviço público, a criação de carreiras universitárias, integração de cursos e currículos, a não-participação de estudantes nos assuntos acadêmicos e administrativos. Defende ainda o ensino superior não-gratuito, a transformação das universidades em fundação, o que iria possibilitar maior autonomia. No conceito do autor, a universidade será verdadeiramente autônoma à medida que se torna privada, não respondendo a interesses do Estado ou da Igreja - "Autonomía significa la no intervención del Estado en la administración financiera, académica y científica de la universidad. Significa la libertad de seleccionar, contratar o remover personal, estructurar la administración y organización de la institución, crear y eliminar cursos, enseñar e investigar sin indebidas interferencias, pagar sueldos que la universidad y no el funcionalismo público determinem: significa todo lo que se considera útil hacer dentro de sus objetivos y de las limitaciones

(26) La realidad tecnológica de hoy, traducida a lo educacional, implica la transformación de instituciones meramente académicas en institutos de ciencia pura y aplicada. La realidad económica de hoy, traducida a lo educacional, implica la transformación de torres de marfil en instituciones al servicio de la comunidad.
Ibid, p. 21.

que imponen sus recursos financeiros" (27).

A influência de Atcon na educação brasileira é um fato a se considerar ao estudar a inovação da universidade e, conseqüentemente, as suas reformas (28).

A universidade modernizante está fortemente influenciada pela ideologia tecnocrática (29) que enfatiza o planeja

(27) Ibid, p. 64.

(28) É notória a influência de Atcon no delineamento da política educacional: 1952 "Solicitado por su secretario general para asistirlo en la organización de la entonces recién creada "comisión Presidencial Brasileña para tratar del perfeccionamiento de personal superior (CAPES)". 1953-56 Director adjunto de CAPES, encargado de su Programa de Desarrollo Universitario. 1953 - Pasó cinco meses en diez países europeos en representación de la "Comisión Gubernamental CAPES", a fin de contratar científicos e profesores para universidades brasileñas. 1956-57 - Jefe de la "División de Educación del Instituto de Microbiología" de la Universidad de Brasil, en Rio de Janeiro." 1958-60. Asesor en diferentes ocasiones de autoridades brasileñas encargadas de la planificación y creación de la nueva universidad de Brasília. 1963 - Asesoró también, en forma oficiosa y a su petición, al entonces Director de la Enseñanza Superior del Ministerio Brasileño de Educación y Cultura sobre proyectos relacionados con su campo de acción. 1965 - Asesor del Ministério de Educación y cultura del Brasil, cuya División de Educación Superior le encomendó la preparación de un estudio crítico sobre lo que era nuevo en la universidad brasileña, comparado con el decenio anterior (publicación). 1965 - Asesor de la Pontificia Universidad Católica del Rio de Janeiro, para recomendarle un modelo y programa de reforma institucional - (Publicación). 1966 - Fundó el Consejo de Rectores de las Universidades Brasileñas - tal como lo recomendó en su informe al Ministério el año anterior - y fue designado su primer secretario ejecutivo. 1966-1968. Secretario Ejecutivo del Consejo de Rectores de las Universidades Brasileñas, por un período de dos años, a cargo de su organización y operación inicial. 1966-68 - coordinador de un programa limitado de asistencia técnica em prácticas centralizadas de administración universitária llevadas a cabo en Brasil por la Universidad de Houston, Texas, conforme un acuerdo especial entre ésta, el Gobierno y el Consejo de Rectores. 1968 - Preparó en portugués, un manual sobre el planeamiento integral de campus, a la solicitud y bajo el patrocinio parcial del Consejo de Rectores de las Universidades Brasileñas (Publicación). 1969 - Em misiones de assistência técnica de la OEA a las siguientes instituciones, a su petición: Universidad Federal de Santa Maria; Universidad Federal de Espírito Santo. 1972 - Visitó dos veces Brasil para retomar contactos universitários en Espírito Santo, Guanabara y Rio Grande do Sul." Informações retiradas do seu curriculum vitae, publicado no livro Teoria da Administração Universitária - Administração Acadêmica.

(29) Ver COVRE, Maria de Lourdes M. *A Fala dos Homens. Análise do Pensamento Tecnocrático* 64-81. Editora Brasiliense, 1983, Ideologia e Tecnocracia (um recorte teórico do objeto).

mento, a racionalidade, a eficiência e a economia. No plano da Universidade de Brasília, o lado modernizante e tecnocrático da proposta está camuflado pelo discurso político e pela pretensa politização da universidade. A proposta é tecnocrática à medida que se ajusta ao desenvolvimento capitalista e às forças produtivas. A fundamentação do projeto gerava em torno da defesa do capital nacional, da criação de uma elite nacional, da criação da ciência e tecnologia para dar suporte e sustentação ao controle do capital nacional.

Essa proposta é ambígua, visto que, dado o desenvolvimento das forças capitalistas, esses projetos autonomistas não encontraram receptividade por parte dos setores dominantes mais expressivos, que já se achavam atrelados ao capital internacional. O que lhes interessava era a realização plena da tecnocracia na universidade. E, nesse sentido, a Universidade de Brasília teve o mérito de antecipá-la.

A noção de subdesenvolvimento veiculada na ideologia da universidade é entendida na distância entre as nações periféricas e as do centro e, assim, a modernização seria um imperativo, e os mecanismos tenderiam a ser tecnocráticos, uma vez que moldaram-se no sistema capitalista e na importação de modelos externos para a universidade.

À primeira vista, é um tanto difícil perceber o plano dessa universidade dentro desta ótica, uma vez que representou um esforço de recriar algo novo para a educação brasileira, em termos de organização.

Ela foi, sem dúvida, um marco no processo de modernização do ensino superior, constituindo uma resposta às necessidades econômico-políticas daquele momento histórico. Entretanto, essa proposta não ultrapassou os limites da modernização e não pode ser considerada como democrática no senti-

do amplo (democracia interna e externa) e nem tampouco crítica e revolucionária. Está perfeitamente ajustada à ótica modernizante⁽³⁰⁾.

Ao que indica, essa modernização estrutural era decorrente da própria necessidade de criarem condições para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa para, em última instância, aperfeiçoar a técnica. Por outro lado, de democratização entendida no sentido amplo, gratuidade do ensino e democratização de oportunidades parecem inconciliáveis numa universidade de elite, onde se pretendia formar as mais altas capacidades intelectuais do País para setor público e privado — a inteligência nacional.

A universidade enquanto consciência crítica não encontrou sua identidade, sua existência real, e, enquanto as reformas reduzirem-se a níveis estruturais internos, em nada po-

(30) Recca e Vasconi apresentam as seguintes características da universidade modernizante:

- a) La racionalización de los servicios, los que implica: planificación administrativa y docente, a fin de lograr un uso más eficaz de los recursos financieros, materiales y humanos;
- b) Una modificación de la importancia de las carreras en el sentido de incremento de status y ampliación de las especialidades técnicas y de las ciencias sociales;
- c) Un ajuste del "producto" de la universidad a los requerimientos del "sector moderno";
- d) Un incremento de las exigencias pedagógicas: selección más rigurosa y exigencias de mayor dedicación académica;
- e) Vinculación estrecha con los centros de producción científica extranjeros;
- f) Adecuación de los contenidos de la enseñanza a las pautas de desarrollo de la ciencia y tecnología a nivel internacional.

RECCA, Inés y VASCONI, Tomas A., *Modernización y Crisis en la Universidad Latinoamericana*. Ediciones del Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, junio, 1971, p. 30.

derã mudar seus rumos, e a sua contribuição no processo de transformação social torna-se limitada.

No capítulo seguinte, é mostrado o esgotamento da proposta da Universidade de Brasília enquanto formulação política e ideológica, restando as inovações estruturais, que foram largamente utilizadas na Reforma do Ensino Superior de 1968.

Esgotamento da Proposta da Universidade de Brasília enquanto formulação política-ideológica.

A proposta deste trabalho foi analisar o plano da Universidade de Brasília no seu contexto concreto, buscando identificar a influência do político, do econômico e social na idéia de universidade.

Neste capítulo, pretendo identificar em que medida essa universidade encarna-se na ideologia sócio-política daquele momento histórico ou, ao contrário, apresenta contradições que espelham a contradição maior: "o da proposição nacionalista de desenvolvimento numa era monopolista de capital"⁽¹⁾.

Com o processo de industrialização, as necessidades da sociedade brasileira alteraram-se rapidamente. Ficou patente o anacronismo da universidade frente às novas demandas sociais; especialmente as do setor produtivo, que exige uma diversificação profissional maior. Foi, por conseguinte, planejada a Universidade de Brasília, que enfatizava como objetivo "diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção e a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estavam a exigir." Com base nisso dotar-se-ia a universidade de uma estrutura modernizante composta pelos institutos centrais, as faculdades profissionais e as unidades complementares.

Essa universidade, embora dizendo-se política e engajada nas soluções para os problemas da nação, não chega a

(1) COVRE, Maria de Lourdes M. *A Fala dos Homens. Análise do Pensamento Tecnocrático*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983, p. 22.

dizer, no entanto, quem é ou o que é a nação, o que torna um tanto vago e abstrato esse seu conceito.

O projeto político do governo foi sustentado em parte pela ideologia nacionalista que inspirava-se nas proposições da Cepal e tinha como "expoentes" Celso Furtado e Hélio Jaguaribe. Nessas proposições está subentendida a superação do subdesenvolvimento pela expansão do setor moderno em oposição ao setor atrasado, não-capitalista, através do melhor aproveitamento e entrosamento dos fatores de produção, sendo a técnica um fator fundamental, nesse processo. Destaca Celso Furtado: "Autonomia tecnológica significa estar capacitado para dar solução aos próprios problemas, em contraste com o simples esforço de adaptar a sociedade a modelos importados. Avançar para a autonomia tecnológica exige amplo e decidido apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento e também à pesquisa científica básica e aplicada"⁽²⁾. É importante destacar que essa dualidade - setor moderno e setor atrasado - não está necessariamente em oposição ao contrário - "o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários em que o chamado moderno cresce e se alimenta do atrasado"⁽³⁾.

(4)

A viabilização da ideologia nacionalista é pos

(2) FURTADO, Celso, *O Brasil Pós-Milagre*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981, p. 38.

(3) OLIVEIRA, Francisco, *Estudos CEBRAP* 2, outubro de 1962, p. 8.

(4) "O nacionalismo emergiu e evoluiu como uma força disciplinada, contida e parcial, que respondia às modalidades de consciência social, de interesses e de valores dos extratos sociais dominantes. Ele não adquiriu uma natureza explosiva e revolucionária nem assumiu poder integrativo aglutinante, pois não devia exprimir a conciliação de concepções, de interesses e de valores sociais em tensão e em conflito. Por isso, não se irradiou através do sistema institucional das sociedades nacionais em formação nem captou a vontade profunda dos homens de *status* diferentes. Elaborou-se e permaneceu como uma força social de superfície e de circunstância, mantendo-se permanentemente incapaz de identificar as diversas classes sociais com alvos coletivos que as transcendessem e as galvanizassem acima de seus destinos históricos particulares. Não chegou sequer a invadir as instituições onde poderia mediar com ímpeto construtivo insopitável, como as escolas ou os quartéis". Cf. FERNANDES, Florestan, *Círculo Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1979, p. 200 e 201.

sível graças ao modelo nacional-desenvolvimentista, e a Universidade de Brasília enquanto proposta apóia-se nessa mesma ideologia, sendo parte do projeto político do governo, comportando as mesmas ambigüidades e contradições do modelo.

Um passo seguinte dessa análise é procurar identificar as contradições implícitas no modelo nacional-desenvolvimentista.

O crescimento industrial desse período deu-se graças ao grande afluxo de capital estrangeiro, o que significa uma nova era para o capitalismo brasileiro. Esta entrada de capital é devida à "maturação do capital", ou seja, ao "excedente de capitais" ou "superacumulação de capital" nos países avançados. E as "possibilidades de exportação de capitais" provêm de que um certo número de países atrasados já estão envolvidos na engrenagem do capitalismo mundial (...). Isso se explica pelo fato de que "as exportações de capitais influem, à medida que se aceleram poderosamente, no desenvolvimento do capitalismo dos países os quais elas dirigem"⁽⁵⁾.

Outro lado da questão é que não se pode considerar a economia brasileira simplesmente como representante local do capitalismo internacional. Foram necessárias a organização política das aspirações e forças sociais locais e condições econômicas específicas para que se estabelecessem as motivações para o desenvolvimento. Nesse processo, o Estado teve um papel fundamental - o de atuar deliberadamente no sentido de privilegiar o capital, facilitando o processo de acumulação, especialmente no período de Juscelino, com o seu programa de avançar "cinquenta anos em cinco".

(5) Ver LÊNIN, V.I. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Obras Escolhidas. Editora Alfa-Ômega, Tomo I, São Paulo, 1979.

Devido às suas próprias contradições, a evidência da crise do modelo nacional-desenvolvimentista tornou-se inevitável: a indústria passou para a segunda fase do processo de substituição de importações, dando ênfase à produção de equipamentos e bens de consumo durável, exigindo, portanto, capital mais elevado. A crise ocorreu exatamente quando essa contradição instaurou-se, ou seja, quando se tentou conciliar o modelo político nacional-desenvolvimentista com o modelo econômico já atrelado ao capital mundial. De certa forma, essa perspectiva já vinha sendo traçada através da política de industrialização, criando condições para os investidores internacionais e direcionando a política econômica para a fase do "modelo associativo". A esse respeito, destaca Ianni: "o povo brasileiro não teve condições para levar a ruptura político-econômica até o fim — segundo as próprias exigências do modelo Getuliano ou conforme uma opção de tipo socialista — o seu desenvolvimento econômico voltou a depender cada vez mais dos vínculos e centros de decisão externos. A entrada no estágio da industrialização abriu perspectivas a um desenvolvimento capitalista autônomo. Entretanto, para que esse projeto se efetivasse, era necessária a reformulação drástica dos vínculos estruturais internos-externos (...)" (6)

Recolocando a questão do projeto educacional da Universidade de Brasília no seu aspecto político ideológico tem-se, ainda, que ele reproduziu as contradições apontadas anteriormente, seguiu o mesmo movimento e esgotou-se enquanto possibilidade de promover o desenvolvimento auto-sustenta

(6) IANNI, Octávio, *O colapso do Populismo no Brasil*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972, p.155.

do, quando a ideologia política do Estado entrou em choque com o modelo econômico, predominando o "bloco de poder multinacional associado".

O Iseb, que funcionou como importante agência ideológica do nacionalismo, perdeu a sua significação e foi extinto com o movimento de 64. Em 1961, criado por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES - tinha como plataforma ideológica a defesa da democracia e da empresa privada. Essa instituição exerceu um papel importante na formulação da política educacional cujas diretrizes foram encampadas pela política oficial culminando com a Reforma Universitária de 68.

Um ponto que aparece justificando a proposta ideológica da Universidade de Brasília é a questão da "nação dependente", situando como contradição principal a relação existente entre países periféricos e países centrais. Daí o esforço em direção ao avanço tecnológico como forma de reduzir esta dependência.

Nessa abordagem está presente a ambigüidade classe/Nação. Os interesses da Nação não eram compactuados de forma semelhante por todas as classes - a elite dirigente em última instância definia o projeto nacional expressando seus próprios interesses. A teoria da dependência legitimava a ideologia nacional, destacando o fator nação como fundamental e tentava negar a existência de classes antagônicas na formação social e a própria contradição existente entre capital/trabalho.

O papel atribuído à Universidade de Brasília no contexto da sociedade brasileira exibia as mesmas inconsistên-

cias inerentes ao modelo nacional-desenvolvimentista e expressava pressupostos tendenciosos, ou seja, o de escamotear a realidade ao conferir à universidade um papel além de suas possibilidades...

O desenvolvimento de um país não está condicionado apenas ao desenvolvimento da ciência e tecnologia; ele pressupõe estratégias maiores e que estejam intimamente ligadas ao projeto de transformação social e ao desenvolvimento do "modo de produção". A Universidade de Brasília, influenciada pelo projeto nacionalista do governo, esgotou sua capacidade de colaborar com o projeto de desenvolvimento autônomo do País, à mesma medida que esgotava-se a ideologia nacionalista.

Weffort⁽⁷⁾ fez uma análise que cita alguns pontos a respeito da incapacidade nacionalista de levar à prática a sua política: "falta de uma liderança pessoal forte capaz de estabelecer hegemonia sobre as demais e falta de organização partidária . O nacionalismo nunca possuiu uma liderança única, que expressaria de forma dita "não-ideológica" a idéia da comunidade do povo, nem o partido (ou partidos) que a expressariam de maneira dita "ideológica". Como movimento ideológico, o nacionalismo nunca passou do estágio de atmosfera que se expandia à custa da ambigüidade e da indefinição social. "

O projeto dessa universidade não representava um projeto da intelectualidade brasileira, conforme expressa Darcy Ribeiro. Ao contrário, ele nasceu do seio da burocracia estatal, imposto por um grupo instalado no poder e trouxe em seu bojo a ideologia nacional-desenvolvimentista que preconizava a

(7) Cf. WEFFORT, Francisco Correia, *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978, p.40.

modernização conservadora.

Nasceu por força do poder e, conseqüentemente, com prometida com esse mesmo poder. Ela "foi idealizada partindo da preliminar de que seria imprescindível a criação de um centro cultural capaz de prestar assessoramento à alta administração do país e que só uma universidade conseguiria reunir especialistas em número suficiente".

O projeto da UnB, como se poderia imaginar à primeira vista, devido às restrições militares impostas à universidade no movimento de 64, não se apresentava como uma proposta radical. Era uma proposta de universidade perfeitamente encaixada nos valores da sociedade capitalista e a serviço dessa mesma sociedade, pressupondo a modernização como essencial ao processo de desenvolvimento do País e concebendo a Educação em subordinação ao crescimento econômico.

Existe uma ligação entre o plano da Universidade de Brasília e os modelos de universidade que se implementaram após 1964. O que muda é a composição político-econômica. No projeto nacionalista, base da ideologia da Universidade de Brasília, estavam presentes os interesses de uma fração da burguesia ligado ao capital nacional. No projeto educacional pós-64, têm estado presentes os interesses do capital oligopolista multinacional associado. A ambos os segmentos interessa "a modernização sem mudanças"

Considerações Finais

Neste estudo, procurei enfatizar os aspectos políticos e ideológicos da criação e produção da universidade, esta entendida como uma instituição da superestrutura, inserida num contexto social e, portanto, intimamente ligada às forças produtivas. Decorre, portanto, que o seu movimento se processa associado ao desenvolvimento das forças produtivas, mas ao mesmo tempo espelhando as contradições inerentes ao próprio desenvolvimento capitalista. É através destas contradições que a universidade realiza a sua capacidade crítica, "educacionalmente criadora e socialmente atuante". A universidade, enquanto produção humana "sintetiza o histórico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural", uma totalidade⁽¹⁾ expressa na totalidade de base e superestrutura.

Na parte introdutória, situei a criação das universidades de São Paulo e do Distrito Federal, consideradas experiências inovadoras no quadro retrógrado da educação superior, enfatizando, por outro lado, que, apesar de inovadoras, restringiam-se aos limites e à expressão de uma Educação pensada pela classe dirigente e, conseqüentemente, em favor desta mesma classe. Esse quadro de referência serviu de elo de ligação para a análise do significado da proposta da Universidade de Brasília que inspira e ultrapassa essas iniciativas inovadoras.

(1) Karel afirma "que a criação da totalidade como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes" (...) e que "a totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrarias". KOSIK, Karel, *Dialética do Concreto*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1946, p. 52.

Na segunda parte, que chamei de contextualização, procurei mostrar como ocorreu o desenvolvimento dependente do Brasil — dentro de um processo histórico-estrutural, associado ao desenvolvimento capitalista internacional.

O desenvolvimento capitalista rege-se pela lógica do capital, cuja internacionalização é produto de sua própria evolução, é parte do seu desenvolvimento lógico, constituindo um fato inevitável na reprodução ampliada do seu "modo de produção". Cabe assinalar que, no Brasil, o Estado atuou deliberadamente no sentido de facilitar a entrada do capital estrangeiro, adotando medidas facilitadoras como: prioridade para a indústria automobilística, criação de siderúrgicas, reforma da legislação tarifária, enfim, a criação de toda uma infraestrutura, assegurando as condições necessárias para o crescimento industrial.

Apesar da posição nacionalista veiculada na política brasileira, que não envolvia oposição à participação do capital estrangeiro (muito, ao contrário), a contribuição da técnica e do capital dos países adiantados era considerada importante como parte do esforço de superar o "subdesenvolvimento". Esta contradição se foi aprofundando e tornando insustentável a "proposição nacionalista de desenvolvimento numa era monopolista de capital".

Na terceira parte, faço uma análise sobre o plano da Universidade de Brasília, integrado e articulado no contexto histórico-social. Essa universidade representou a tomada de consciência de um grupo ligado ao poder, da necessidade de criar uma "elite nacional" empenhada no controle e na circulação do "capital nacional" auxiliados pela independência científica e tecnológica através do desenvolvimento auto-sustenta

do da Nação. A idéia embrionária dessa universidade nasce e desenvolve-se no seio da burocracia estatal, que lhe dá força e existência. É, portanto, uma produção da burocracia estatal, a serviço do poder: "Essa universidade nova é que hoje se institui. Planejada à luz da experiência nacional e internacional, destinada a cumprir funções específicas de assessoramento aos poderes públicos em todos os campos do saber. Voltada para o cultivo da ciência e da técnica. Comprometida com o estudo e a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo" ⁽²⁾. É a universidade da "integração nacional" a serviço do desenvolvimento nacional. Ela é gestada e criada num período extremamente complexo em termos sociais; representando um "núcleo de controvérsia", sintetiza e expressa a contradição espelhada a nível político-econômico — o de conciliar o desenvolvimento nacionalista com a associação cada vez mais ampla do capital internacional.

A perspectiva da internacionalização é privilegiada no plano dessa universidade, tendo-se em vista os aspectos da modernização conservadora, da inspiração tecnocrática, da associação universidade/empresa, do predomínio do desenvolvimento da técnica e da ciência. Devido à vinculação universidade/Nação que é transmitida no seu plano, os aspectos modernizantes-tecnocráticos não são claros à primeira vista. É nos seus fundamentos, no plano estrutural e, especialmente, nos seus objetivos que é possível deparar-se com esses aspectos, ou seja, uma universidade que procura associar a sua produção técnico-científica, em defesa do capital nacional,

(2) Discurso do Presidente da República ao sancionar a Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que institui a Fundação Universidade de Brasília.

procurando reorganizar o conteúdo do ensino em função do setor produtivo e dando ênfase à ciência aplicada, submetida à divisão capitalista do trabalho.

Neste estudo, ficou evidenciado que os fundamentos da Universidade de Brasília e os da universidade modernizante, contidos na proposta de Atcon, possuem vários pontos em comum, donde poder-se-ia pensar que eles partem de uma mesma inspiração — a universidade para a fase monopolista de capital.

Um ponto importante a ressaltar é que a universidade não muda de essência em decorrência de reformas na sua estrutura. A contradição da universidade não é somente uma contradição no nível interno; é, essencialmente, a contradição externa entre ela e a sociedade como um todo. O discurso político que diz estar a universidade comprometida com os problemas da Nação situa-se nesse mesmo ponto de fragilidade — situando como contradição principal as nações subdesenvolvidas em relação as nações desenvolvidas e não a contradição estrutural interna.

Em torno do projeto em questão, estavam reunidos certos setores do Estado, uma fração da burguesia nacional, que tentaram impor um projeto político-econômico autônomo, os intelectuais e até os esquerdistas, que em determinado momento aderiram ao projeto reformista-modernizante apoiado na substituição de importação, acreditando ser uma etapa necessária ao processo revolucionário brasileiro. Também a UNE, em um primeiro momento, passou a aderir a várias soluções propostas pela Universidade de Brasília. Entretanto, foi no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), através de sua produção teórica, que influenciou o discurso nacionalista imbricado no plano da Universidade de Brasília.

O ideário do Iseb foi reproduzido na ideologia da Universidade de Brasília: "anulam-se os conflitos de classe determinados no processo produtivo, surgindo, em seu lugar, um corpo social unificado pelo esforço de alcançar o progresso anunciado como necessidade histórica, como verdade do conhecimento, como alvo da política. A Nação se edifica mediante a indústria brasileira, a atividade coletiva, a harmonia das consciências. Enfim, a liquidação da luta de classe e a afirmação da unidade nacional são, ao mesmo tempo, a defesa da classe produtora autenticamente brasileira, portadora do progresso. O retrógrado é identificado com o improdutivo, isto é, com o desvio ou o desperdício de energias, de matéria-prima ou de capital. Por isso, suas crenças sobre a estrutura e a história da sociedade brasileira só poderiam brotar de uma visão do imperialismo como sede da nacionalidade e da violência: nacionalização do capital seria pelo contrário, a fonte da abundância e da felicidade" (3).

A Universidade de Brasília veiculava um discurso contraditório; por um lado, enfatizava o nacionalismo agonizante, um projeto de desenvolvimento industrial autônomo, o que já era concretamente inviável, dada a abertura para o capital estrangeiro; por outro lado, desenvolvia a modernização conservadora que em última instância preparava a universidade para a etapa do "modelo associativo", incorporado como um projeto político das elites.

(3) FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, (apresentação) in Iseb: *Fábrica de Ideologias*. TOLEDO, Caio Navarro, Editora Ática, São Paulo, 1978, p. 11.

Várias interpretações poderão ser feitas sobre o significado da Universidade de Brasília. Neste estudo, procurei enfatizar o seu aspecto modernizante, estabelecendo ligações com o modelo nacional-desenvolvimentista. Esta abordagem torna este trabalho bastante limitado não propiciando um alcance sobre a sua prática político-pedagógica.

Suponho que, dadas as características dinâmicas e contraditórias da universidade, sua prática não tenha sido determinada pelo discurso político que a criou e fundamentou — coexistiram duas universidades: uma engajada no modelo nacional-desenvolvimentista outra, a da utopia em que cada um vivia a "sua" universidade de acordo com a idéia que dela fazia.

A Universidade de Brasília, encerrava "grandes esperanças", e por isso a paixão com que cada um de seus criadores viveram essa experiência.

Bibliografia

- ALENCAR, Heron, "A Universidade de Brasília - Projeto Nacional da Intelectualidade Brasileira. Comunicação à Assembleia Mundial de Educação". México, setembro de 1964. In: RIBEIRO, Darcy, *A Universidade Necessária*. Paz e Terra 1982.
- ATCON, Rudolph P., *La universidad latino americana*. Bogotá: ECO.Revista de la Cultura de Occidente, 1966.
- _____, *Administração Integral universitária*. Ministério da Educação e Cultura.
- _____, *Atcon e a Universidade Brasileira*. Rio de Janeiro, 1974.
- BENEVIDES, Maria Victória de M., *O governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de, *A Questão da Transformação e o Trabalho Social. Uma Análise Gramsciana*. Cortez Editora, São Paulo, 1983.
- CROZIER, Michel, *O Fenômeno Burocrático*. Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CARDOSO, Míria Limoeira, *Ideologia do Desenvolvimento - JK/JQ*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- COVRE, Maria de Lourdes M., *A Fala dos Homens. Análise do Pensamento Tecnocrático*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.
- CUNHA, Luis Antônio, *A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- _____, *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- _____, *A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia, a Era de Vargas*. Editora Civilização Brasileira, 1986, Rio de Janeiro.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro, *A Universidade da Comunhão Paulista (o projeto de criação da Universidade de São Paulo)* Cortez Editora, São Paulo, 1982.
- DREIFUSS, R.A., *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- EVANS, Peter, *A Tríplice Aliança*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl, *Ideologia Alemã*. Editorial Presença, Portugal.

- FERNANDES, Florestan, *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979.
- _____, *A Ditadura em Questão*. São Paulo, T.A. Queiróz, 1982.
- _____, *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- _____, *A Questão da USP*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- GIROUX, Henry, *Pedagogia Radical*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1983.
- GOLDMANN, Lucien, *Dialética e Cultura*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- GRAMSCI, O., *Intelectuais e a Organização da Cultura*. Civilização Brasileira, 1979.
- IANNI, Octávio, *O Colapso do Populismo no Brasil*. Editora Civilização Brasileira, 1971.
- _____, "Populismo e classes subalternas". *Revista Debate e Cultura*.
- KOSIK, Karel, *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SINGER, P., *A crise do "Milagre"*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SARUP, Madan, *Marxismo e Educação*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- SOUZA, M.I.S., *Os Empresários e a Educação: O IPES e a política Educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- TRAGTENBERG, Maurício, *Sobre Educação Política e Sindicalismo*. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1982.
- TOLEDO, Caio Navarro, *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo, Ática, 1978.
- VIEIRA, Evaldo, *Estado e Miséria Social no Brasil: De Getúlio a Geisel*. Cortez, São Paulo, 1983.
- WEFFORT, Francisco Correia, *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme, *Ideologia de Cultura Brasileira*. São Paulo, Editora Ática, 1977.
- MANDEL, Ernest, *Os Estudantes, os Intelectuais e a Luta de Classes*. Edições Antídoto, Lisboa, 1979.

- MANNHEIM, Karl, *Ideologia e Utopia*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.
- MARCUSE, Herbert, *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.
- PINTO, Alvaro Vieira, *A Questão da Universidade*. Editora Universitária/UNE, Rio de Janeiro, 1962.
- POULANTZAS, Nicos, *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- RIBEIRO, Darcy, *A Universidade Necessária*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- _____, *UnB: Invenção e Descaminhos*. Editora Avenir, Rio de Janeiro, 1978.

Revistas e Outras Publicações

- RIBEIRO, Darcy, "A Universidade e a Nação." *Revista Educação e Ciências Sociais* - Ano VII - vol. 10 nº 19, janeiro/7 Abril de 1962, Rio de Janeiro.
- Memorial da Comissão Convocada pelo Ministro da Educação e Cultura para Estudar a Estrutura da Universidade de Brasília. *Educação e Ciência Sociais* 9(15), 1960.
- Universidade de Brasília. Informação do País. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. vol. XXXIII - abril/junho, 1960.
- RIBEIRO, Darcy, "A Universidade de Brasília". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. vol. XL, julho/setembro 1961.
- _____, "Universidade de Brasília"- Um Ano Depois.
- VEIGA, Laura, "Os Projetos Educativos como Projeto de Classe: Estado e Universidade no Brasil (1954-1964)." *Revista Educação e Sociedade*, nº 11, 1982.
- RIBEIRO, Darcy, "A UnB na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados - Departamento de Imprensa Nacional", 1963.
- Plano Orientador da Universidade de Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1962.
- Pronunciamento de Educadores sobre o Projeto de criação da Universidade de Brasília, publicado pela *Revista Anhembi* e pelo *Metropolitano*, órgão oficial da União Metropolitana de Estudantes. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. vol. XL, julho/setembro, 1961.

TEIXEIRA, Anísio, "Notas sobre a Educação e a Unidade Nacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V.XVII, julho/setembro, 1952.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho, "O Tempo das Ilusões". In: CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho, *Ideologia e Mobilização Popular*.

Projeto nº 1.861, de 1960, Autoriza a instituir a Fundação Universidade de Brasília.

Mensagem do Poder Executivo nº 128, de 21 de abril de 1960.

Exposição de Motivos do Ministério da Educação e Cultura nº 492, de 16 de abril de 1960.

Decreto nº 48.599, de 25 de julho de 1960. Designa Comissão para realizar estudos complementares sobre a Universidade de Brasília.

Decreto nº 50.732, de 6 de junho de 1961, Cria a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília.

Decreto nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília.

Decreto nº 500, de 15 de janeiro de 1962. Institui a Fundação Universidade de Brasília.

Estatuto da Fundação Universidade de Brasília.

Estatuto da Universidade de Brasília.

A Universidade de Brasília na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1963, UnB.

Bibliografia sobre a Universidade de Brasília 1960-1966.
Boletim da Câmara da Biblioteca da Câmara dos Deputados.
V. 15, nº 3, setembro/dezembro, 1966.

Conferências:

ANJOS, Cyro Versiani, Conferência proferida na Universidade de Brasília, em 17 de dezembro de 1985, por ocasião de seu 24º aniversário.

RIBEIRO, Darcy, Discurso por ocasião da posse do Professor Cristóvam Buarque como Reitor da Universidade de Brasília.

Entrevistas:

SOUSA, Pompeu de, 6.1.86, Brasília.

BONI, Carolina M., 20.2.86, São Paulo.

ANJOS, Cyro Versiani dos, 12.3.86, Rio de Janeiro.